UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL - PROCAM

CARLA MOURA DE PAULO

Dinâmica territorial no Pantanal brasileiro: impactos do turismo e
propostas de planejamento

São Paulo
2011

Carla Moura de Paulo

Dinâmica territorial no Pantanal brasileiro: impactos do turismo e propostas de planejamento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Área de concentração: Ciência Ambiental
Orientadora: Prof^a Dr^a Neli Aparecida de Mello-Théry

Versão corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

São Paulo
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Paulo, Carla Moura de .

Dinâmica territorial no pantanal brasileiro: impactos do turismo e propostas de planejamento/ Carla Moura de Paulo; orientadora Neli Aparecida de Mello-Théry. – São Paulo, 2011.

190 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo

1. Planejamento ambiental 2. Impactos ambientais -Pantanal 3. Políticas públicas 4. Turismo - Pantanal I. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Carla Moura de Paulo

Título: Dinâmica territorial no Pantanal brasileiro: impactos do turismo e propostas de planejamento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Área de concentração: Ciência Ambiental

Orientadora: Prof^a Dr^a Neli Aparecida de Mello-Théry

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a).: Neli Aparecida de Mello-Théry

Instituição: PROCAM/USP Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: Waldir Mantovani

Instituição: PROCAM/USP Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: Rozely Ferreira dos Santos

Instituição: FEC/UNICAMP Assinatura: _____

À minha mãe e à minha irmã,
dedico com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Muitos acontecimentos ocorrem durante este longo período e, sem dúvida, grandes contribuições foram dadas por pessoas que passaram no meu caminho nestes anos, mesmo com uma rápida passagem. Este espaço é pequeno para agradecer a todos.

Começo, agradecendo à minha orientadora Prof^a Dr^a Neli Aparecida de Mello-Théry, um exemplo de garra e sabedoria. Mais do que professora, mais do que orientadora: uma amiga e conselheira. À ela devo meus primeiros passos na vida científica, e é ela que até hoje continua me dando todo o suporte. Obrigada pelas preciosas lições!

Agradeço ao PROCAM, aos professores e funcionários pelo apoio necessário para a concretização deste trabalho. Aos colegas pelos ricos debates que proporcionam.

Agradeço, em especial, ao Prof^o Dr^o Waldir Mantovani, pelas orientações sempre sábias que enriqueceram o caminho trilhado durante minha graduação e pós-graduação. Tenho certeza de que cheguei até aqui estimulada por muitos de seus ensinamentos.

Aos professores que fizeram parte de meu Comitê de Orientação e ajudaram a guiar este trabalho: Prof^a Dr^a Marta Dora Grostein e, novamente, Prof^o Dr^o Waldir Mantovani.

Ao Prof^o Dr^o Evandro Mateus Moretto pelo apoio dado durante todo o período e ao Prof^o Dr^o Gerardo Kuntschik pela ajuda tão necessária nos momentos finais.

Agradeço ao Francisco de Luca e ao Eduardo Fortunato Bim, ambos do INCRA, pela importante ajuda na recuperação das imagens de satélite.

No meu trabalho de campo encontrei muitos aos quais devo imensa gratidão. Agradeço, primeiramente, ao Rubens Silvestrini e toda sua família, pela grande ajuda sem a qual eu não teria conseguido realizar metade do que fiz neste período. As ótimas conversas na tradicional roda de tereré que acontece em seu lar me deram energia para o mês inteiro de trabalho. Minha gratidão especial às pessoas maravilhosas que encontrei no caminho: Regina Mara Gomes, Daniella Althoff Philippi, Rodrigo Santos Nantes e José Renato de Resende.

Agradeço imensamente aos meus amigos, tão necessários para todas as horas. Pela presença especial em diversos momentos, cito: Camila França, Beatriz de Lucca, Mayura Okura e Carina Sernaglia.

Agradeço ao Renato Morgado pelo esforço da leitura e por todas as contribuições que, com certeza, melhoraram o resultado final deste trabalho.

Aos amigos da Ciclos: Natalia Almeida, Carina Sernaglia, Gabriela Alem, Renata Amaral, Daniel Roquetti e José Renato Porto. Obrigada pela certeza de que, juntos, iremos realizar nossos sonhos mais bonitos e transformar, para melhor, o mundo em que vivemos.

À Luly, que com grande teimosia sempre conseguiu me tirar do computador e me envolver em seu mundo de brincadeiras. Obrigada pela companhia de todas as horas, pelo carinho incondicional e por deixar meus dias mais leves e divertidos.

Finalmente agradeço àquelas que possuem todo meu amor: minha mãe, Reinelda de Moura, e minha irmã, Camila Moura de Paulo. Agradeço por serem minha base, por me mostrarem a importância do amor e da amizade verdadeira no núcleo familiar. À minha mãe por compreender e estimular meus sonhos, por apoiar minhas lutas e por ser meu exemplo de vida. À minha irmã por estar sempre ao meu lado e tão presente, mesmo durante todo o período que estive a quilômetros de distância.

“Queira. Basta ser sincero e desejar profundo,
você será capaz de sacudir o mundo.”

Raul Seixas

RESUMO

Paulo, Carla Moura de. Dinâmica territorial no Pantanal brasileiro: impactos do turismo e propostas de planejamento. 2011. 190f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011.

O Pantanal, área de estudo do presente trabalho, se encontra em bom estado de conservação e abriga uma biodiversidade intrinsecamente relacionada com sua dinâmica local, principalmente com o pulso de inundação. Seus atributos naturais revelam um cenário propício para o desenvolvimento da atividade turística, que vem crescendo desde a década de 90, apoiada no discurso de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação ambiental. Porém, esta prática pode representar uma séria ameaça devido à transformação do meio natural e ao estabelecimento de infraestrutura em locais selvagens.

Neste sentido a pesquisa estabelece uma análise das dinâmicas territoriais influenciadas pelo turismo em quatro municípios pantaneiros: Aquidauana, Corumbá, Poconé e Cáceres. Foram levantadas as principais características destes locais, estudadas suas áreas urbanas e periurbanas, e identificados os usos do complexo pantaneiro pelo setor turístico. Os principais impactos ambientais ocasionados pelo turismo também foram analisados, além dos instrumentos de planejamento capazes de minimizar tais impactos e as políticas públicas que se relacionam com a temática.

O estudo destes instrumentos e das políticas - analisadas em âmbito mundial, federal, estadual e municipal – demonstrou necessidade de que a questão seja tratada em escala regional. Isto significa condicionar as ações individuais dos municípios e fortalecer decisões que considerem todo o complexo pantaneiro, e não apenas as que beneficiam os limites administrativos estabelecidos sem uma lógica natural.

Caso tais condições estejam contempladas, o turismo poderá ser um aliado na conservação do Pantanal, pois depende do bom estado de seu meio natural para atrair os visitantes.

Palavras-chave: Pantanal, turismo, planejamento ambiental, impactos ambientais, políticas públicas.

ABSTRACT

Paulo, Carla Moura de. Territorial dynamics in brazilian Pantanal wetland: impacts of the tourism and planning proposals. 2011. 190f. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011.

Pantanal wetland, study area of the present work, is in a good state of conservation and has a biodiversity strictly related to its local dynamic, especially due to the flood pulse. The natural attributes reveal a favorable scenario for the development of tourism activity, which has been growing since 90's. Though, this practice may represent a serious threat due to the changes in the natural environment and to the establishment of infrastructure in wild locations.

In this way, this research has established an analysis of the territorial dynamics influenced by the tourism in four municipalities of Pantanal: Aquidauana, Corumbá, Poconé and Cáceres. The main characteristics of these municipalities were identified, also the urban and periurban areas of each municipality were studied and the uses of Pantanal by the tourism sector were identified. The main environmental impacts were analyzed, besides the planning instruments capable to diminish these impacts and the policies that are related to the theme.

The study of the instruments and policies – analyzed in global, federal, state and municipality scales – has shown a strong necessity that this issue be addressed in regional scale. In the meaning of constrain the individual actions of municipalities and, in the other hand, to strength the decisions that consider the whole Pantanal wetland and not only those that benefit the administrative boundaries without a natural logic.

In case of consideration of these conditions, the tourism could be an allied for the Pantanal's conservation, as this activity depends on a good state of the natural environment to the attraction of tourists.

Keywords: Pantanal, tourism, environmental planning, environmental impacts, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AMPTUR – Associação dos Municípios com Potencial Turístico

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BAP - Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CF – Código Florestal

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA – Instituto Socioambiental

OMT – Organização Mundial de Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai-Pantanal

PD – Plano Diretor

PGT/MS – Programa de Gestão Territorial de Mato Grosso do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PNT – Política Nacional de Turismo

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SINFRA – Secretaria de Infraestrutura

UC – Unidade de Conservação

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

ZPP – Zona da Planície Pantaneira

ZPPP – Zona de Proteção da Planície Pantaneira

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	14
<u>Capítulo 1 – Pantanal e cidades</u>	20
1.1. Caracterização do Pantanal	20
1.2. Aspectos Socioeconômicos	24
1.3. Meio biótico	27
1.3.1. Vegetação	28
1.3.2. Fauna	29
1.4. Divisões administrativas	33
1.5. Caracterização dos municípios de estudo	36
1.5.1. Mato Grosso do Sul	36
1.5.2. Mato Grosso	50
1.6. Comparações entre os municípios	63
1.7. Turismo no Pantanal	67
1.7.1. Análise diacrônica do turismo no Pantanal	68
1.7.2. Turismo atual nos municípios	72
<u>Capítulo 2 – Reflexões teóricas e considerações sobre o turismo e a paisagem</u>	73
2.1. Reflexões acerca do turismo	78
2.2. O olhar sobre a paisagem	84
2.3. Contribuições do planejamento	88
2.4. O desenvolvimento sustentável entra na discussão... ..	91
2.5. O respaldo nas políticas públicas	95
2.6. Turismo e seus impactos na paisagem	97
<u>Capítulo 3 – Impactos ambientais do turismo no Pantanal</u>	104
3.1. Condições (socioambientais) dos municípios para atendimento ao turismo	108
3.2. Impactos ambientais e modificações na paisagem	112
3.3. Estrutura de acesso e ligações entre os municípios	121
3.4. O planejamento como resposta	126
3.4.1. Zoneamento – ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico)	126
3.4.2. Plano de Bacia Hidrográfica	130
3.4.3. Área de Proteção Ambiental	132
3.4.4. Plano Diretor	133
3.4.5. Cartografia	135

<u>Capítulo 4 – Políticas públicas</u>	138
4.1. Políticas Mundiais	139
4.1.1. Convenção de RAMSAR	139
4.2. Políticas Federais	140
4.2.1. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP	140
4.2.2. Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007 – 2010	142
4.2.2.1. O Plano Nacional de Turismo na prática: as ações	144
4.2.2.2. Destinos Indutores	147
4.3. Políticas Estaduais	148
4.3.1. Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004 – 2013	148
4.3.2. Asfaltamento da rodovia MT-370	150
4.3.3. Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul – Lei N. 3.839, de 28 de dezembro de 2009	151
4.3.4. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – Lei N. 3.839, de 28 de dezembro de 2009	154
4.3.5. Áreas protegidas	158
4.3.5.1. Estrada Parque Pantanal – Corumbá	158
4.3.5.2. Estrada Parque Transpantaneira – Poconé	161
4.4. Políticas Municipais	161
4.4.1. Plano Diretor Aquidauana	162
4.4.2. Plano Diretor Corumbá	162
4.4.3. Plano Diretor Poconé e Plano Diretor Cáceres	165
4.5. Considerações sobre as Políticas	165
<u>Conclusões</u>	167
<u>Referências Bibliográficas</u>	171
<u>Anexos</u>	176

Introdução

A atividade turística tem crescido rapidamente e se apresentado como uma importante fonte de renda e exploração do território. Entretanto, também é causadora de impactos negativos nos locais que a recebem, gerando problemas socioambientais e culturais (SEABRA, 2007).

"O forte crescimento da atividade, repercutindo no ambiente, na vida econômica, social e cultural das áreas receptoras, gerando impactos de qualidade e quantidade diversos, colocou o turismo, nos últimos tempos, como tema prioritário na pauta de preocupações de planejadores, acadêmicos e gestores de políticas, interessados na temática. Cresce, assim, em todo o mundo a urgente necessidade do planejamento e da gestão das atividades turísticas sob as premissas da sustentabilidade, cuidadosos com os limites impostos pelo meio natural e atentos aos desejos das comunidades receptoras e de turistas" (SEABRA, 2007, p. 153).

São necessários estudos capazes de identificar os impactos gerados pelo turismo em locais pré-definidos, já que, conforme alerta Seabra (2007) há muito pouco estudo no Brasil e no mundo que se dedica a avaliar os impactos causados pelo mesmo. Além disso, segundo Aulicino (2002), há também poucos estudos sobre a opção do turismo como forma de desenvolvimento e crescimento local, ao contrário do ritmo de expansão desta atividade, cada vez mais acelerado.

Desta forma, pode-se considerar o turismo como uma atividade ambígua, capaz de contribuir para a proteção do meio em que se estabelece – já que estimula o cuidado da população e das autoridades locais à um ambiente rentável economicamente – e possuidora de grande capacidade para ocasionar a degradação ambiental.

Essa capacidade se refere, principalmente, a dois motivos. O primeiro é o estabelecimento de infraestruturas para atendimento ao turista, visto que muitas destas são implantadas de forma ambientalmente inadequadas, por exemplo, a construção de hospedagens em áreas não urbanizadas, capaz de desestabilizar ecossistemas selvagens (CRUZ, 2003). Enquanto o segundo se caracteriza como a falta de infraestrutura no que se refere ao saneamento básico para atendimento da própria população.

Neste sentido, o presente trabalho contribui para o levantamento destas - e outras - informações, em um local onde a atividade turística tem ganhado muita força nos últimos tempos, o Pantanal.

O complexo pantaneiro vem sofrendo ameaças causadas pela atividade, desde a década de 90 (PCBAP, 1997; CI, 2003). Isto indica a importância de estudos voltados para o tema, já que soluções propostas para assuntos bem explorados e analisados possuem maiores chances de atenderem as necessidades locais.

Ressalta-se ainda a necessidade do planejamento das atividades turísticas, devido suas características ambíguas, já citadas. Por estimular os pontos positivos e refrear os negativos, acredita-se que a atividade desenvolvida de forma planejada é capaz de conciliar seu crescimento com a proteção do meio utilizado, que passa a ser visto como fonte geradora de renda.

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica territorial induzida pelo turismo no Pantanal brasileiro, avaliando seus impactos ambientais e identificando os instrumentos de planejamento capazes de contribuir com a questão. Para isto foi guiado por alguns procedimentos básicos, são eles:

- Identificar as características gerais das cidades pantaneiras selecionadas
- Verificar os impactos ambientais decorrentes da exploração turística

- Analisar como as atividades turísticas afetam e geram impactos sobre o meio ambiente local
- Levantar as políticas públicas governamentais voltadas para estímulo do turismo e também para proteção ambiental da área em questão
- Identificar instrumentos de planejamento que auxiliem a compatibilização do turismo com a conservação do ecossistema local

Foram consideradas duas hipóteses de trabalho, sendo uma para a dinâmica territorial do turismo e outra para as políticas de planejamento e suas escalas:

1. O modelo de turismo tem sido indutor da dinâmica territorial na planície alagada e de determinados processos que ocorrem no entorno.
2. A complexidade do Pantanal demanda instrumentos de planejamento de escala regional e a formulação de políticas integradas nas diferentes escalas (do nacional ao local), capazes de condicionar as ações locais.

A metodologia geral se baseou em análises bibliográficas, documental e de planos e programas governamentais que permitiram identificar a dinâmica territorial das cidades pantaneiras, além de fornecerem uma base sólida para a seleção das cidades estudadas.

Dados estatísticos, coletados principalmente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, também foram utilizados para demonstrar um panorama da situação na área de estudo. Obteve-se informações relacionadas com as características da população, atividades econômicas e condições de saneamento.

Trabalhos de campo foram realizados nas cidades selecionadas, com o intuito de identificar as transformações ocorridas no local para atendimento das necessidades turísticas, com especial enfoque nas modificações de infraestrutura. Neste momento foram aplicadas entrevistas pré-estruturadas com atores chaves da região¹.

¹ O roteiro de perguntas utilizado encontra-se no Anexo A.

Fotografias dos locais, obtidas em campo, foram usadas como registro de algumas situações representativas dos municípios e do Pantanal.

Todos esses elementos foram essenciais para entendermos a dinâmica territorial do local, de forma sistematizada e organizada, levantando a contribuição de diversos fatores para a situação em que se encontra o meio estudado. A aplicação da metodologia foi voltada para a atividade turística, principalmente no que se refere aos impactos identificados.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos e uma conclusão, além desta parte introdutória. O capítulo 1, nomeado de Pantanal e cidades, explica os locais estudados, demonstrando o cenário estabelecido.

Neste primeiro capítulo é apresentada a delimitação da área e suas características, fazendo uma introdução ao local de estudo nas duas principais perspectivas: o regional e o local.

Em âmbito regional apresenta-se o complexo pantaneiro, sua localização características principais, usos antrópicos e a importância de sua conservação. Para discutir a escala local foca-se nos municípios: Aquidauana, Corumbá, Poconé e Cáceres. Assim, são apresentadas algumas características gerais dos municípios selecionados, identificando o panorama no qual a atividade turística está se desenvolvendo e suas relações espaciais. Uma reflexão sobre características comuns entre tais municípios também é apresentada, demonstrando os principais aspectos similares.

O segundo capítulo discute a teoria de apoio e o levantamento bibliográfico que proporciona a sustentação teórica ao trabalho. Os conceitos importantes para entendimento de toda a problemática são apresentados e discutidos nesse momento, assim como os impactos gerais do turismo no meio natural.

Tal capítulo direciona o trabalho e o localiza com base nos principais autores e temas. Neste momento são abordadas, questões sobre o planejamento ambiental, o

desenvolvimento sustentável, as políticas públicas e as diversas modalidades da atividade turística. Trata-se do turismo pelo olhar da paisagem, considerando que é este nicho que ocorre verdadeiramente no Pantanal brasileiro e não o ecoturismo ou turismo de natureza, ambos também definidos neste capítulo.

Apresentam-se diversos motivos que subsidiam o pensamento de que é mais correto dizer que ocorre, de forma generalizada, um turismo de paisagem no Pantanal e não que o ecoturismo é a modalidade dominante neste complexo de ecossistemas. Portanto decidiu-se focar o trabalho neste tipo de turismo, para poder explicar com a segurança de não atribuir um “selo verde” para uma modalidade que, na maior parte das vezes, apenas encontra-se inserida no marketing ambiental.

O terceiro capítulo trata dos impactos do turismo no Pantanal e os reflexos nos municípios estudados. Para isto é feita uma análise das condições socioambientais dos locais e da capacidade municipal de atender a demanda dos serviços básicos de sua população. Além disso, discute-se as modificações na infraestrutura destes locais, assim como as ligações entre eles.

Também é o momento de abordar os instrumentos de planejamento e suas contribuições para a organização territorial e ordenamento da atividade. O objetivo desta abordagem é contribuir com possíveis soluções para minimizar os impactos negativos do turismo.

O quarto (e último) capítulo apresenta a discussão sobre as políticas públicas. São levantadas aquelas com intuito de ordenar o território e que refletem em âmbito municipal e estadual. Foram consideradas aquelas que, mesmo indiretamente, se relacionem com o turismo. Para isto é realizada uma análise das políticas, planos e programas, existentes no âmbito mundial, federal, estadual e municipal. As políticas de fomento para tal atividade, assim como as de conservação ambiental do complexo pantaneiro, também foram analisadas.

Pretende-se apresentar como a questão tem sido tratada pelo poder público em suas diferentes esferas e identificar os caminhos disponíveis para o subsídio e fomento político da atividade. O intuito também é analisar como as políticas tentam compatibilizar o desenvolvimento do turismo com a proteção do meio natural.

Por fim, são apresentadas as conclusões finais de todo o trabalho.

Capítulo 1

Pantanal e Cidades

Delimitar a área de estudo e apresentar o cenário estabelecido é essencial para a compreensão do que será abordado neste trabalho. Por isso, o primeiro capítulo aborda as características dos locais estudados, em uma perspectiva regional (Pantanal) e local, pela análise das cidades selecionadas para estudo (Aquidauana, Corumbá, Poconé e Cáceres).

1.1. Caracterização do Pantanal

O pantanal é uma das maiores planícies inundáveis do mundo, possui cerca de 160.000 Km² e está situado no coração central da América do Sul, sendo que quase 90% se localiza no Brasil, e o restante na parte leste da Bolívia e Nordeste do Paraguai (CI, 2003).

Este complexo de ecossistemas faz parte da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), a qual possui uma extensão territorial de 361.666km² em sua parte brasileira. O Pantanal ocupa 38,21% da área total, ou seja, 138.183km² (PCBAP², 1997).

A Bacia Hidrográfica do rio Paraguai, responsável pela formação do Pantanal, se estende por uma área de 624.320 Km², onde vive uma população de mais de 3 milhões de pessoas. Desse total, 64% estão no Brasil, 20% na Bolívia e 19% no Paraguai (WWF, 2008).

No território brasileiro o Pantanal se localiza nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que cerca de 35% de sua área encontra-se no MT e 65% no MS. Isto equivale a uma extensão territorial de 48.865 Km² e 89.318 Km², respectivamente (ABDON & SILVA, 1998).

De acordo com Antas (2004) o relevo do entorno é um dos mais antigos na história da Terra. Ao norte encontra-se a Chapada dos Parecis, enquanto ao sul estão as serras da Bodoquena e Maracaju. Localizado a leste está o Planalto Central Brasileiro, e ao oeste o

Maciço do Urucum, Serra do Amolar, Serra de Santa Bárbara e as Serranias de Santiago e Sunsas, ambas na Bolívia.

Sua localização no centro da América do Sul contribui para a existência de uma grande diversidade de espécies de fauna e flora, que se originam da Amazônia, do Cerrado, do Chaco e da Mata Atlântica (PCBAP², 1997).

Mapa 1 – Localização dos diferentes biomas brasileiros, incluindo o complexo pantaneiro no Brasil
Fonte: MMA, 2011

A biodiversidade no complexo pantaneiro é favorecida pela interação entre diferentes ecossistemas. Este é um local com alta heterogeneidade, que abriga um mosaico composto por vegetação típica do cerrado, de florestas e inclusive da caatinga (THÉRY & MELLO, 2005). De acordo com Ab'Saber (1988, p. 9) o "Pantanal Mato-Grossense inclui ecossistemas do domínio dos cerrados e ecossistemas do Chaco, além de componentes bióticos do Nordeste seco e da região periamazônica".

O Pantanal é um mosaico de ambientes aquáticos, permanente ou estacionalmente inundados, mesclados a uma série de ambientes de terra firme, ocasionalmente ou nunca inundados. Há também extensa influência de três grandes sistemas naturais (biomas) da América do Sul sobre o ecossistema pantaneiro, em termos de origem de sua flora e fauna.

A principal delas é fornecida pelo bioma dos Cerrados e do Brasil Central, o qual engloba desde campos limpos até mata ciliares – matas restritas às margens do curso d'água -, penetrando por toda a planície pantaneira e dominando claramente as porções central e leste da região. Encontramos espécies típicas deste bioma em áreas próximas a Corumbá, seja nas regiões menos inundáveis e abertas (como na Nhecolândia, ao sul do rio Taquari), seja no interior dos capões de mata. Acompanha a vegetação uma série de espécies animais características dos cerrados e das matas ciliares do Brasil Central.

Ao norte, outra influência importante vem da Amazônia (em especial ao longo do rio Paraguai). As matas ciliares e as extensas matas da região de Cáceres, Poconé e do rio Jauru apresentam vínculos biogeográficos com a bacia amazônica, tanto na parte da fauna como da flora...

A porção sudoeste do Pantanal, desde o Nabileque até a região de Miranda e Aquidauana, apresenta uma notável influência do Chaco paraguaio/boliviano, com algumas espécies sendo encontradas no país somente neste pedaço do território brasileiro. O Chaco é uma formação de áreas mais secas, com chuvas abaixo de 800 milímetros e é visualmente semelhante à Caatinga do Nordeste brasileiro. É notável sua presença no Pantanal de Barão de Melgaço, embora não o seja na sua forma mais característica, mas sim através de elementos botânicos e faunísticos Chaquenhos (ANTAS, 2004, p. 14).

Toda essa mistura de elementos e ecossistemas produz grande riqueza em termos de biodiversidade. Sendo que esta interação conta com um fator essencial, a dinâmica das águas.

As terras pantaneiras são "baixas, alagadiças, inundadas durante uma parte do ano, e é essa inundaço perdica que promove o fluxo de nutrientes responsvel pela grande riqueza de fauna e flora do Pantanal" (THRY & MELLO, 2005, p. 67-68).

Durante os perodos de cheia suas reas recebem e acumulam guas vindas de diferentes regies, as quais se movem lentamente devido a baixa declividade do relevo e formam lagos permanentes ou temporrios, lm de refgios de diferentes ecossistemas, como a floresta estacional, o cerrado, os buritizais e os campos (PEC, 2003). De acordo com o Plano de Conservao da Bacia do Alto Paraguai-Pantanal – PCBAP – (1997), a reteno da gua na plancie, acaba por transformar uma rea que tenderia a ser cerrado, devido sua baixa precipitao, em um local com caractersticas de banhado e comportamento de reas midas.

O processo de formao do sistema fsico hoje encontrado, que apresenta uma dinmica de alteraes muito freqente, depende do comportamento climtico e hidrolgico. As precipitaes na regio do Pantanal so superiores a 1.200mm, com resposta rpida das bacias ao escoamento. Essa gua, ao entrar na plancie pantaneira, encontra um leito de escoamento reduzido, fazendo com que grande

parte da água inunde a planície. O volume fica retido por depressões, que formam pequenos lagos. Quando o nível baixa, o volume retido não retorna ao leito menor para escoar a jusante. O volume retido no leito maior pode evaporar ou infiltrar-se no aquífero, transportando essa água de volta ao rio nos períodos de estiagem e regularizando-o. O escoamento, durante as enchentes, tem um volume significativo de sedimentos que se deposita nas depressões devido à redução da velocidade do escoamento, reduzindo a capacidade de permeabilidade do solo (PCBAP², 1997, p. 8).

Estes fatores criam um ambiente ecológico diferenciado, com algumas dinâmicas intrínsecas ao local.

Essa baixa declividade possui grande importância para os fenômenos biológicos e ecológicos do pantanal, em especial devido ao complexo sistema de cheias e vazantes dos rios, resultante da baixa velocidade do escoamento das águas. Embora se entenda sempre o Pantanal pela planície, os ciclos naturais ocorrendo no seu entorno, nos planaltos e serras, possuem profundos reflexos na parte baixa. Deste modo, ao pensarmos no Pantanal devemos também lembrar da área de influência sobre ele, cerca de duas vezes maior e localizada nos planaltos e serras de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e da Bolívia (ANTAS, 2004, p. 10).

A dinâmica das águas é a principal responsável pela biodiversidade existente no Pantanal. Sua longa duração faz com que ocorram adaptações e estratégias de sobrevivência relacionadas com as características locais, estimulando também a ocorrência de espécies de fauna migratórias (RESENDE, 2008).

Os nutrientes inorgânicos são transportados do rio para a planície inundada, facilitando o acúmulo destes materiais. Durante a fase terrestre, diversas comunidades de produtores primários os utilizam, o que gera

produções primária e secundária altas. Ciclos internos de matéria orgânica e nutrientes entre a fase terrestre e aquática resultam em acumulação de nutrientes na planície de inundação que a capacita a funcionar em um nível trófico mais alto que o esperado apenas pela entrada de nutrientes pelas águas do rio (JUNK, 2001). Dessa forma, os processos biológicos e biogeoquímicos no sistema rio/planície de inundação são descritos pelo conceito do pulso de inundação, que considera as trocas laterais entre o rio e suas planícies de inundação bem como as trocas entre as fases terrestre (seca) e aquática (cheia) nessa mesma planície. A importação de material orgânico particulado e dissolvido do curso superior é de pouca importância, devida à pequena quantidade e baixa qualidade em comparação com a produção de matéria orgânica na planície de inundação. O canal do rio funciona como rota de imigração, dispersão e refúgio para os organismos aquáticos durante o período de águas baixas (RESENDE, 2008, p. 7).

No complexo pantaneiro observamos três pulsos distintos: um causado pelas enchentes dos rios, outro pela precipitação local que não sofre nenhuma influência dos rios e, por

último, aquele causado tanto pelas enchentes quanto pela precipitação local. Por oferecer grande variabilidade de habitats, relacionada com a variação sazonal do regime hídrico, o pulso de inundação é claramente um processo ecológico básico para a manutenção da biodiversidade (DANTAS, 2004).

Nos ambientes inundáveis observa-se uma sucessão no tempo e no espaço. Entre as áreas permanentemente inundadas (rios, “baías”) ou permanentemente secas (“cordilheiras”) há um gradiente de habitats, abrigando diferentes comunidades e, conseqüentemente, maior diversidade biológica. É possível que esta biodiversidade não seja muito diferente se a inundação for causada pelas águas do rio ou pelas águas da chuva, porque o fator importante é a presença da água. No entanto, pode-se esperar que nos ambientes inundados pelas águas dos rios se tenha uma diversidade mais alta, não por causa da água em si, mas porque o rio é um meio de dispersão eficiente (DANTAS, 2004, p. 1).

A diversidade da paisagem também é moldada pelas interações com o pulso de inundação que ocorre na planície. Sua interferência nas comunidades animais e vegetais é grande e condiciona a morfologia de algumas plantas, além de contribuir com o aumento da biodiversidade (SCREMIN-DIAS et al., 2011).

1.2. Aspectos Socioeconômicos

Sobre as principais atividades econômicas do local, o Pantanal conta principalmente com cinco eixos de maior relevância, são eles: a pecuária, a pesca, o turismo, a extração de minérios e, em menor escala, a agricultura (ISA, 2005).

- A pecuária é feita de forma extensiva e, em seu modo tradicional, a atividade está condicionada aos ciclos de inundação, ou seja, quando a cheia ocorre o gado é levado para as partes altas, voltando quando as águas abaixam. Nos últimos tempos a porção sul do Pantanal tem sofrido um processo acelerado de desmatamento devido à atividade. Outro grande problema é a substituição da vegetação nativa por áreas de pastagens, que em conjunto com as modificações no uso do solo produzidas pela agricultura, acabam contribuindo para o transporte de sedimentos e o assoreamento dos rios (ISA, 2005).

Atualmente o gado se apresenta em grande densidade por quase toda a planície pantaneira, enquanto os búfalos possuem distribuição e densidade mais restritas.

- A agricultura ainda é pouco expressiva, porém está em processo de expansão. É praticada em larga escala no planalto, utilizando-se de agrotóxicos que acabam atingindo as planícies, através dos cursos d'água, e se acumulam neste local (ISA, 2005).
- Considerada como a atividade que mais gera trabalho e renda no pantanal, a pesca é praticada em diferentes modalidades: de subsistência (principal fonte de proteína para a população ribeirinha), esportiva (onde o peixe é devolvido para o rio), profissional (fonte de renda de muitos pescadores), e a turística (tem se desenvolvido em decorrência da implantação de infraestruturas turísticas e facilidade de acesso) (ISA, 2005; SALVATI, 2002).
- Além do turismo de pesca, as atividades turísticas como um todo, têm ganhado força e gerado modificações nas infraestruturas pantaneiras e no desenvolvimento do comércio regional. O turismo rural e o ecológico estão ocupando um importante papel para o desenvolvimento deste segmento (ISA, 2005).
- Por fim, as atividades mineradoras representam outro eixo nas dinâmicas do território pantaneiro. Os minérios mais explorados são o ferro, o manganês e o calcário, e em pequena escala, o garimpo de ouro e diamante. No município de Corumbá encontra-se uma das maiores jazidas de manganês da América Latina, este local foi cenário de um grave impacto ambiental, onde um córrego inteiro desapareceu "devido a retirada excessiva de água da nascente" (ISA, 2005, p. 146).

A tabela abaixo demonstra os principais setores que contribuem para o Produto Interno Bruto do Pantanal.

Tabela 1 - Evolução do PIB - Pantanal

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações			
Brasil e Microrregião Geográfica	Variável	Ano	
		2000	2008
Baixo Pantanal – MS	Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)	105.271	333.143
	Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)	82.883	437.894
	Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (Mil Reais)	382.138	1.739.569
Alto Pantanal – MT	Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)	74.256	245.612
	Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)	55.846	127.940
	Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (Mil Reais)	199.476	668.451

Fonte: IBGE, 2011

O complexo pantaneiro sofre as consequências de todas as atividades realizadas em sua bacia. Podemos destacar como principais problemas no Planalto: erosão e compactação do solo; poluição dos corpos d'água pelo lançamento de esgotos *in natura* provenientes das cidades, de agroindústrias, da mineração e insumos agropecuários; pesca ilegal, alterações na paisagem por conta da mineração e desmatamentos. Sua Planície é afetada por: assoreamento e alterações no nível d'água; caça e pesca ilegais; comprometimento nos cursos d'água, principalmente pela mineração e despejo de esgotos domésticos (PCBAP², 1997).

Essa interdependência do Pantanal com o seu entorno faz com que sofra pressões causadas, inclusive, pela devastação de seu vizinho Cerrado, pois muitas das nascentes dos rios pantaneiros nascem neste segundo domínio (CI, 2003). De acordo com Ab'Saber^b (2006), o Cerrado vem sofrendo com a supressão de sua cobertura vegetal natural devido a forte especulação agrícola voltada para a monocultura da soja, fator que influencia todo o ecossistema a ele relacionado. Ainda nas considerações do autor, as cabeceiras das drenagens, que costumavam alimentar o Pantanal com elementos naturais vindos através da água, hoje carregam cargas de agrotóxicos. Estes venenos, vindos de longe, acabam se depositando nos

corixos, baías e lagoas. Outros fatores de degradação são apontados por Ab'Saber^a (2006), como os resíduos de erosões que modificam trechos fluviais através da sedimentação, a matança de jacarés em áreas da pecuária ou os problemas de contrabando na fronteira, que se utiliza de pequenos pontos de pouso no interior pantaneiro. Porém, o autor analisa que novos personagens estão surgindo neste cenário de conflitos,

na solidão dos Pantanaís se introduziram novos personagens, aderindo a práticas sociais nocivas: coureiros, capangas de contrabandistas, caçadores incontentáveis. E de repente, uma série de grupos de especuladores – atirados a um arremedo de turismo ecológico – através de empreendimentos de diversos portes, em pleno interior incontrolável dos Pantanaís. Tudo isso, à sombra de governos e administradores incompetentes, ou impotentes, e, via de regra, mal esclarecidos (AB'SABER^a, 2006, p. 14).

Realmente é o que encontramos ao adentrar a região: empreendimentos turísticos que crescem sem muita fiscalização por parte do poder público e desenvolvem suas atividades do chamado ecoturismo de acordo com o que é mais atraente para os visitantes. Poucos estudos são feitos para identificar os impactos da atividade, questão discutida com maiores detalhes no Capítulo 3 do presente trabalho.

As ameaças apresentadas são preocupantes para a manutenção do bom estado de preservação da planície pantaneira e colocam em xeque sua continuidade. Entretanto, ao contrário de alguns biomas brasileiros profundamente degradados, o Pantanal ainda se encontra em ótimas condições e possui uma taxa de conservação em torno de 83% , abrigando

populações saudáveis de espécies ameaçadas de grandes mamíferos e aves, que praticamente desapareceram em outros estados brasileiros. A arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), e o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) são algumas espécies ameaçadas que podem ser vistas facilmente no Pantanal (CI, 2003).

1.3. Meio biótico

As boas condições de conservação ambiental do complexo pantaneiro são verificadas na análise de seu meio biótico. O Pantanal abriga uma diversidade de espécies de fauna e

flora, extremamente relacionadas com a dinâmica de suas águas. Tais questões são apresentadas nos itens a seguir.

1.3.1. Vegetação

O suporte biológico encontrado na planície sofre extrema influência das variações de precipitação e temperatura do entorno pantaneiro. Ambas condições

ocasionam um ritmo próprio de cheias e vazantes de cada rio, seja o Paraguai, seja qualquer um dos tributários. Essa flutuação ocasiona uma diferença na disponibilidade de recursos alimentares ou quaisquer outros. A temperatura possui efeitos diversos sobre as comunidades animais e vegetais, aumentando ou reduzindo taxas de atividade diária, de crescimento ou reprodução...É a cheia que traz, para a planície pantaneira, os nutrientes necessários à manutenção da biodiversidade local, com a riqueza que conhecemos. Retirados dos planaltos e serras circundantes pelas chuvas, ficam em suspensão ou depositam-se no leito dos rios e áreas alagadas, sendo usados pelo fitoplâncton (pequenas algas e outros organismos vegetais microscópicos vivendo na coluna d'água), plantas aquáticas ou terrestres, conforme cada ambiente e período do ano. (ANTAS, 2004, p. 12-13).

Contudo, as chuvas em seu interior pouco contribuem para estas variações, e todo o ciclo é alimentado pela precipitação ocorrida no entorno da planície. De acordo com Antas (2004) no interior pantaneiro não nasce nenhum de seus rios e riachos, e suas cabeceiras se encontram no relevo circundante.

No entorno do Pantanal, principalmente nas terras não inundáveis do cerradão, predominam áreas desmatadas para a pastagem cultivada. A Savana Arborizada (Cerrado) e a Savana Florestada (Cerradão), associadas à inundação estacional, compõem a vegetação natural predominante do Pantanal. Seu estado de conservação é considerado bom e relativamente equilibrado com o uso da tradicional pecuária extensiva. (PCBAP², 1997).

O levantamento da flora da Bacia do Alto Paraguai identificou 3.400 espécies, das quais metade ocorre no complexo pantaneiro. Ressalta-se que tal bacia é fonte de plantas medicinais, frutíferas nativas e outras com grande interesse econômico, como a mandioca, o amendoim e o maracujá (PCBAP², 1997).

No Pantanal, predominam campos inundáveis, identificados como Savanas. Soa comuns as Formações Pioneiras, como cambarazal, pimenteiral, pateiral, etc. A principal Formação Pioneira no Pantanal do Paraguai é o cambarazal. Nesta unidade ocorrem grandes lagoas, praticamente sem plantas aquáticas. No Pantanal do Paiaguás/Nhecolândia, chamam a atenção na paisagem as numerosas pequenas lagoas subcirculares (algumas alcalinas, as “salinas”) da Nhecolândia, associadas a formações lenhosas diversas. Na paisagem do pantanal do Miranda, destaca-se a fisionomia paratudal, que se estende ao Nabileque. No Pantanal do Nabileque, é marcante a grande ocorrência de carandazais (palmeira *Copernicia alba*). A ocorrência de Savana estépica ou Chaco do Pantanal de Porto Murtinho e do Nabileque é a única no Brasil, portanto, é de grande interesse fitogeográfico e para a conservação (PCBAP¹, 1997, p. 49).

1.3.2. Fauna

Os diferentes tipos de vegetação, assim como os ecossistemas locais e suas condições abióticas, acabam por determinar a distribuição da fauna. Com isso, é encontrado um grande número de espécies comuns em toda a Bacia do Alto Paraguai.

Entretanto, para algumas espécies o Pantanal pode funcionar como uma barreira ecológica, enquanto para outras como um tipo de corredor de distribuição e migração. Por este motivo a maior parte de sua composição biótica não é endêmica, mas sim característica de ecossistemas vizinhos. Para as aves, suas grandes extensões de matas ciliares servem como corredores de dispersão e migração (PCBAP¹, 1997).

No Pantanal, os jacarés, as capivaras e os porcos-espinhos encontram-se amplamente distribuídos em alta densidade, enquanto o tamanduá-bandeira é encontrado em baixa densidade (provavelmente pelos seus hábitos crepusculares e por ocupar áreas de vegetação fechada).

Figura 1: Porcos-espinhos em via que leva à pousada na Transpantaneira-Poconé
Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 2: Paca visitando área de pousada no Pantanal - Poconé
Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 3: Jacaré na RPPN do Sesc Pantanal
Fonte: Foto da autora, 2010

Os cervos-do-pantanal e veados-campeiro demonstram preferência por microhabitats e ocupam áreas diferentes do Pantanal, sendo que os primeiros preferem aquelas de alta inundação e os segundos de média/baixa inundação (PCBAP¹, 1997; PCBAP², 1997).

Os tuiuiús (ou jabirus ou jaburus) possuem ampla distribuição por toda a planície, porém não apresentam padrões de fácil identificação. Também são encontradas espécies ameaçadas (arara-azul, gavião-pato e gavião-de-penacho), endêmicas (chororó-do-pantanal) e de migração (maçaricos, tuiuiús, garças, cabeças-secas, colheiros, andorinhas e tesourinhas). De acordo com o PCBAP¹, ocorriam no Pantanal - no ano de sua produção (1997) - cerca de 444 espécies de aves raras (67,7%) e 212 espécies comuns (32,3%).

Figura 4: Tuiuiú em área pantaneira - Poconé
Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 5: Ninho de Tuiuiú em área pantaneira - Poconé
 Fonte: Foto da autora, 2010

Encontrados em abundância devido o ciclo de inundação anual, os peixes se configuram como extremamente importantes para a socioeconomia regional (PCBAP², 1997). Na década de 1990 encontravam-se listadas

262 espécies de peixes para o Pantanal sendo que mais de 85% pertencem à Superordem Ostariophysi. No Pantanal, o grupo compreende as Ordens Characiformes (providos de escamas) e Siluriformes (bagres, cascudos e tuviras). Os outros grupos de peixes são os acarás ou carás, raias, peixes de estrutura cartilaginosa (Myliobatiformes), peixe-agulha (Beloniformes), sardinhas (Pellona flavipinis (Clupeiformes), curvinas (Perciformes, Sciaenidae), linguado (Catathyruidium Jenynsii) (Pleuronectiformes) e mussum (Synbranchus mamoratus) (Synbranchiformes), os Cyprinodontiformes, representados por poucas espécies e a pirambóia (Lepidosiren paradoxa) (Lepidosireniformes) (PCBAP², 1997, p. 12).

Identificação de fauna da BAP		
	Número de espécies	Número de famílias
Mamíferos	39	21
Répteis	84	21
Anfíbios	40	6
Aves	656	66

Fonte: PCBAP, 1997

Os dados secundários retirados do PCBAP (1997) mostram que a maior riqueza de anfíbios e répteis ocorrem no planalto e nas morrarias e não na planície do Pantanal. Entretanto, grande parte das aves vivem neste complexo (156 espécies ou 23,7%) e foram listadas 262 espécies de peixes.

1.4. Divisões administrativas

Em relação as divisões administrativas, o Pantanal é composto por dezesseis municípios, sendo sete do Estado de Mato Grosso (Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nsa. Sra. do Livramento, Poconé e Sto. Antônio do Leverger) e nove do Estado de Mato Grosso do Sul (Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Sonora, Porto Murtinho e Rio Verde de MT).

Quanto à participação na formação da área do Pantanal, o município de Corumbá participa com 44,74%, enquanto Poconé participa com 10,21%, Cáceres com 10,11% e Aquidauana com 9,36%. Estes dados significam que somente quatro municípios contribuem com 74,42% na formação da área deste bioma, o que equivale a 102.823 km². As menores contribuições de área para a formação do pantanal são dadas pelos municípios de Bodoquena, Ladário, Lambari D'Oeste e Sonora, totalizando 0,8%, ou 1.103 km² de área (ABDON & SILVA, 1998).

Essas informações apresentam uma primeira justificativa para a escolha dos quatro municípios selecionados neste trabalho, pois revelam que estes são responsáveis por mais da metade da área de extensão territorial do complexo pantaneiro, caracterizando-os como um excelente recorte para estudo. Além disso, tais municípios são apresentados pelo PCBAP como pólos turísticos em potencias (PCBAP³, 1997, p. 346; PCBAP⁶, 1997, p. 673). O PCBAP³ destaca as cidades de Poconé e Cáceres – e também Barão de Melgaço e Santo

Antônio do Leverger - como aquelas que oferecem base de apoio turístico no Pantanal Mato-Grossense.

Nesta linha, o mapa a seguir localiza o Pantanal e destaca os municípios selecionados para estudo, assim como a rede modal de acesso e ligações entre eles. Após tal mapa encontra-se o próximo item, com a descrição das principais características de tais municípios.

Mapa 2 – Complexo pantaneiro no Brasil e sua hidrografia, com destaque para as principais redes modais de acesso entre os municípios
Elaboração: Rafael Mussi, 2011.

1.5. Caracterização dos municípios estudados

A escolha dos municípios de Aquidauana e Corumbá no Mato Grosso do Sul e de Poconé e Cáceres no Mato Grosso, além das justificativas já apresentadas, também encontram respaldo no fato de que suas áreas urbanas se localizam na borda do Pantanal e sofrem influências das atividades ocorridas na região. Com isto, as pressões nestas cidades e os processos de urbanização influenciados pelo entorno poderão ter reflexos na planície pantaneira, tendo o turismo sua parcela de contribuição.

As principais características de tais municípios são apresentadas a seguir.

1.5.1. Mato Grosso do Sul

Devido aos motivos anteriormente apresentados, os municípios selecionados neste Estado foram Aquidauana e Corumbá. Apesar da ampla participação territorial no Pantanal, tais municípios possuem pouca densidade populacional, conforme podemos notar na figura abaixo.

Figura 6 – Densidade populacional do MS, com destaque para os municípios de Aquidauana e Corumbá
 Elaboração: Carla Moura, 2011

Aquidauana

Município pertencente ao Estado do Mato Grosso do Sul, possui uma extensão territorial de 16.958 km² e uma população de 45.623 habitantes, sendo 35.954 moradores de áreas urbanas e 9.669 de áreas rurais (IBGE, 2010).

Figura 7: Comitiva de gado em área rural do município de Aquidauana
Fonte: Foto da autora, 2010

Em relação a sua economia, o setor mais representativo é o de serviços, conforme demonstrado nos gráficos abaixo, que representam os anos de 2000 até 2008.

Figura 8: Gráfico sobre a participação dos serviços no PIB do município de Aquidauana
Fonte: IBGE, 2011

Figura 9: Gráfico sobre a participação da indústria no PIB do município de Aquidauana
Fonte: IBGE, 2011

Figura 10: gráfico sobre a participação da agropecuária no PIB do município de Aquidauana
Fonte: IBGE, 2011

Os gráficos demonstram a dinâmica econômica desde o ano 2000, mostrando que durante todo o período analisado o setor de serviços manteve uma participação mais representativa no PIB municipal, seguido da agropecuária e da indústria.

Nota-se que todos os setores tiveram um crescimento contínuo desde 2000, com queda em 2008, com exceção da agropecuária que manteve o crescimento. Porém, mesmo com tal queda, o setor de serviços é o que possui a maior contribuição, mantendo esta liderança até o ano de 2010, conforme os gráficos abaixo.

Figura 11 - Gráfico referente ao PIB de Aquidauana (2007)
Fonte: IBGE, 2007

Figura 12 - Gráfico referente ao PIB de Aquidauana (2010)
Fonte: IBGE, 2010

Apesar do setor de serviços superar os outros, nota-se que ocorreu certa queda em apenas três anos, assim como a indústria. Entretanto o setor agropecuário cresceu neste período e também é responsável por uma importante parcela da economia municipal, conforme já discutido anteriormente.

Considerando que o turismo se enquadra no setor de serviços, podemos identificar uma queda em relação aos anos anteriores. Fato também levantado em entrevista, ocasião em que foram obtidos depoimentos que revelaram uma baixa na quantidade de hóspedes nas pousadas e também de visitantes nas festas regionais.

Apesar de sua grande extensão territorial, a cidade é pequena e não possui um produto turístico consolidado. Seus hotéis hospedam principalmente estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e suas famílias.

O turismo se desenvolve em fazendas distantes do centro urbano e geralmente com grande dificuldade de acesso. Isso o caracteriza como um produto voltado para a alta classe social, devido ao alto custo para se chegar ao local.

Assim, os turistas que procuram uma inserção no Pantanal geralmente não passam pela cidade, pois seguem direto para a zona rural do município onde existem grandes pousadas que outrora foram fazendas. Dependendo do local ou da época do ano é necessário utilizar pequenos aviões ou carros capazes de atravessar regiões pantanosas.

Seu rio (Aquidauana) é um dos mais ricos em peixes na região, fator obviamente estimulante ao desenvolvimento da atividade pesqueira. Por suas terras chega-se na Fazenda Rio Negro, antes administrada pela Ong Conservation International e adaptada para o ecoturismo e desenvolvimento de pesquisas científicas (SALVATI, 2008; CI, 2008).

Algumas Unidades de Conservação na área urbana – que não se enquadram nas definições do SNUC – caracterizam-se como atrativos para o local, é o caso do Parque Ecológico da Lagoa Comprida, Parque do Pirizal e Parque São João. Entretanto não há uma estrutura

adequada para a visitação e a Secretaria de Turismo demonstra planos para revitalizar estas áreas a fim de atrair seus visitantes.

Características administrativas, ambientais e turísticas²:

- Plano Diretor: sim, porém não foi possível localizá-lo.
- Secretaria de Meio Ambiente: sim, denominada como Gerência de Produção e Meio Ambiente. Entretanto suas responsabilidades principais se focam no desenvolvimento de atividades nos setores produtivos (indústria, comércio, agronegócio e serviços), além de cuidar das questões ambientais. Este tipo de divisão não permite um caráter autônomo ao meio ambiente, mas sim o subordina, de certa forma, aos diversos setores de produção. As entrevistas pessoais com o diretor do núcleo de meio ambiente revelaram tal fato.
- Secretaria de Turismo: não especificada como Secretaria, mas como Fundação de Turismo, foi criada em 2009 e foca seus trabalhos na divulgação do município, tanto para o público externo, quanto para o população local.
- Estação de tratamento de esgoto (ETE): de acordo com o diretor do núcleo de meio ambiente, a cidade possui rede e equipamentos para fazer o tratamento necessário, porém está parada e apenas 10% da cidade tem coleta de esgoto. A maioria dos dejetos acabam sendo depositados no Rio Aquidauana. Os dados do IBGE (2008), demonstram que o município possui rede coletora de esgoto, porém a porcentagem total de coleta e tratamento não foi encontrada.
- Resíduos Sólidos: em entrevistas com o diretor do núcleo de meio ambiente foi levantado que o município possui aterro sanitário.

² Levantadas em entrevistas e pesquisas de campo realizadas em julho/2009 e março/2010

- Alta temporada: a gerência de meio ambiente não considera que a cidade esteja preparada para atender um número muito alto de visitantes nestas épocas, que acontece principalmente em festas municipais.
- Trabalho em conjunto entre gestores ambientais e de turismo: não ocorrem atividades próximas e/ou conjuntas. A gerência ambiental possui idéias divergentes da fundação de turismo, principalmente no que se refere ao tipo de turismo a ser estimulado. Gestores de turismo focam as atividades em festas regionais, por exemplo, enquanto os gestores ambientais pensam que o ecoturismo e atividades de turismo de aventura seriam as melhores opções para uma cidade pantanosa.
- Projetos de educação ambiental com turistas: não.
- Ocupações em áreas de risco ou Área de Preservação Permanente (APP)³: sim, inclusive áreas de hospedagem, como o Hotel Beira Mar, localizado na margem do

³ Área de Preservação Permanente é instituída pela Lei Nº4771/65, que a define como:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Rio Aquidauana. Além de ocupações de domicílios e uma pequena pousada em áreas próximas ao referido rio e ao córrego João Dias, áreas da Serra e na Estrada-Parque.

- Áreas protegidas: 4 Unidades de Conservação municipais, 1 Estadual (APA Estrada Parque Piratã) e 12 RPPNs no município.
- Regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo: não.
- Planejamento ambiental: não possuem ações específicas de planejamento ambiental.
- Novas infraestruturas de acesso à cidade: ações para melhorar a sinalização e especulações quanto a criação de uma entrada própria para Aquidauana (hoje entra-se por Anastácio), que passaria pela Estrada-Parque. Retorno do Trem do Pantanal, que passa por Aquidauana e tem gerado mudanças no setor de comércio e serviços.
- Plano para o desenvolvimento turístico municipal: ainda não.
- Aumento das pousadas nos últimos 10 anos: sim, mas pouco. Ocorreram mais melhorias e manutenção das pousadas.

Corumbá

O município possui uma extensão territorial de 64.963 km² e abriga uma população de 103.772 habitantes, sendo 93.510 pertencentes a população urbana e 10.262 habitantes de áreas rurais (IBGE, 2010). É considerado como uma porta de entrada para o Pantanal Sul-Matogrossense, principalmente por fazer fronteira com a Bolívia e ter seu acesso facilitado. Sua área urbana é banhada pelo Rio Paraguai, conforme podemos observar na foto abaixo.

Figura 13: Área urbana de Corumbá banhada pelo Rio Paraguai.
Fonte: Foto da autora, 2010

Segundo Salvati (2002), essa cidade possui uma razoável infraestrutura turística, a qual está vinculada principalmente com as atividades de pesca esportiva e amadora. Nota-se abaixo que o setor de serviços é o principal responsável pela economia municipal.

Figura 14 - Gráfico sobre a participação dos serviços no PIB do município de Corumbá
Fonte: IBGE, 2011

Figura 15 - Gráfico sobre a participação da indústria no PIB do município de Corumbá
Fonte: IBGE, 2011

Figura 16 - Gráfico sobre a participação da agropecuária no PIB do município de Corumbá
Fonte: IBGE, 2011

Destaca o crescimento contínuo do setor de serviços, que se mostra com a maior contribuição para o município. A agropecuária também cresceu continuamente durante todo o

período. Entretanto, a indústria foi o setor com maior crescimento, principalmente no ano de 2008, aumentando sua importância para o PIB municipal.

Os gráficos abaixo mostram a importância dos três setores no ano de 2007 e 2010, e os relaciona em âmbito nacional e estadual.

Figura 17 - Gráfico referente ao PIB de Corumbá (2007)
Fonte: IBGE, 2007

Figura 18 - Gráfico referente ao PIB de Corumbá (2010)
Fonte: IBGE, 2010

Durante os 10 anos mostrados nos gráficos, é possível identificar a grande importância do setor de serviços quando o comparamos com a indústria e a agropecuária. Entretanto estes dois últimos setores tiveram um crescimento muito maior nos últimos três anos sendo que a indústria mais do que dobrou seu PIB.

O crescimento no setor de serviços, apesar de mais lento do que os outros, também foi significativo. Assim, podemos confrontar os dados oficiais com os depoimentos obtidos em campo, pois o turismo possui sua contribuição no setor de serviços, apesar de não ser o único representante.

As informações obtidas em campo também revelaram um vagaroso crescimento turístico, porém indicaram um aumento no número de visitantes em períodos de festas (carnaval e festa da América do Sul).

O programa de regionalização do turismo contido no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010 define Corumbá como um destino indutor. Isto certamente estimula a mobilização social através da criação de um comitê gestor - coordenado principalmente pelo Sebrae - para promover a atividade.

Nesta cidade o fluxo turístico é intenso, sendo o Rio Paraguai o principal atrativo. O acesso a áreas distantes e selvagens do Pantanal é facilitado por diversas agências que oferecem estes passeios e estão instaladas, principalmente, na rodoviária. Porém, estas possuem pouca estrutura e os passeios são feitos sem o devido controle e fiscalização do poder público local⁴.

Nota-se o fato de que não há um controle de turistas em áreas naturais do Pantanal. É notável que isto também não ocorre nos outros municípios estudados, porém apresenta-se como um problema mais sério em Corumbá devido a grande frequência de visitantes em tais áreas, conforme identificado em pesquisa de campo.

⁴ Informações levantadas em pesquisa de campo e entrevistas com atores locais.

De acordo com o Secretário de turismo (2009), a cidade possui dois picos de alta temporada: o carnaval e a festa da América do Sul, evento que promove as diferentes nações sul-americanas. Corumbá geralmente não suporta tantos turistas nestas ocasiões e muitas pessoas acampam em locais públicos.

Um fator imprescindível para o aumento da segurança e da qualidade turística é a diminuição do tráfico e da prostituição. Dois sérios problemas, identificados em pesquisa de campo, que afetam negativamente não só os turistas como toda a população local.

Características administrativas, ambientais e turísticas⁵:

- Plano Diretor: aprovado em 2006, é possível encontrá-lo na íntegra no portal online do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Secretaria de Meio Ambiente: sim.
- Secretaria de Turismo: sim.
- ETE: não foi possível localizar os dados de tratamento de esgoto, porém a empresa responsável por este serviço é a SANESUL.
- Resíduos Sólidos: o destino final dos resíduos não foi identificado.
- Alta temporada: dois picos de alta temporada, onde a cidade geralmente não suporta todos os visitantes, o carnaval e a festas das Américas. Neste período faltam hospedagens e algumas pessoas costumam acampar em locais públicos.
- Trabalho em conjunto entre gestores ambientais e de turismo: de acordo com o secretário de turismo (2009) a secretaria de meio ambiente e a de turismo buscam realizar um trabalho integrado para promover a atividade sem ferir os princípios ambientais.

⁵ Levantadas em entrevistas e pesquisas de campo

- Projetos de educação ambiental com turistas: nenhum trabalho é realizado pelo governo local, porém alguns hotéis realizam projetos de educação e reabilitação de animais selvagens.
- Ocupações em áreas de risco ou Área de Preservação Permanente (APP): de acordo com o secretário de turismo (2009), o município não possui problemas com esta questão. Entretanto, na mesma entrevista identificou-se a preocupação em conter acampamentos clandestinos em áreas selvagens.
- Áreas protegidas: estrada-parque
- Regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo: não.
- Planejamento ambiental: não identificado.
- Novas infraestruturas de acesso à cidade: não identificado.
- Plano para o desenvolvimento turístico municipal: sim, seguem as diretrizes do Plano Nacional e os caminhos apontados para os 65 destinos indutores.
- Aumento das pousadas nos últimos 10 anos: sim, e também das agências que prestam serviços turísticos e passeios no Pantanal.

1.5.2. Mato Grosso

Neste Estado os municípios selecionados para estudo foram Poconé e Cáceres, devido aos motivos apresentados anteriormente. Vale ressaltar que a extensa participação territorial no complexo pantaneiro e a fama turística já concretizada são bases importantes para a escolha dos mesmos.

Figura 19 – Densidade populacional de MT, com destaque para os municípios de Poconé e Cáceres
Elaboração: Carla Moura, 2011

Poconé

Com uma extensão territorial de 17.271 km², abriga uma população de 31.778 habitantes onde 23.062 estão estabelecidos em áreas urbanas e 8.716 em áreas rurais (IBGE, 2010). O local vive basicamente da pecuária de corte e serve de apoio para aqueles que percorrem pela rodovia Transpantaneira (SALVATI, 2002).

Figura 20 - Foto do início da rodovia Transpantaneira em Poconé - Mato Grosso
Fonte: Foto da autora, 2010

Os gráficos abaixo demonstram que apesar do setor de serviços ter a maior contribuição na economia, a agropecuária também representa uma parcela importante (muito mais do que nos outros municípios apresentados).

Figura 21 - Gráfico sobre a participação dos serviços no PIB do município de Poconé
Fonte: IBGE, 2011

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Variável = Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)

Figura 22 - Gráfico sobre a participação da indústria no PIB do município de Poconé
Fonte: IBGE, 2011

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Variável = Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)

Figura 23 – Gráfico sobre a participação da agropecuária no PIB do município de Poconé
Fonte: IBGE, 2011

Neste município também pode-se notar o padrão de crescimento contínuo em todos os setores neste período, com menor representatividade na indústria, que se manteve quase estável entre 2004 e 2007.

Destaca-se também uma pequena queda na agropecuária no ano de 2008, fato que permaneceu até o ano de 2010, conforme podemos verificar nos gráficos abaixo.

Figura 24 - Gráfico referente ao PIB de Poconé (2007)
Fonte: IBGE, 2007

Figura 25 - Gráfico referente ao PIB de Poconé (2010)
Fonte: IBGE, 2010

Ainda assim, destaca-se a grande contribuição do setor agropecuário para o PIB municipal. Porém, o setor de serviços continua sendo o principal, como nos outros municípios estudados, com pequenos neste setor e também na indústria.

Em relação as características municipais, o site oficial da Prefeitura Municipal de Poconé (2008) destaca que seus atributos naturais atraem ecoturistas nacionais e internacionais, devido a fauna exuberante e grande diversidade paisagística e cultural.

A área urbana do município não recebe muitos turistas, porém a facilidade de chegar na Transpantaneira e conseqüentemente em áreas naturais do Pantanal é muito alta, o que faz com que se configure como uma porta de entrada para locais selvagens. Assim, a área urbana se mostra apenas como ponto de passagem para turistas que se hospedam nas áreas rurais.

Na Estrada Parque estão localizadas muitas pousadas, em sua grande maioria, antigas fazendas que mudaram de ramo. São oferecidos diversos passeios que acabam configurando o local como grande realizador de um turismo na natureza, porém, na maior parte dos casos, sem a preocupação ambiental que definiria a atividade como ecoturística.

Um elemento primordial de estudo é o Hotel Porto Cercado do SESC, localizado no município, se instala em uma área banhada pelo Rio Cuiabá e se utiliza das áreas naturais para seus passeios turísticos. Com grande poder de transformação do meio em que está inserido, o empreendimento estimulou a pavimentação da Rodovia Porto Cercado, que dá acesso ao hotel, reduzindo o tempo e a dificuldade de chegada até o mesmo, assim como os custos de logística de transporte. O asfaltamento desta rodovia modificou uma grande área da paisagem selvagem e necessitou de aterramento em alguns pontos onde os corixos cruzavam em épocas de cheia e bloqueavam a estrada⁶.

⁶ Para maiores detalhes sobre a questão, ver Cap. 3: Impactos do turismo no Pantanal.

Entretanto o SESC Pantanal mantém projetos de conservação em sua RPPN, merecendo destaque o projeto da arara azul, o qual estimula a conservação desta espécie e ainda aumenta o atrativo turístico na região.

Características administrativas, ambientais e turísticas⁷:

- Plano Diretor: existente, porém foi possível encontrar o documento.
- Secretaria de Meio Ambiente: Sim, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.
- Secretaria de Turismo: Sim, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.
- ETE: não identificado.
- Resíduos Sólidos: foi levantado, em entrevista com o secretário de turismo e meio ambiente, que o município descarta seus resíduos em um lixão.
- Alta temporada: Diferentes épocas têm públicos diferentes:
 - Temporada de pesca: começo de março até maio/junho
 - Férias européias: julho até outubro (verão europeu) – época de seca no Pantanal
 - Férias brasileiras: dezembro/janeiro
- Trabalho em conjunto entre gestores ambientais e de turismo: sim, é a mesma secretaria.
- Projetos de educação ambiental com turistas: não.
- Ocupações em áreas de risco ou Área de Preservação Permanente (APP): não, porém existem muitos acampamentos clandestinos de pescadores.
- Áreas protegidas: sim, duas estradas-parques:
 - Transpantaneira: MT-060
 - Poconé-Porto Cercado: MT-370

⁷ Levantadas em entrevistas e pesquisas de campo

- Regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo: não. Porém está sendo implantando pela SEDTUR novas regras para os guias turísticos⁸.
- Planejamento ambiental: não.
- Novas infraestruturas de acesso à cidade: Asfaltamento da Poconé-Porto Cercado⁹ (MT-370), inaugurado em março de 2009. Outro fator que chama a atenção é o bom estado de conservação da transpantaneira (ainda que em condições rústicas e sem asfalto).
- Plano para o desenvolvimento turístico municipal: não.
- Aumento das pousadas nos últimos 10 anos: sim, principalmente ao longo da transpantaneira. Em apenas dois anos surgiram três novas pousadas.

Cáceres

Nas margens do rio Paraguai, como identificamos no registro fotográfico abaixo, o município faz fronteira com a Bolívia e, conforme dados do IBGE (2010), possui uma extensão territorial de 24.351 km².

⁸ Este fato tem causado muita polêmica no município, pois os guias terão que ter ensino médio completo e prestar uma prova para mostrarem-se habilitados, porém a maior parte dos acompanhantes turísticos locais não são se enquadram nestas condições.

⁹ Estrada-parque que liga o centro urbano até o hotel SESC Pantanal

Figura 26 - Parte do Rio Paraguai que banha a área urbana de Cáceres
Fonte: Foto da autora, 2010

Abriga uma população de 87.912 habitantes, onde 76.558 fazem parte da zona rural e 11.354 pertencem a zona urbana. Segundo Salvati (2002) sua dinâmica econômica está baseada na pecuária e na produção madeireira, além de contar com o apoio da estrutura turística. Os gráficos abaixo confirmam esta informação e mostram a grande importância do setor de serviços para o PIB municipal.

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Variável = Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (Mil Reais)

Figura 27 - Gráfico sobre a participação dos serviços no PIB do município de Cáceres
Fonte: IBGE, 2011

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Variável = Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)

Figura 28 - Gráfico sobre a participação da indústria no PIB do município de Cáceres
Fonte: IBGE, 2011

Figura 29 – Gráfico sobre a participação da agropecuária no PIB do município de Cáceres
Fonte: IBGE, 2011

Analisando as informações obtidas nos gráficos, nota-se a contribuição crescente do setor de serviços durante todo o período. A indústria e a agropecuária não seguiram este padrão de crescimento, sendo que a primeira se manteve praticamente estável entre os anos de 2004 e 2007. A agropecuária teve quedas no ano de 2006 e 2007, mas voltou a crescer em 2008.

As figuras abaixo apresentam os gráficos dos anos de 2007 e 2010, nota-se que todos os setores tiveram crescimento. Isto significa que ocorreu uma recuperação a partir de 2008, não havendo mais quedas no período.

Figura 30 - Gráfico referente ao PIB de Cáceres (2007)
Fonte: IBGE, 2007

Figura 31 – Gráfico referente ao PIB de Cáceres (2010)
Fonte: IBGE, 2010

Nota-se que Cáceres também seguiu o padrão dos municípios já analisados, e possui o setor de serviços como base do seu PIB. Porém, teve um crescimento em todos os setores no período dos três últimos anos considerados.

A não ocorrência de nenhum aumento significativo e/ou diferenciado em algum setor específico demonstra uma provável homogeneidade de investimento nas diferentes atividades.

Assim, o crescimento do setor de serviços também pode ser considerado como um aumento do turismo.

Ao confrontar os dados oficiais com os depoimentos e levantamentos em campo, encontramos certa coerência, já que alguns entrevistados do setor turístico mencionaram um maior movimento da atividade nos últimos três anos.

Em relação aos atrativos turísticos, a cidade tira muito proveito de sua localização, que beira o Rio Paraguai, através do turismo de pesca. Tal atividade é forte e de grande importância municipal.

Suas águas atraem um grande número de pescadores durante o festival de pesca, o qual tem tido uma gradativa queda de alguns anos para cá. Segundo entrevistas a quantidade e qualidade do pescado têm diminuído, fatores estes que estariam ocasionando tal queda na participação popular do festival.

Características administrativas, ambientais e turísticas¹⁰:

- Plano Diretor: encontrado apenas notícias sobre as discussões para revisão e atualização do Plano Diretor, em portais do poder público municipal, mas não o documento.
- Secretaria de Meio Ambiente: sim, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
- Secretaria de Turismo: sim, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
- ETE: não identificado.
- Resíduos Sólidos: não identificado.
- Alta temporada: março a outubro (época de pesca, principalmente no festival de pesca).

¹⁰ Levantadas em entrevistas e pesquisas de campo

- Trabalho em conjunto entre gestores ambientais e de turismo: sim, é mesma secretaria, portanto uma única estrutura administrativa.
- Projetos de educação ambiental com turistas: não.
- Ocupações em áreas de risco ou Área de Preservação Permanente (APP): não identificado.
- Áreas protegidas: não identificado.
- Regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo: não.
- Planejamento ambiental: não.
- Novas infraestruturas de acesso a cidade: não identificado.
- Plano para o desenvolvimento turístico municipal: revisão e atualização do Plano Diretor.
- Aumento das pousadas nos últimos 10 anos: não identificado.

1.6. Comparações entre os municípios

Por meio da análise das semelhanças entre os municípios é possível compará-los e identificar os aspectos convergentes. Assim, foram consideradas duplas com características similares, apresentadas na tabela abaixo, que descreve as características semelhantes no cruzamento entre os municípios de MS e MT.

Tabela 2 – Semelhanças e comparações entre os municípios estudados

Semelhanças e comparações entre os municípios		
Municípios de Mato Grosso do Sul	Municípios de Mato Grosso	
	Poconé	Cáceres
	Comparações	
Aquidauana	Cidades pequenas com características interioranas que possuem pouco turismo desenvolvido na zona urbana, focando as atividades em áreas rurais. Porém, a visitação em áreas selvagens é facilitada em Poconé através da Transpantaneira.	Não há semelhanças notórias entre os municípios.
Corumbá	Presença da transpantaneira que facilita o acesso a pousadas “menores”, mas que oferecem todo produto o necessário para que o turista sinta e conheça a vida selvagem do Pantanal.	As duas cidades sofrem grande influência do Rio Paraguai e o turismo de pesca tem um papel extremamente importante. Entre os municípios estudados, são os que mais recebem turistas durante o ano. Ambos são designados como destino indutor pelo Plano Nacional de Turismo 2007/2010, talvez por isso o Sebrae atue através de auxílio na articulação dos atores sociais. As duas cidades fazem fronteira com a Bolívia, porém a zona urbana de Corumbá sofre mais influência deste fator do que a de Cáceres. Devido a existência da Estrada Parque, Corumbá possui maior facilidade de explorar o turismo na natureza, algo que acontece de forma diferenciada em Cáceres, que explora a beira do Rio. Apesar de não estudados, os barcos hotéis representam um importante fator turístico e atraem grande número de visitantes em ambas as cidades.

Nota-se que as comparações foram feitas entre os municípios de diferentes Estados. Entretanto, é possível identificar também características semelhantes entre o turismo ocorrido em Aquidauana e Corumbá, ambos em MS.

Além da estrutura montada para atender os turistas “mochileiros”, Corumbá também abriga grandes pousadas de difícil acesso na zona rural, assim como Aquidauana, o que se configura como um turismo de luxo pelos altos preços cobrados e necessidade de transporte diferenciado pra acessar tais locais.

Em relação ao saneamento básico, destaca o fato de o município de Poconé ser que possui as piores condições, não apresentando coleta de esgoto e atendimento apenas parcial com água tratada (IBGE, 2008). A visita em campo identificou o que revela os dados oficiais: uma população com medo da água que sai de suas torneiras e alguns cuidados no consumo¹¹.

Não foram encontrados dados oficiais de tratamento de esgoto e presença de aterros sanitários. Porém, em entrevistas identificou-se que nenhum dos municípios possui aterros sanitários e descartam seus resíduos no solo.

A coleta seletiva também não é identificada pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE (2008). Porém, a presença dos catadores foi identificada em campo, sendo uma realidade de todas as cidades.

Ainda para fins de comparação, a tabela abaixo apresenta a existência de áreas de risco no perímetro urbano.

Tabela 3 – Presença de áreas de risco no perímetro urbano dos municípios

Presença de áreas de risco no perímetro urbano				
	Aquidauana	Corumbá	Poconé	Cáceres
Áreas de risco de baixo sujeitas a inundações e/ou proliferação de vetores	Sim	Sim	Não	Não
Áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamentos	Não	Sim	Não	Sim
Áreas sem infraestrutura de drenagem	Sim	Sim	Não	Não
Áreas urbanas com formação de grotões, ravinas e processos erosivos crônicos	Não	Não	Não	Não
Outros tipos de áreas de risco	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, 2008

¹¹ Para maiores detalhes, ver Capítulo 3: Impactos ambientais do turismo no Pantanal.

As variáveis de áreas de risco são úteis para pensar o planejamento municipal e necessárias para identificar os principais problemas de localização das construções humanas.

Neste assunto o município de Poconé é considerado com maior segurança por não possuir nenhuma destas condições em seu perímetro urbano. Cáceres também se encontra em boas condições, porém possui áreas sujeitas a deslizamentos.

O caso de Corumbá é o mais preocupante, pois possui praticamente todas as áreas de risco em seu perímetro urbano, exceto ravinas e erosões crônicas. Isto indica a necessidade de maior cuidado no uso do solo e áreas de expansão urbana.

Nota-se que as cidades localizadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense (Aquidauana e Corumbá) apresentam áreas de risco de inundações e não possuem infraestrutura de drenagem, algo não identificado naquelas pertencentes ao Estado de Mato Grosso. Cabe ressaltar aqui o grande problema ocasionado por tais características no início do ano de 2011. Nesta ocasião os perímetros urbanos destes municípios sofreram grandes e longas inundações que atingiram casas e diversos empreendimentos, entre eles turísticos. Tais acontecimentos podem ser verificados nas notícias divulgadas em jornais de grande circulação, como a Folha de São Paulo¹² e o Estadão¹³, além de jornais e portais de notícias da região, como o

¹² Folha.com (notícias de março de 2011):

- 06/03/2011 - Chega a 1.000 número de desabrigados pela chuva no MS:
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/885316-chega-a-1000-numero-de-desabrigados-pela-chuva-no-ms.shtml> ;
- 07/03/2011 - Rio sobe 10 metros e deixa Aquidauana (MS) isolada:
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/885608-rio-sobe-dez-metros-e-deixa-aquidauana-ms-isolada.shtml> ;
- 08/03/2011 - Quatro cidades declaram estado de emergência no MS:
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/885886-quatro-cidades-decretam-estado-de-emergencia-no-ms.shtml> ;
- 09/03/2011 - Enchentes deixam nove cidades de MS em estado crítico:
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/886288-enchentes-deixam-nove-cidades-de-ms-em-estado-critico.shtml> .
-

¹³ Estadão (notícias de março de 2011):

- 23/03/2011 - MS decreta situação de emergência em Corumbá:
<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ms-decreta-situacao-de-emergencia-em-corumba,696155,0.htm> ;

Aquidauana News¹⁴. Por isso, se há propósitos de expansão urbana e crescimento turístico, estes fatores devem ser considerados, tomando o cuidado de não ocupar tais áreas.

1.7. Turismo no Pantanal

A exuberância das áreas selvagens do Pantanal e suas paisagens diversificadas atraem turistas de diversas regiões, inclusive do exterior, e se promove como uma forma de geração de renda para a população.

Para entendermos seus processos e dinâmicas nos municípios estudados será feita uma breve volta ao passado, principalmente para a década de 90, para então chegarmos aos dias atuais. A escolha deste período se deve ao levantamento realizado em pesquisa de campo, no qual se revelou um crescimento da atividade a partir deste momento. Além disso, o PCBAP³ (1997) também indica um crescimento do turismo no interior do Brasil no decorrer da década de 80, intensificando-se entre o final desta e o início da década de 90.

Tais informações também encontram respaldo na Política Estadual de Turismo de Mato Grosso (2003) que, ao fazer um histórico da atividade no Estado, indica a atração de novos investimentos no início dos anos 90. Isso ocorreu devido a criação de uma campanha publicitária para divulgar o setor, chamada “Mato Grosso, um paraíso natural a sua espera”. Criada nos anos 80, seu foco era a venda e divulgação das belezas naturais e contribuiu para consolidar alguns produtos turísticos e operacionalizar a atividade na década de 90.

-
- 25/03/2011 - Chuva causa prejuízo de R\$ 190 milhões no Pantanal: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,chuva-causa-prejuizo-de-r-190-milhoes-no-pantanal,697323,0.htm> ;
 - 29/03/2011 - No MS já são 26 as cidades em situação de emergência: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,no-ms-ja-sao-26-as-cidades-em-situacao-de-emergencia,698819,0.htm> .

¹⁴ Aquidauana News (notícia de março de 2011):

- 23/03/2011 - Estado declara situação de emergência no Pantanal de Corumbá: http://www.aquidauananews.com/index.php?action=news_view&news_id=180284

Também podemos acrescentar o lançamento do projeto “Turismo Ecológico” em 1988 pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Apesar de ter sido uma estratégia de marketing, objetivou aumentar o fluxo do turismo nacional e internacional pela exploração das belezas naturais brasileiras. Identifica-se que antes da década de 80 apenas o litoral brasileiro era bem explorado turisticamente, passando a ter espaço a Amazônia e o Pantanal após este período (PCBAP³, 1997).

Devido a grande qualidade e confiabilidade das informações contidas no Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai e também os extensos dados levantados deste período¹⁵, tal documento será utilizado como a principal fonte de análise neste trabalho para elaborar certa retrospectiva.

1.7.1. Análise diacrônica do turismo no Pantanal

Na década de 1990 a atividade já era considerada pelo governo federal como promotora do desenvolvimento sustentável para a região, conforme descrito no PCBAP¹ realizado no ano de 1997. Entretanto, este mesmo documento evidencia que os impactos negativos acompanharam a expansão do turismo nos países subdesenvolvidos a partir da década de 1970. Assim, apesar de ser vista como benéfica o governo já identificava, nos anos que foram feitas as análises (1994/1995), alguns problemas relacionados com a falta de infraestrutura básica e de planejamento para a consolidação do turismo pantaneiro. Estes fatores se demonstravam como um mau aproveitamento do potencial turístico regional e podem ser verificados no discurso a seguir:

apesar das potencialidades turísticas existentes na BAP/MT, o desempenho satisfatório dessa atividade vem sendo prejudicado por vários fatores ligados à infraestrutura básica que, de forma indireta, impõem certas limitações ao

¹⁵ O PCBAP buscou conhecer a evolução do turismo a partir dos anos 80, diagnosticando seus tipos e formas reais e potenciais, além de questões sobre investimentos econômicos, infraestrutura, impactos ambientais, conservação ambiental e zoneamento turístico.

desenvolvimento do turismo como: precariedade dos meios de comunicação, ausência de saneamento básico, poluição hídrica etc. Além desses fatores, há os que interferem diretamente na atividade turística como a falta de planejamento coordenado entre os planos nacionais, regionais e locais, a falta de serviços qualificados para atender hotéis, pousada, agências de turismo e outros (PCBAP¹, 1997, p. 96).

De acordo com a Política Estadual de Turismo de Mato Grosso (2003), no final da década de 1980 e início dos anos 1990 as ações governamentais tiveram um refluxo e a infraestrutura de acesso, principalmente aos estabelecimentos turísticos do Pantanal, se deteriorou. Fato este que fez com que os profissionais da cadeia de turismo tivessem pouco apoio institucional no período. Porém, já em 1993 foi criada a Associação dos Municípios com Potencial Turístico – AMPTUR, dando novos estímulos para o setor.

No Pantanal do Mato Grosso do Sul, também na década de 1990, estes mesmos problemas foram identificados e separados de acordo com o tipo de turismo e de seus estabelecimentos. Pelo grande importância para este trabalho, os resultados levantados serão descritos na íntegra, no parágrafo seguinte.

As atividades de camping, acampamentos e ranchos são responsáveis pelos impactos negativos mais fortes (nível 3) ligados à descaracterização física e à poluição das áreas onde se localizam. No nível dos impactos negativos sociais e econômicos, as ações destas atividades são mais brandas. Quanto aos impactos positivos, eles apresentam-se, essencialmente, no meio sociocultural.

A hotelaria tem na produção dos resíduos sólidos, na poluição das águas e na poluição sonora e ambiental, os mais fortes impactos. Constitui problema bastante sério a destinação do lixo produzido nestas áreas que, por falta de local específico (aterro controlado, aterros sanitários), é em parte incinerado ou depositado às margens dos rios ou lagoas, aguardando que as enchentes periódicas o leve. O destino do esgoto geralmente é o rio e as lagoas, enquanto que a presença intensa dos motores de popa e dos geradores de energia constituem os causadores da poluição sonora e ambiental.

Quanto ao turismo recreacional esportivo (pesca esportiva), embora seja atividade fundamentalmente vinculada ao ambiente natural, os impactos são mais fortes e mais presentes no meio sócio-cultural, constituindo, na maioria, impactos positivos. Os impactos negativos produzidos por ações intrínsecas à atividade da pesca, ou seja, a poluição sonora e ambiental resultante da intensa movimentação de barcos com motores de popa, que além deste impacto, provocam o stress nos cardumes e afugentam a fauna. Nas áreas com grande afluxo de pescadores, ocorre a concentração de resíduos sólidos (lixo) e a descaracterização da vegetação ciliar.

O turismo cultural recreacional manifesta-se mais fortemente no meio sócio-cultural, resultando dos efeitos diretos, indiretos e induzidos, produzidos pelo turismo e que afetam essencialmente o setor econômico, em que são mais fortes. Os impactos negativos resultam da expansão do turismo, que proporciona maior contingente de visitantes, consequentemente maior consumo, passando a exigir cada vez mais infra-estrutura e serviços. Afetam, principalmente, os setores sociais, sobressaindo-se a sobrecarga nos serviços de infra-estrutura urbana. No meio físico,

ocorrem nos locais onde a atividade se realiza, produzindo impactos considerados pouco importantes (PCBAP¹, 1997, p. 158).

A sobrecarga nos serviços de infraestrutura pode gerar graves impactos ambientais em locais que os possuem com debilidade. Nos municípios de Mato Grosso (incluem-se Cáceres e Poconé) o tratamento de esgoto era praticamente inexistente na década de 90 e as raras ligações levavam os efluentes direto para os corpos d'água ou ETEs sem condições de operação. Fossas rudimentares se caracterizavam como os principais meios para despejo, sendo as sépticas usualmente utilizadas apenas na Sub-bacia do Rio Cuiabá (PCBAP¹, 1997).

A questão da disposição final dos resíduos sólidos também era preocupante, pois as prefeituras de todos os municípios pertencentes à Bacia do Alto Paraguai dispunham seus lixos em lixões a céu aberto, sobre o solo ou em valas (PCBAP¹, 1997).

De acordo com o PCBAP¹ (1997) a situação dos municípios sul-mato-grossenses não era muito diferente, e a maioria deles utilizavam fossas domiciliares ou conduziam suas redes de esgotos para os cursos d'água. O problema da disposição final do lixo também era encontrado e se caracterizava com a presença de lixões a céu aberto na maior parte dos municípios. O levantamento desses dados produziu um único indicador de saneamento municipal, que agregava variáveis como água, esgoto e lixo. Ressalta-se que Aquidauana e Corumbá foram analisados como pertencentes ao grupo do nível crítico.

Fonte: FNS e SANESUL
 Organizadores: Rosana L. de Melo/Laércio A. Seconello
 Joaquim D. da M. Longo
 Orientação Cartográfica: Marcos Alegre
 Editoração Gráfica: Leonardo Freitas Alves

Mapa 3 - Caracterização dos municípios da BAP/MS segundo coleta e destino final do lixo doméstico urbano – 1995

Fonte: PCBAP¹, 1997

Este mesmo documento indica que, já em 1997, o turismo no Pantanal ocorria de forma massiva em algumas cidades, destacando para este trabalho, Cáceres e Poconé.

Entretanto algumas atividades relacionadas com o ecoturismo estavam começando a ganhar espaço.

Ainda assim, no ano de 1997 o Estado de MT não possuía um Plano Diretor de Turismo, e este era explorado de forma amadora apenas nos pontos turísticos. O Estado de MS também não possuía um Plano Diretor para guiar tal atividade. Além disso, as agências de turismo existentes eram emissivas, e tinham grande precariedade no atendimento receptivo (PCBAP³, 1997).

1.7.2. Turismo atual nos municípios

Apesar da identificação dos problemas citados, pouca coisa mudou após mais de uma década e ainda é preciso que os agentes de turismo esclareçam os visitantes sobre as condições um pouco precárias de infraestrutura e as diferentes dificuldades encontradas nos períodos de cheia e vazante, como recomendado pelo PCBAP³ tempos atrás.

Atualmente a infraestrutura básica necessária para um desenvolvimento turístico ordenado, e também para atendimento da população residente, ainda é deficiente. Cita-se a coleta e tratamento dos esgotos, a distribuição de água tratada e o planejamento da atividade de forma integrada nos diversos níveis do poder público, como problemas identificados e não solucionados após tantos anos. De acordo com o IBGE (2008) nenhum dos municípios possuem Plano Diretor Integrado de Saneamento Básico¹⁶.

Nota-se que toda a análise está voltada para a identificação de aspectos turísticos, objeto de estudo neste trabalho. Assim, o capítulo a seguir discorre mais sobre as características de tal atividade e busca refletir sobre as teorias capazes de sustentar a análise.

¹⁶ Tais deficiências estão sistematizadas na Tabela 4, presente no Capítulo 3, item 3.1.

Capítulo 2

Reflexões teóricas e considerações sobre o Turismo e a Paisagem

A busca por uma base teórica capaz de dar sustentação ao presente trabalho encontrou apoio na teoria geral dos sistemas, principalmente por esta incluir a noção das dinâmicas e sua relação com as paisagens.

Estabelecida a partir das considerações de Bertalanffy, antes da década de 1970, esta teoria cria uma base para pesquisas e discussões no campo interdisciplinar. Sua idéia central é o entendimento dos sistemas como um “conjunto de elementos em interação” capaz de integrar as várias ciências naturais e sociais (BERTALANFFY, 1973, p. 62). Tal teoria seria o centro desta integração, disponibilizando princípios que valem para os sistemas em geral e unificam as ciências de pensamentos individuais e mecanicistas.

Seu objeto é a formulação de princípios válidos para os ‘sistemas’ em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou ‘forças’ existentes entre eles. A teoria geral dos sistemas, portanto, é uma ciência geral da totalidade (BERTALANFFY, 1973, p. 61).

Essa totalidade é o ponto chave para considerá-la como um “berço” das pesquisas interdisciplinares que se propõem a resolver problemas entre a sociedade e suas relações com o ambiente natural.

Sua base se expressa na idéia de que o “todo é mais do que a soma de suas partes”. Isto contraria e ultrapassa o entendimento da ciência clássica, onde a junção de aspectos isolados representaria o todo de forma eficiente (BERTALANFFY, 1973, p. 38).

Ressalta-se que os processos que explicam o todo pela simples soma das partes são bem sucedidos apenas quando tratamos de algo que não possui interações entre suas partes, ou que estas sejam fracas o suficiente a ponto de poderem ser descartadas. Isto também é válido no caso de relações lineares que permitem serem esgotadas através da aditividade, ou seja, “equações que descrevem o comportamento do todo é da mesma forma que as equações que descrevem o comportamento das partes”. Apesar de não ser o caso em questão, muitos fenômenos são descritos

por estes métodos onde “os processos parciais podem ser sobrepostos para obter o processo total” (BERTALANFFY, 1973, p. 38).

É notória a contraposição entre as duas linhas de raciocínio, e vale destacar que o presente trabalho não permite uma análise de somatória ou linear, por se tratar daquilo que consideramos como um sistema. Assim, as condições de soma e de linearidade apresentadas,

não são satisfeitas pelas entidades chamadas sistemas, isto é, consistindo de partes “em interação”. O protótipo de sua descrição é um conjunto de equações diferenciadas simultâneas (p. 84 ss), não lineares no caso geral. Um sistema ou “complexidade organizada” pode ser definido pela existência de “fortes interações” (Rapoport, 1966) ou de interações “não triviais” (Simon, 1965), isto é, não lineares. O problema metodológico da teoria dos sistemas consiste portanto em preparar-se para resolver problemas que, comparados aos problemas analíticos e somatórios da ciência clássica, são de natureza mais geral (BERTALANFFY, 1973, p. 38).

Compreende-se as entidades sociais como sistemas aos quais atribuímos o nome de civilizações, mas que obedecem a teoria geral dos sistemas. Desta forma, a teoria se mostra eficiente para as pesquisas que tratam do comportamento humano e suas relações com a natureza, por considerar todo o conjunto em sua análise.

Seus princípios e conceitos aplicam-se a sistemas materiais, psicológicos e socioculturais. Além disso, diversos enfoques (ou diferentes teorias) são capazes de dialogar e complementar a teoria geral dos sistemas, entre eles a teoria dos compartimentos, teoria das redes, teoria dos conjuntos e teoria dos jogos. Esta última é muito conhecida e utilizada na área socioambiental quando pretende-se entender o comportamento dos atores. Apesar de ser um enfoque diferente, é classificada dentro das ciências dos sistemas por tratar “do comportamento dos jogadores supostamente ‘racionais’ para obter o máximo de ganho e o mínimo de perdas mediante adequadas estratégias contra o outro jogador (ou a natureza). Por conseguinte, refere-se essencialmente a ‘um sistema’ de ‘forças’ antagonistas com especificações” (BERTALANFFY, 1973, p. 42).

Nesta linha de pensamento do sistema de forças é proposto mais um enfoque para dialogar com a teoria geral dos sistemas: as dinâmicas territoriais. A discussão das dinâmicas

é recente na respectiva da elaboração da teoria dos sistemas e, talvez, por isso não é citada por Bertalanffy apesar de estabelecer um enfoque compatível com suas idéias.

Esta sugestão também encontra respaldo nas seguintes considerações “no enfoque dos sistemas há tendências e modelos mecanicistas e organísmicos, que se esforçam por dominar os sistemas quer pela ‘análise’, ‘causalidade (incluindo a circular) linear’, ‘autômatos’, quer por ‘totalidade’, ‘interação’, ‘dinâmica’” (BERTALANFFY, 1973, p. 46). Além disso, o autor considera que no mundo biológico os sistemas podem ser representados como um fluxo de processos, o qual podemos entender como os processos dinâmicos.

A dinâmica territorial é compreendida como mudanças resultantes de um jogo de forças, sendo este capaz de promovê-las. Esta dinâmica estuda as alterações das organizações territoriais e as forças às quais estão submetidas e que exercem. Está centrada na análise das mudanças de localização das atividades, dos equipamentos de infraestrutura, da população global e das categorias de pessoas, indicando como as variações destes elementos no tempo são espacializadas e a expressam. Ela se esforça em construir modelos de mudanças e colocá-los em relação aos sistemas espaciais considerados. Esses sistemas podem mudar sem que ocorram alterações fundamentais em sua extensão espacial, porém o território considerado terá mudanças. Eles também podem mudar a extensão do espaço geográfico pela difusão, expansão, fusão e fendimento (fortes expressões das dinâmicas territoriais) (Brunet et al., 1993).

Analisando as dinâmicas como o resultado de um conjunto de forças atuantes nos sistemas espaciais, capaz de provocar-lhes mudança, compreende-se claramente a relação das dinâmicas territoriais com a teoria geral dos sistemas.

É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando trabalhado no todo (BERTALANFFY, 1973, p. 53).

É perceptível a sólida base dada pela teoria dos sistemas em conjunto com as dinâmicas territoriais para o presente trabalho. O diálogo entre as duas teorias é estabelecido de forma próxima e clara através de uma relação onde os sistemas são modificados pelas dinâmicas territoriais, enquanto estas atuam sobre eles.

Entenderemos, portanto o Pantanal como o geossistema a ser considerado em uma análise regional, enquanto a atividade turística é a promotora das mudanças, ou seja, aquela que estimula as dinâmicas territoriais e gera consequentes impactos. A relação entre eles (Pantanal e atividade turística) é o sistema a ser analisado.

Para isto é preciso discorrer sobre o conceito de geossistemas, o qual se apóia no estudo das conexões entre os componentes da natureza e se projeta para a análise da dinâmica das paisagens. “O geossistema corresponde a uma paisagem nítida e bem circunscrita que se pode, por exemplo, identificar instantaneamente nas fotografias aéreas” (ROSS, 2006, p. 30).

Eles ocorrem naturalmente, porém fatores sociais e econômicos são modificadores de suas dimensões espaciais por influenciarem nas conexões e paisagens. Interferem, portanto na dinâmica das paisagens, sendo esta um critério de extrema importância na classificação do geossistema. “Assim, qualquer geossistema se encontra em um determinado estado de dinâmica, no qual as estruturas primitivas, as mudanças de estado e as funções de determinado componente são fundamentais para o seu entendimento e classificação” (ROSS, 2006, p. 26).

Os geossistemas se classificam em duas categorias chamadas geômeros e geócoros. Os primeiros são espaços territoriais de características homogêneas, enquanto os segundos são unidades territoriais que possuem características heterogêneas. Tais categorias se dividem em três níveis taxonômicos, são eles: planetário, regional e topológico (ROSS, 2006).

Assim, o presente estudo trabalhará baseado na teoria geral dos sistemas em conjunto com a teoria das dinâmicas territoriais, e terá como foco mais específico o conceito de geossistemas (geômeros) e seu nível taxonômico regional.

A escolha pelos geômeros foi feita por considerar que os espaços territoriais pantaneiros possuem algumas características homogêneas que os enquadra em uma mesma classificação. É claro que o complexo pantaneiro é composto de diversos ecossistemas com grande diversidade. Entretanto, todas estas áreas possuem certa ligação ecossistêmica, que as definem como pertencentes ao Pantanal. A planície pantaneira é uma área alagadiça que possui uma heterogeneidade que se repete nas composições naturais ao longo de sua extensão. Assim, é possível considerá-lo como um geômero, apesar das diferenças ambientais e, também, urbanas.

Além disso, a decisão de analisar os impactos ambientais do turismo também através da verificação das mudanças na paisagem, justifica o foco de análise nos geossistemas. Ross (2006, p. 26) indica que tal classificação “considera os princípios de uma teoria espacial de geossistemas como parte da teoria geral dos sistemas” e é direcionada para espacializar as zonas naturais sendo, portanto, cartografável. Ressalta ainda que “o estudo da paisagem deve basear-se no conceito e nos métodos de geossistema. Apoiando-se na teoria geral dos sistemas...”. Estes fatores indicam claramente a validade do caminho teórico escolhido neste trabalho.

A análise em escala regional também é justificada ao considerarmos que a região natural é delimitada por seus aspectos distintos no interior de um domínio, como a grande planície pantaneira que, apesar de estar situada no domínio dos cerrados, apresenta características completamente diferentes (ROSS, 2006).

Apesar dos geossistemas estarem em constante estado de modificação e serem naturalmente dinâmicos, trabalharemos aqui com as dinâmicas territoriais, ou seja, um conjunto de forças – não apenas naturais, mas também sociais - que atuam na modificação do território.

Elas podem se expressar de diferentes formas no território e na paisagem, tanto pelas frentes e avanços pioneiros quanto pela depressão de um território considerado. Porém, não

devemos confundi-la com tudo aquilo que possui mobilidade dentro do território, em particular com a simples circulação e mobilização dos bens e das pessoas (Brunet et al., 1993).

Assim, a análise se baseará nas dinâmicas influenciadas especificamente pela atividade turística, com o intuito de focar o olhar para os impactos ambientais de tais modificações e não de identificar todas as mudanças ocorridas no território considerado.

2.1. Reflexões acerca do turismo

A escolha do turismo se deve ao fato de que nas últimas décadas tal atividade se tornou um fenômeno econômico muito expressivo e de rápido crescimento, que se apresenta como uma fonte de renda capaz de auxiliar no combate à pobreza.

A discussão referente ao conceito de turismo será rapidamente apresentada neste item, baseando-se no que determina a Organização Mundial de Turismo (OMT) e também nas idéias discutidas por Cruz (2003).

A definição adotada pela OMT em 1994 e ainda utilizada pela própria Organização em 2001, define que

o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

A OMT (2001) entende como o entorno habitual a área que circunda a residência de certa pessoa, adicionalmente com os lugares que costuma visitar com frequência. Isto significa que ao sair dos locais padrões que geralmente frequenta para deslocar-se certa distância que possa ser considerada como uma viagem, o cidadão - independente do objetivo e/ou finalidade de seu deslocamento – será visto como turista.

Conforme analisa Cruz (2003), esta definição abrange todo o tipo de viagem, desconsiderando a realização de atividades de lazer durante o período, o que torna turismo e

viagem sinônimos. Entende-se então que mesmo uma pessoa que viaja para tratar de sua saúde será considerada um turista, tanto quanto aquela que se desloca em motivo de férias, por exemplo.

Porém a definição oficial cria um paradoxo com a prática, já que a lógica organizacional do espaço para o turismo é orientada pelo lazer. Assim, o turismo é entendido como consumidor¹⁷ de espaço, e o lazer seria o principal fator que impulsiona este consumo, merecendo um papel de destaque dentro das outras motivações que estimulam as viagens. Cruz (2003, p. 5) identifica que “há características importantes na forma como o turismo de lazer se apropria dos espaços e os (re)organiza e a forma como outras modalidades de viagem o fazem”.

Considerando a existência tanto da linha de pensamento da OMT (que engloba como turismo todas as atividades realizadas durante as viagens) e de Cruz (que atribui ao lazer a lógica do consumo e organização do espaço), indico que irei me basear no raciocínio que liga o turismo ao lazer. Conforme apresentado, é esta a visão que orienta a dinâmica territorial em locais que se voltam para tal atividade, a qual é o objeto de análise central desta pesquisa.

O desenvolvimento turístico causa impactos positivos e negativos, os primeiros geralmente se relacionam com os aspectos econômicos de geração de renda e movimentação do capital, além de fatores lúdicos que acabam por abrir espaços para a educação ambiental e conservação do meio em questão.

De acordo com a OMT (2001) a aprovação de medidas que melhoram a qualidade ambiental é estimulada na busca de um entorno conservado e que tenha valor para a atividade. É lembrado por Rodrigues (2007) o estímulo à valorização tanto de atrativos culturais quanto históricos.

¹⁷ Maiores detalhes no item 2.6 do presente capítulo.

Os impactos negativos estão relacionados a diversos aspectos, especialmente aqueles de âmbito social e ambiental. Para entendimento dos impactos ambientais será utilizado a definição presente na Resolução 001/86 do CONAMA, que o considera como

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Assim, entende-se o impacto ambiental como um processo onde as perturbações são capazes de gerar mudanças sociais e ambientais (COELHO, 2000). É preciso também definir os níveis de importância dos impactos ambientais, pois neste caso serão utilizadas expressões como baixo, médio e alto impacto e, conforme afirma Sánchez,

todo estudo de impacto ambiental deveria explicitar os critérios de atribuição de importância que adota. Expressões como ‘grande importância’ ou ‘impacto de proporções negligenciáveis’ ou, ainda, ‘impacto mínimo’ são muitas vezes encontradas nesses estudos. Mas é óbvio que não significam a mesma coisa para todas as pessoas. O que seria impacto significativo ou importante (SANCHEZ, 2006, p. 288).

Ainda seguindo as propostas deste autor, as definições de importância serão as seguintes:

- Baixo impacto: perturbações capazes de transformar o meio com pouca magnitude e relevância¹⁸, possuindo nível de reversibilidade total;
- Médio impacto: perturbações capazes de transformar o meio com média magnitude e relevância, possuindo um nível de reversibilidade que acaba deixando marcas negativas;
- Alto impacto: perturbações capazes de transformar o meio com alta magnitude e relevância, que não possua reversibilidade.

¹⁸ Entende-se por magnitude a “alteração ambiental potencial” e por relevância A “significância da ação sobre o componente ambiental considerado” (BARROS et al., 2005 P. 276).

Na abordagem destes impactos, os estudos estão focados no modo como a atividade turística "transforma a natureza física do local e das paisagens regionais" (FENNELL, 2002, p. 101). A deterioração da paisagem pelo exercício da atividade turística acontece de formas diversas. Segundo Mariani & Gonçalves (2001) a visitação perturba os ritmos naturais, podendo reduzir a biodiversidade regional. Mendonça (2001) cita exemplos como a implantação de edificações, estradas, pontes, etc., que degradam o solo e o expõe a intempéries através do estímulo a processos erosivos¹⁹.

Construções em áreas de alta declividade, eliminação de áreas vegetadas e florestas nativas, ocupação sobre dunas e aterro de mangues e lagunas são acontecimentos freqüentes e extremamente impactantes citados por Mendonça (2001). Acrescento aqui, para a região pantaneira, o aterro de áreas alagadas e corixos com o objetivo de facilitar o transporte e a chegada do turista nos locais de hospedagem²⁰.

Nota-se, entretanto, não somente perdas ambientais, mas também culturais. Na análise dos impactos sociais enfatiza-se a forma como o turismo afeta a população local e seus estilos de vida. De acordo com Mendonça (2001) a grande quantidade de veranistas que chegam em altas temporadas acaba por alterar e até destruir culturas locais, as quais são detentoras de práticas integradas com o meio natural no qual se desenvolvem.

É interessante também apresentar as diferentes classificações do turismo, que de acordo com Oliveira (2002), podem ser divididas em: turismo de lazer, de eventos, de águas termais, desportivo, de juventude, social, cultural, ecológico (ou sustentável), de compras, de aventura, gastronômico, de incentivo, da terceira idade, rural, de intercâmbios, de cruzeiros marítimos, de negócios, técnico, gay, de saúde, étnico e nostálgico.

¹⁹ O subitem "Turismo e seus impactos na paisagem", do presente capítulo, apresenta uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

²⁰ O capítulo 3 trata com maior profundidade os impactos do turismo no Pantanal.

Apesar do conhecimento destas diferentes divisões do turismo, a abordagem se focará apenas no turismo de paisagem, por ser a forma que melhor se adapta aos acontecimentos reais no Pantanal.

Creio que possam surgir algumas dúvidas em relação a escolha desta modalidade turística, principalmente em detrimento do ecoturismo e/ou turismo de natureza. Tal questão é compreensível, considerando que quando se fala em Pantanal geralmente o associamos a idéia destas últimas modalidades. Considero, portanto, necessário definí-las, para assim poder justificar a escolha do turismo de paisagem.

De acordo com Fennell (2002) o turismo de natureza é mais amplo e engloba qualquer forma de turismo (de massa, de baixo impacto, de aventura, ecoturismo, etc.) que se serve da natureza em sua forma selvagem e primitiva para viabilizar suas atividades. Enquanto o conceito de ecoturismo preocupa-se um pouco mais com a preservação e conservação do meio natural, podendo ser definido como um turismo de baixo impacto²¹, praticado em contato direto com a natureza, que contribua com a conservação e manutenção de espécies e habitats. Além disso, esta modalidade irá gerar rendimentos para as comunidades locais, de forma que estas passem a ser motivadas a valorizar e proteger suas áreas selvagens, agora vistas como fonte de renda (FENNELL, 2002).

Cruz (2003) considera o turismo ecológico, de natureza ou ecoturismo como denominações gerais aplicadas para as modalidades que se relacionam diretamente com a natureza e ocorrem em áreas naturais, as quais frequentemente recebem o prefixo “eco”.

Percebe-se, entretanto, que o que ocorre nas regiões pantaneiras não é um turismo ecologicamente correto (ou ecoturismo) como geralmente é vendido e divulgado pelos profissionais do ramo, pousadas e agências de viagens. No Pantanal, assim como em muitos

²¹ Entendido como aquele capaz de gerar alterações não significantes nos elementos analisados como de qualidade ambiental.

outros lugares brasileiros²², esse tipo de turismo ainda é praticado de maneira desordenada, seguindo muito mais os preceitos da oportunidade de ascensão deste nicho do mercado, do que realmente baseado nos princípios da conservação (SALVATI, 2002).

Assim, definiu-se o turismo de paisagem como foco, por considerar que este expressa maior realidade quando tratamos do tema. Em geral não há uma preocupação ambiental real inserida no contexto da atividade realizada no Pantanal, sendo muitas vezes apenas marketing para atrair os visitantes. Esta escolha também encontra respaldo no Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), quando consideram que no Pantanal “não existe ‘turismo ecológico’, como não existe ‘turismo rural’ na área. O turismo que se explora é só atrativo ‘sem dar a maquiagem’. Por enquanto, o turista deve saber que o que vai encontrar não é o ‘turismo ecológico’. É lazer, contemplação da natureza” (PCBAP³, 1997, p. 347).

Apesar de o Plano ter sido elaborado no ano de 1997, as pesquisas em campo realizadas no ano de 2010 confirmaram tal fato. Além disso, o site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de MT também indica que o Pantanal é um local perfeito para o turismo de contemplação, especialmente a cidade de Poconé (SEDTUR, 2001). Entende-se que o chamado turismo de contemplação, nestes casos, é similar ao turismo de paisagem definido por este trabalho.

Nota-se, portanto, que os fatores apresentados indicam que falar em turismo de paisagem acrescenta uma dimensão mais verdadeira e ligada à realidade. Para tanto, é interessante identificar a utilização do conceito paisagem em termos geográficos e assim

²² O programa para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) é um exemplo de como o país aposta oficialmente nesta modalidade. Além disso, o próprio Ministério do Turismo divulga em seu portal na internet alguns locais do Brasil que são destinos ecoturísticos. No Norte o foco está no Jalapão (Mateiros e Ponte Alta do Tocantins) e em cidades cercadas pela Floresta Amazônica (Iranduba, Autazes, Itacoatiara, Manacapuru e Silves). No Nordeste os olhares se voltam para Fortaleza, Fernando de Noronha, Recife, Salvador e Natal (além da Serra da Capivara) seguindo a mesma tendência de divulgar o ecoturismo com ênfase na paisagem que proporciona. Já no Centro-Oeste as sugestões giram em torno de travessias no Pantanal, cidades Mato-grossenses que abrigam a Floresta Amazônica, Bonito, Chapada dos Veadeiros e Brasília. O Sudeste e o Sul mostram-se com poucas opções ecoturísticas, tendo uma divulgação maior nos outros segmentos (MTUR, 2011).

podermos entender, posteriormente, o que esta segmentação do turismo busca e quais os elementos que a estimulam.

2.2. O olhar sobre a paisagem

Abordar a paisagem pelo olhar da geografia se deve ao fato de que este é, de acordo com Meneses (2002), o campo de estudo e o conceito chave de tal ciência. Yázigi (2002) também concorda com este aspecto e considera que o geógrafo traz uma preocupação científica para analisar a paisagem, em contraposição a formas subjetivas desta análise, como a dos artistas, por exemplo.

Contudo encontramos distintas abordagens deste conceito em diferentes campos científicos que também contribuem para seu entendimento, como a arquitetura, a antropologia, entre outras. Yázigi (2002) considera que a grande contribuição dos arquitetos está o fato de criarem paisagens através de suas obras, deixando suas marcas mais de forma mais acelerada do que aquelas causadas apenas pelo ritmo natural.

Para o biólogo e autor de referência no campo científico da ecologia Metzger (2001), a grande maioria das definições se encontram quando consideram que ela é um espaço aberto e vivenciado, que abriga as relações do homem com o meio.

Esse espaço é vivenciado de diferentes formas, através de uma projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da contemplação de uma beleza cênica, da organização ou planejamento da ocupação territorial, da domesticação ou modificação da natureza segundo padrões sociais, do entendimento das relações da biota com seu ambiente, ou como cenário/palco de eventos históricos. A paisagem como noção de ‘espaço’ ganhando sentido ou utilidade através do ‘olho’ ou da ‘percepção’ de um observador, pode ser o conceito principal de confluência dessas diferentes ‘visões’ (METZGER, 2001, p. 2).

Outro ponto de convergência nas definições é o fato de que a paisagem é uma “porção visível do espaço geográfico” (CRUZ, 2002). Ou seja, ela é aquilo que se vê. Ferreira et al.

(2001, p. 2) considera a paisagem como “uma extensão de terras ou uma porção visível do território que se pode apreender com um golpe de vista”.

Entretanto devemos adicionar a esta porção visível uma combinação dinâmica dos aspectos físicos, antrópicos e biológicos que se influenciam mutuamente e fazem com que esta paisagem esteja em constante evolução. É necessário ter plena noção de que ela não se caracteriza apenas pelos elementos naturais, mas também por um resultado das implicações de ações antrópicas (BERTRAND, 2004). Neste sentido ela “exprime uma civilização, é uma marca, uma geo-grafia, ou seja, uma escrita no espaço e tem de ser interpretada no contexto histórico das sociedades” (CASTRO, 2002, p. 123).

A construção social da paisagem faz com que estas se mostrem dinâmicas, tanto em função dessa “dinâmica social, como em decorrência de uma dinâmica natural” (CRUZ, 2002, p. 108).

Assim, a paisagem deve ser entendida como um produto de processos sociais e também como um agente que define alguns desses processos. Ela vai, “portanto, muito além do real oferecido pela natureza, embora ela também o incorpore, resultando – e ao mesmo tempo fazendo parte – da cultura” (CASTRO, 2002, p. 123).

Sua dimensão política também deve ser entendida quando se trata de analisar sua utilização para o turismo. Conforme a entendemos como um produto cultural e um bem coletivo, não podemos desassociar-lhe a característica de algo que deve estar disponível para uma coletividade, não podendo ser pensada apenas para um determinado setor econômico.

Existe então uma dimensão política na paisagem que resulta dos impactos das decisões e ações das autoridades políticas. No entanto, há que diferenciar as *paisagens políticas*, resultantes de estruturas e formas de função e significado político, como espaços públicos – parques, praças e jardins, edifícios que abrigam instituições políticas e monumentos -, e as paisagens que resultam de escolhas políticas que deixam suas marcas no espaço – como a decisão de construir uma estrada ou uma reserva ecológica, uma interdição de construção ou a licença para a localização de uma indústria de cimento ou a instalação de uma pedreira (CASTRO, 2002, p.132).

Além desta dimensão “concreta”, é necessário inserir o olhar que é construído sobre a mesma. Este é resultado tanto de experiências particulares quanto de heranças culturais, sublinhando aqui a importância da percepção. Portanto, a paisagem

traduz o sentido de um meio em termos imediatamente acessíveis à visão, à audição e ao odor. Ela compreende, com efeito, uma lógica de identificação. Nesse sentido o que a paisagem nos entrega não são nem as aparências nem a natureza das coisas, mas formas plenas de sentido que estão em nós da mesma forma que estão no mundo (CASTRO, 2002, p. 132).

Tendo estabelecido este conceito, identificarei o turismo de paisagem, para, posteriormente, esclarecer o porque da escolha deste segmento turístico como fator de análise central do trabalho.

A paisagem é oferecida pela indústria do turismo como um produto a ser aproveitado nos momentos de lazer. Entretanto não se pode considerar que uma paisagem seja apenas turística, já que ela é bem coletivo e social e como tal é vista, mesmo sem a procura do turismo.

Nesse sentido não existe uma paisagem turística apenas, mas uma paisagem socialmente *estetizada* e valorizada. Como paisagem turística entendemos tanto a natureza, que não deixa de existir, sendo irredutível aos termos humanos, e a sua tradução em termos próprios a uma cultura, sendo integrada ao mundo que o homem é capaz de conceber, de perceber e de organizar”, como também os acréscimos que o trabalho humano lhe dá (CASTRO, 2002, p. 131).

Quando entendemos que a paisagem existe independente de ser considerada “turística” ou não - e que essa característica é uma construção social que lhe é dada para estabelecer a atividade em determinado local - podemos compreender que tal termo nada mais é do que uma forma de olhar e de se relacionar com a mesma. Assim, toda e qualquer paisagem pode ser turística, caso sofra uma ação social para ser olhada como tal. “Não há paisagem sem um observador. A percepção visual é, desta forma, uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem” (MENESES, 2002, p. 32).

Considerada por Cruz (2002) como um dos elementos mais importantes dos lugares para a atração do turismo, a paisagem é tida como um recurso mobilizado por esta atividade econômica.

A paisagem é, sabiamente, um dos motores fundamentais do turismo. E o turismo é uma das indústrias de maior peso econômico em nossos dias, em crescimento contínuo, e capaz até mesmo de sustentar países desprovidos de outros recursos (MENESES, 2002, p. 53).

Ela é o principal atrativo turístico, e acredita-se que o sucesso desta não depende apenas de um bom marketing e publicidade. De acordo com Castro (2002) o imaginário social é a lógica mais profunda de atração.

Esse imaginário pode ser entendido como um resgate de imagens prévias que são construídas durante gerações e que motivam algumas decisões individuais (CASTRO, 2002). Assim, a imagem da paisagem evoca alguns resultados que não apenas estimulados pela publicidade e é esse ponto que lhe dá um caráter eficiente de recurso a ser aproveitado pelo turismo.

É conhecida a atração exercida por lugares como o mar e o deserto para atrair o turismo, Castro (2002) acrescenta a neve, o meio frio, os grandes rios e as florestas, ao que considera espaços amplos com a imagem central de natureza. Espaços estes que exercem grande atração no imaginário social.

Meneses (2002) também considera a montanha, o mar, o deserto, e inclui os espaços selvagens, como fatores que integram as dimensões do imaginário e transcendem uma paisagem empírica. Estes passam a fazer parte de tal imaginário e, com isso, atuam como agente muito mais do que como um mero cenário turístico.

O Pantanal encaixa-se perfeitamente nestes espaços, pois é olhado de forma mágica e misteriosa e seu chamariz turístico passa a idéia da inserção do homem urbano em um ambiente selvagem e único. Sem a menor dúvida pode-se afirmar que está dentro do

imaginário social, não só em âmbito nacional, mas também internacional, já que recebe altas taxas de visitas de estrangeiros atraídos por suas características de local selvagem e primitivo.

Sandeville Jr. (2002) coloca esse destino como um dos pólos de poder de atração, no qual a paisagem tropical aparece como um componente essencial. Este autor considera a existência de um alto consumo de paisagens, principalmente tropicais, geralmente vendidas com a roupagem do ecoturismo.

Assim, este “verdadeiro ecoturismo” acaba sendo um “frenesi consumista da paisagem natural, e em especial da paisagem tropical” (SANDEVILLE JR., 2002, p.154).

Identifica-se, portanto, que muito do que geralmente é tratado como ecoturismo, turismo de natureza ou afins, é na realidade um turismo de paisagem, que consome imagens e atributos naturais. Fato este verificado no Pantanal, pois são raras as ações turísticas que podem ser classificadas como “eco” ou se apropriarem justamente do adjetivo sustentável.

É necessário, portanto, trabalhar o turismo de paisagem juntamente com questões do planejamento, buscando instrumentos capazes de minimizar seus impactos socioambientais.

2.3. Contribuições do planejamento

Iniciamos a reflexão partindo do princípio de que é necessário que os visitantes sintam o local em sua forma mais natural para que passem a valorizar e buscar por locais que sofrem menos intervenções humanas. Desta forma a conservação da paisagem natural seria cada vez mais valorizada pela cadeia de turismo, que busca a satisfação de seus consumidores. Portanto, é importante que o turista sinta a essência do lugar, se atrele a ela e seja tocado pelas características locais, passando a valorizar e respeitar os diferentes meios naturais e ambientais.

Parte, deixa o ninho para se enriquecer com os costumes de outros lugares, aí ouvir palavras nunca antes proferidas. Expõe teu corpo ao vento e à chuva porque, para ser

verdadeiramente educado, é preciso se expor ao outro, esposar a alteridade e nascer mestiço (SERRES, 1993, p.15).

Estas palavras sábias mostram a necessidade do contato com o outro e com o meio para gerar mudanças. Por isso, entro na discussão do planejamento considerando a necessidade de atuar pela educação, para aproximar os turistas das questões ambientais. É preciso considerar este campo como um dos ramos do planejamento ambiental dentro do setor turístico. Porém, são os instrumentos do planejamento que dão base para estruturar o uso dos recursos naturais pelo setor e a ordenação do território. Estes instrumentos se mostram essenciais para a manutenção da atividade ao longo prazo, pois auxiliam no cuidado com o meio natural.

Nesta questão, é necessário definir a abordagem de análise. Assim, optou-se por adotar a paisagem como a unidade de planejamento, pois isto viabiliza a integração de questões sociais, culturais e ambientais.

Cada paisagem poderá então ser percebida nos seus mais variados matizes, revelando história, natureza e cultura, para os olhos do viajante atento que não mais será indiferente à marginalização ou aniquilação de culturas, à deterioração dos solos, à eliminação da vegetação natural, à extinção de espécies, e a toda sorte de agressões que se faz não só aos povos tradicionais e seus territórios ancestrais, como a todas as populações residentes nas localidades turísticas (MENDONÇA, 2001, p. 24).

Assim, para resguardar as características naturais, é proposto a conservação da paisagem turística, pois acredita-se que esta seja capaz de resguardar a biodiversidade e a qualidade dos agentes ambientais em questão.

A proposta se justifica no trabalho de Garay (2001), quando a autora considera de grande utilidade avaliar a diversidade tendo o ecossistema como escala de análise. Ela também analisa que - devido ao caráter hierárquico - se resguardarmos os ecossistemas estaremos protegendo, igualmente, as populações e comunidades.

Tal hierarquia permite considerar que a proteção da paisagem resguarda diferentes ecossistemas e, conseqüentemente, a diversidade biológica. Sendo, portanto, uma forma

eficaz de analisar a proteção atribuindo-lhe usos, capazes de gerar desenvolvimento econômico e social.

O desenvolvimento sustentável da atividade virá se os elementos ambientais forem considerados em seus três aspectos, através da participação ativa das populações nativas tanto no planejamento como na implantação da atividade, e também através da abertura da possibilidade de um maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos, a partir de suas viagens (MENDONÇA, 2001, p.25).

É preciso tratar do tema com uma visão holística, capaz de abarcar

uma análise sistêmica no tratamento das informações referentes à natureza e à sociedade no contexto da integração de dados, combinados e inter-relacionados, de forma que possibilite alcançar a concepção socioambiental de um determinado lugar, propiciando uma perspectiva holística da interação sociedade-natureza, valorizando aspectos das fisionomias, arranjos estruturais e funcionalidades socioambientais de uma determinada sociedade e como esta se apropria dos bens naturais e cuida da natureza. Nessa contextualização de formas, estruturas e processos, definem-se os modos como cada fragmento da superfície terrestre responde às intervenções humanas em função dos fluxos naturais de energia e matéria estabelecidos pela natureza, de um lado, e, de outro, as modificações das intensidades desses fluxos energéticos decorrentes das ações humanas nos componentes da natureza (ROSS, 2006, p.198).

Essa integração deve ser feita a partir de um plano de desenvolvimento turístico que leve em consideração os objetivos que o local pretende com o desenvolvimento da atividade, as características de sua população, a capacidade de carga da infraestrutura e atendimento às necessidades dos visitantes e do meio (como coleta e tratamento de lixo e esgoto), os aspectos naturais locais e suas fragilidades.

É conhecida a grande contribuição de Jurandyr Ross (2006) nas questões sobre planejamento ambiental que tratam de unidades ambientais e unidades de paisagens, as quais, em suas palavras

constituem espaços territoriais que guardam certo grau de homogeneidade fisionômica, reflexo dos fluxos naturais de energia e matéria entre os componentes e das inserções humanas por meio de atividades econômicas ao longo da história. Essa homogeneidade é dada pelos elementos que se revelam concretamente às vistas humanas, que são o relevo, a vegetação e os usos da terra. Ressalta-se, entretanto, que tais padrões fisionômicos se manifestam de modo mais genérico ou mais detalhado de acordo com a escala de análise (ROSS, 2006).

Entretanto, a proposta principal é trabalhar quais e como os instrumentos do planejamento ambiental são capazes de responder à diminuição dos impactos gerados pela

modificação e degradação da paisagem. Assim os conceitos de unidade de paisagem e ambiental serão substituídos pela idéia da paisagem turística, já apresentada anteriormente.

Portanto, definir o turismo de paisagem como o ramo a ser estudado é a escolha indicada para guiar a análise. Além disso, pretende-se não cometer o erro de considerar como ecologicamente benéficas algumas práticas que não merecem tal termo, mas que auto-intitulam como ecoturísticas.

Toda esta discussão possui um ponto central, a busca por ações sustentáveis capazes de guiar a atividade e fazer com que esta contribua com o caminho do desenvolvimento sustentável. Entretanto o que é este desenvolvimento? Quais seus caminhos? Qual sua definição?

2.4. O desenvolvimento sustentável entra na discussão...

Na tentativa de responder estas perguntas discorreremos sobre alguns pontos principais deste conceito. Para isto é necessário deixar claro a compreensão das diferentes linhas acerca do próprio desenvolvimento, ou seja, aquela que o renuncia por entender que este é apenas uma ilusão inventada para manter as diferenças e as desigualdades entre as relações sociais dos dominantes e dominados. E a segunda linha de pensamento que não só acredita na existência do desenvolvimento, como também o iguala ao significado do crescimento econômico, ou seja, desenvolvimento e crescimento são sinônimos, sendo que o primeiro seria uma decorrência natural do segundo (VEIGA, 2006). O presente trabalho não aceita nenhuma das duas vertentes apresentadas e, por isso, escolhe a proposta do caminho do meio.

Muito mais complexo é o desafio enfrentado por pensadores menos conformistas, que consiste em recusar essas duas saídas mais triviais e tentar explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinhado como crescimento econômico. Esse ‘caminho do meio’ é o mais desafiador, pois é bem mais difícil de ser trilhado (VEIGA, 2011, p. 18).

Assim, é preciso aceitar a existência do desenvolvimento, porém rejeitar a idéia de que ele se iguala ao crescimento econômico. Uma alternativa para este caminho é o desenvolvimento sustentável, porém defini-lo é missão complexa, um enigma conforme indica Veiga (2006). Entretanto diversas discussões foram realizadas em torno do conceito e, por mais que falte uma definição rígida e concreta, pode-se tomar como base a idéia proposta até os dias atuais. Isto ajudará a estabelecer as premissas básicas que devem pautar o presente trabalho.

Sachs iniciou esta trajetória ao definir os princípios básicos do ecodesenvolvimento, “um conceito heurístico na colocação de um conjunto coerente de questões sobre o ambiente como potencial de recursos que podem e devem ser postos ao serviço da humanidade em uma base sustentada” (SACHS, 1986, p. 113). Sua proposta sugere observarmos os ecossistemas naturais e, a partir destes conceber nossos sistemas, os quais seriam encadeados em ciclos capazes de diminuir os impactos negativos no ambiente.

De acordo com este autor, o ecodesenvolvimento não é um postulado ao crescimento zero, mas uma tentativa de encontrar novas modalidades do mesmo. Este caminho aproveita as contribuições sociais locais, ou seja, olha para a diversidade como uma riqueza e estimula as soluções endógenas. Isto significa que reage a soluções gerais e universais.

O ecodesenvolvimento postula uma visão solidária a longo prazo, abrangendo toda a humanidade. Mas a ênfase deverá recair sobre os espaços da autonomia local que será preciso identificar, ampliar e consolidar, dando-se-lhes a ajuda necessária a romper certos pontos de estrangulamento. São várias as razões a favor dessa mudança de perspectiva que faz do escalão local o ponto de partida e não o resultado longínquo do desenvolvimento (SACHS, 1986, p. 115).

Acredita-se que o sucesso virá pelo engajamento da população do local, pois estas estão aptas para detectar seus objetivos e necessidades sociais, assim como apontar algumas soluções específicas. Isto não exclui um planejamento em nível nacional necessário para compatibilizar as ações locais com a repartição dos recursos raros (SACHS, 1986).

Em resumo o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios..., o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança. Resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloquentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. Os fracassos e os desastres que sofreram algumas sociedades oferecem testemunho não menos eloquente do alto preço da incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza (SACHS, 1986, p. 18).

Definiu-se, portanto, as cinco dimensões nas quais o ecodesenvolvimento deveria encontrar sua base: sustentabilidade ecológica, social, econômica, espacial e cultural.

a) *Sustentabilidade social*, entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em *outro tipo de crescimento* e orientado por uma visão do que é a boa sociedade.

O objetivo é construir uma civilização do 'ser', em que exista maior equidade na distribuição do 'ter' e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados.

Deve-se considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais, como corretamente enfatiza o PNUD no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, ainda que tal ênfase não se reflita no reducionismo de seu índice de desenvolvimento humano.

b) *Sustentabilidade econômica*, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Uma condição fundamental para isso é superar as atuais condições externas, decorrentes de uma combinação de fatores negativos já mencionados: o ônus do serviço da dívida e do fluxo líquido de recursos financeiros do Sul para o Norte, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes nos países industrializados e, finalmente, as limitações do acesso à ciência e tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial.

c) *Sustentabilidade ecológica*, que pode ser incrementada pelo uso das seguintes alavancas:

- aumento da capacidade de carga da Espaçoave Terra por meio da engenhosidade ou, em outras palavras, intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas – com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida – para propósitos socialmente válidos;
- limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos;
- redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos;
- autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo;

- intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem de modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial;
- definição das regras para uma adequada proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como escolha do de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras.
- d) Sustentabilidade espacial, voltada a uma configuração rural – urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase nas seguintes questões:
 - concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
 - destruição de ecossistemas frágeis, mas vitalmente importantes, por processos de colonização descontrolados;
 - promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, operados por pequenos produtores, proporcionando para isso o acesso a pacotes técnicos adequados, ao crédito e aos mercados;
 - ênfase no potenciais para industrialização descentralizada, associada a tecnologias de nova geração (especialização flexível), com especial atenção às indústrias de transformação de biomassa e ao seu papel na criação de empregos rurais não-agrícolas;...
 - Estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
- e) *Sustentabilidade cultural*, em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local (Sachs, 1993, p. 25-26).

Entretanto esta proposta era demasiadamente alternativa, principalmente por focar com grande força a importância do desenvolvimento a partir dos modelos locais, com base nas tecnologias apropriadas. Acabou por perder forças no terreno prático, mas avançou com vigor no teórico (JACOBI, 1999). Porém, esta trajetória abriu espaço para o desenvolvimento sustentável.

Esta lógica de desenvolvimento ainda defende os cinco pilares, mas com uma configuração um pouco diferenciada: social, ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2004). Entretanto são as dimensões sociais, ambientais e econômicas que fornecem o tripé de sustentação do desenvolvimento sustentável, que deverá ser socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável.

Sua base implica em levar em conta a forma como ocorre o crescimento econômico e o que é feito com seus frutos, que devem reverter em uma melhora na qualidade de vida da população. Deve ser destacado que tal desenvolvimento deverá atender as necessidades da

geração presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também atenderem suas necessidades (GREMAUD et al., 2006).

O desenvolvimento sustentável incorpora a dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento e é a partir desta que se assume a solidariedade sincrônica (com a geração atual) e a diacrônica (com as gerações futuras). Isto muda a escala de tempo e espaço com a qual trabalha a economia convencional, rejeitando as estratégias de curto prazo e de crescimento selvagem (SACHS, 2004).

A História nos pregou uma peça cruel. O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos (Deepak Nayyar) e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos (SACHS, 2002, p. 55).

Nota-se que, denominado de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, os princípios básicos estão em harmonizar os objetivos ambientais, sociais e econômicos. Assim, o termo utilizado neste trabalho será o desenvolvimento sustentável, por entender que este é uma reformulação do primeiro, em uma tentativa de enquadrá-lo melhor em nossa sociedade e assim melhorar sua aplicabilidade. Além disso, é esta a abordagem que está em discussão atualmente, nos meios científicos, acadêmicos, políticos e econômicos.

2.5. O respaldo nas políticas públicas

Por fim, um aspecto ainda não abordado e essencial no escopo deste trabalho: a discussão sobre políticas públicas. Podemos entendê-las como um conjunto de ações desencadeadas dentro de um cenário político, econômico, social e ambiental. Tais ações são efetuadas pelo Estado para modificar a situação de um problema específico, o que pressupõe planejamento para viabilizar a execução das mesmas (VASCONCELLOS, 1999).

De acordo com Souza (2006) as políticas públicas possuem repercussão econômica e social, motivo pelo qual suas teorias precisam explicar as inter-relações existentes entre o Estado, a sociedade, a política e a economia. Entretanto

não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’ (SOUZA, 2006, p.24).

Muitas vezes a criação de uma política pública necessita que uma nova legislação seja aprovada, porém esta não é uma regra geral.

As políticas podem ser pensadas e implantadas de modo setorial, ou seja, de forma compartimentada e não integrada, voltada apenas para aspectos de interesses específicos da sociedade, por exemplo, políticas de infraestrutura, de desenvolvimento, de assistência social e de meio ambiente. De maneira mais articulada, pode-se falar em política de desenvolvimento sustentável. Porém, muitas políticas definidas como sendo de um setor específico são capazes de reproduzir efeitos em diversas outras áreas, e por este motivo creio que geralmente seja mais adequado entendê-las em um contexto integrado.

Assim, podemos considerar o campo de conhecimento da política pública como aquele que irá colocar o governo em ação, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso da mesma (SOUZA, 2006). “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26).

Após serem desenhadas e formuladas, as políticas públicas irão desdobrar-se em planos e programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Depois

de serem colocadas em ação, serão implementadas e ficarão submetidas ao acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

O Estado possui uma atuação decisiva na formulação de políticas públicas, porém não é único responsável por esta atividade, já que é permeável tanto por influências externas quanto internas. Assim, diferentes segmentos acabam se envolvendo neste processo, por exemplo, os movimentos sociais, grupos de interesse, empresas privadas, etc.

De acordo com Souza (2006) a influência exercida por estes grupos irá depender do tipo de política que está sendo formulada e também das coalizões que integram o governo.

Frey (2000) é bem explicativo desta questão, quando demonstra que

um plano de zoneamento ambiental que prevê a transformação de zonas industriais ou rurais em zonas de proteção ambiental, sem dúvida alguma, provoca resistência por parte dos interesse econômicos afetados, o que representa uma modificação das condições de 'politics'. Eventualmente, tais interesses econômicos conseguem exercer uma pressão bastante forte dentro do sistema político-administrativo, de modo que essas novas condições de 'politics' podem levar à revisão do plano original (FREY, 2000, p.220).

O presente trabalho analisa aspectos de algumas políticas voltadas para a área de estudo, porém não irá definir os grupos sociais envolvidos em sua formulação. Pretende-se entender qual a relação das políticas com o desenvolvimento da atividade turística no Pantanal; assim como suas consequências, tanto para o estímulo de impactos ambientais negativos, como para o suporte na proteção do ambiente natural.

É, portanto, necessário refletir sobre os impactos ambientais que o turismo é capaz de causar, principalmente sua possível influência negativa na paisagem. Tal discussão está presente no próximo item.

2.6. Turismo e seus impactos na paisagem

Conforme já apresentado, o turismo é entendido como fonte de desenvolvimento e uma alternativa para a geração de renda capaz de conciliar a conservação ambiental.

Entretanto é necessário expor seus riscos e impactos, para podermos aprofundar em uma discussão clara e sem tendências para as vantagens ou desvantagens. Para isso será feita uma reflexão acerca dos impactos ambientais e sociais do turismo, considerando o que ocorre de forma ampla e em diversas regiões brasileiras, e não apenas no Pantanal ou em cidades que se assemelham com as estudadas.

Com grande poder de transformação do meio, a atividade muitas vezes transforma os locais e acaba por consumir seus recursos através da venda do lugar e de sua transformação em mercadoria. Em uma dinâmica perversa, as características do local muitas vezes não são valorizadas e, quando este deixa de ser atraente, o mercado o substitui por outro de características semelhantes. Coriolano (2001) considera que o turismo transforma a paisagem em mercadoria e passa a consumi-la de forma não ecológica.

Este é um importante fator de degradação ambiental. A apropriação de recursos naturais como mercadoria se mostra inadequada e inserida na lógica de mercado: onde tudo é passível de substituição quando está obsoleto ou deteriorado.

É notada por Mendonça (2001) a facilidade de substituição de locais e atrativos turísticos. Assim, quando a exploração da atividade se torna difícil por fatores como degradação e/ou esgotamento de seus recursos, criam-se novos lugares parecidos, mais modernos, aparentemente diferentes e capazes de atrair o mesmo público alvo.

O consumo da paisagem e sua deterioração é um dos principais riscos que rondam a atividade, de forma silenciosa em grande parte dos casos.

A paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. Além de alterar a paisagem de modo negativo, tendem a privatizá-la, tornando-as, muitas vezes, inacessíveis os transeuntes em geral. Em outros casos, a construção de edificações, e também das estradas, pontes e etc., dão origem a processos erosivos de difícil contenção, tornando a degradação do solo e sua exposição às intempéries cada vez maior (MENDONÇA, 2001, p.22).

É preciso reforçar a inquietação no fato dela se transformar em mercadoria, entrando assim para o mundo do consumo e consequentemente recebendo todos os impactos negativos

de um comércio do meio natural. Transformar a paisagem na mercadoria principal significa colocá-la no mercado como um produto turístico a ser vendido e, principalmente, consumido.

Creio que este aspecto do consumo mereça uma atenção especial por parte de todos os envolvidos em tal processo. É fácil refletir sobre os perigos advindos deste aspecto e, bem lembrado por Oliveira (2002, p.186) que "uma das características do turismo é a do consumo dos produtos nos locais onde eles se encontram".

O consumo da superfície terrestre, por exemplo, faz com que surjam hotéis, estradas, aeroportos e outras tantas construções necessárias para satisfazer as necessidades turísticas (fatores estes ligados diretamente com a transformação da paisagem). Podemos passar para o consumo do ambiente natural em seu estado bruto, nesse ponto falaríamos sobre o aumento do consumo de água potável – e, portanto uma possível sobrecarga da rede de abastecimento do município receptor – a caça de espécies da fauna local, a coleta de representantes da flora, entre outros.

Ao analisarmos o consumo do solo percebemos a preocupante questão da especulação imobiliária. Avançando através da ocupação de áreas de preservação permanentes - como beiras de rios, topos de morro e áreas com declive acentuado - acabam por estimular processos de erosão. Suas consequências representam prejuízos sociais, já que acidentes fatais são comuns em ocupações nestes locais, além de ambientais. Camadas produtivas de solo se perdem juntamente com sua vegetação nativa e a biodiversidade que comporta.

O consumo da qualidade ambiental²³ reflete em um aumento na geração de esgoto e da quantidade de lixo produzido no local por conta da visitação, principalmente em épocas de altas temporadas.

As localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos, os

²³ Os padrões para a qualidade ambiental e as modificações na paisagem serão analisados de forma qualitativa, com base em informações obtidas em campo, entrevistas e referências bibliográficas. Ver maiores informações no capítulo 3 sobre os impactos ambientais do turismo.

efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas. É também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo que, ou fica disperso por várias áreas sem um tratamento adequado, ou a municipalidade deve negociar a sua deposição em algum município vizinho. São todas soluções de curto prazo que prejudicam o potencial futuro para o desenvolvimento turístico (MENDONÇA, 2001, p.22).

Estes fatores interferem na paisagem vendida e podem destruir seus atrativos, acabando com a própria atividade em um ciclo perigoso de autodestruição. Mariani & Gonçalves (2001, p.83) alertam para este fato, quando consideram que as

interferências globais na paisagem, pela perturbação aos ritmos naturais da fauna e flora locais, crescem de forma linear com o aumento da visitação, chegando até a proporcionar a redução da diversidade ecológica da região a tal ponto que uma pronta recuperação das condições aceitáveis será certamente difícil.

Os locais voltados para o turismo geralmente sofrem com a falta de infraestrutura capaz de suportar uma população flutuante, ocorrendo distúrbios sociais e ambientais nas épocas de alta temporada. A incapacidade de coleta e tratamento do esgoto está presente na maior parte dos municípios brasileiros e atinge, também, tais localidades. Com isso, o recebimento de turistas aumenta a geração de esgotos *in natura* no meio natural e gera dificuldades em estabelecer a demanda real nas diferentes épocas do ano. Este fator consome a qualidade dos recursos hídricos locais e compromete a beleza da paisagem, o chamariz para a região.

A capacidade de saturação de fossas e esgotos acaba sendo ultrapassada em época de férias e finais de semana prolongados, contaminando os corpos hídricos e comprometendo a balneabilidade, no caso das praias. A deficiência na coleta dos resíduos sólidos também faz com que estes fiquem dispersos em solo aberto, ou sem o tratamento adequado. Quando muito, são dadas soluções de curto prazo prejudiciais ao desenvolvimento turístico em longo prazo (MENDONÇA, 2001).

Nota-se, portanto que todas as cidades que não conseguem atender às necessidades básicas de seus moradores não conseguirão suportar um maior número de pessoas,

proporcionado pelo turismo, sem comprometer a qualidade de seu meio natural. Identifica-se aqui um ponto essencial: as cidades que optam para o turismo como fator de crescimento devem estar primariamente preparadas para atender a demanda de sua população com os serviços básicos de saneamento. Caso contrário, terão problemas de poluição e degradação relacionados, principalmente, com seus corpos hídricos.

A especulação imobiliária também deve ser olhada como fator comprometedor para a qualidade de vida da população local e para o meio natural. De acordo com Mendonça (2001) a valorização de novas áreas passa para segundo plano as características ambientais e torna possível a degradação destas, através de aterro de mangues, construções em áreas de alta fragilidade e declividade, supressão de florestas, entre outros. Calvente (2001) chama a atenção para o fato da valorização imobiliária ter expulsado famílias caiçaras das proximidades das praias em Ilhabela, cidade localizada no Estado de São Paulo. Este processo criou inclusive barreiras físicas para que estas pudessem continuar exercendo suas atividades de pesca, como a construção de muros no nível da estrada e a existência de passagens públicas estreitas que não permitem a passagem dos equipamentos.

Ainda em uma análise de cidades banhadas pelo mar, Queiroz (2001) reflete que o turismo trouxe vantagens e desvantagens para Iguape e Ilha Comprida (no Estado de São Paulo), citando a degradação ambiental ocasionada pela descaracterização da sociedade e do meio, a especulação imobiliária e a geração de empregos sazonais para uma população permanente.

Nota-se que o cuidado com a paisagem significa dar continuidade às atividades turísticas em longo prazo. É bem lembrado por Midaglia (2001) a valorização da paisagem vem através de sua fisionomia e aspectos visuais, isto significa que a degradação destes aspectos cria uma desvalorização do local a ser utilizado pela atividade. O lazer depende da

qualidade ambiental e de fatores harmônicos da paisagem, ao mesmo tempo em que influencia seus componentes e cria transformações (desordenadas ou não).

Em relação aos impactos sociais destaca-se o abandono das atividades tradicionais, por parte da população local, para tentarem se inserir neste novo meio. Apesar deste aspecto não ser facilmente identificado como um impacto na paisagem, possui clara ligação na medida em que as atividades realizadas pela população se reproduzem no substrato material. Esta população é em geral impactada por tal abandono, piorando seus padrões de vida por não possuírem a competência específica necessária na atividade. Com isso, passam a ocupar cargos de baixa remuneração ao mesmo tempo em que abrem mão de suas atividades anteriores. Esta dinâmica pode ser evitada caso haja uma preocupação do poder público local em estruturar cursos de qualificação de mão-de-obra, de forma a preparar aqueles habitantes desejosos a este novo nicho de mercado.

O turismo é uma indústria e como tal deve ser analisado, ele não é a salvação que torna possível o aumento de lucro através da valorização da natureza. Suas atividades necessitam de acompanhamento “de modo que este não se transforme em mais uma ameaça ao meio ambiente, ainda que, devido ao caráter social voltado ao lazer, dificulte a sua identificação como tal. Seria uma indústria disfarçada” (MIDAGLIA, 2001, p.43). Entretanto pode ser sim uma boa alternativa se feito de maneira planejada. Para isso é necessário o conhecimento do local, pois através deste as pessoas se tornam sensíveis à sua preservação. “Só a vivência pode levar ao afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade com as populações atuais e futuras” (MENDONÇA, 2001, p.21).

Neste aspecto da vivência, a paisagem se torna uma rota de fuga, uma saída do convencional em busca do diferente, do inusitado. A partir disso, ressalta-se a importância de sua conservação. Ela não é nada menos do que o substrato que sustenta a atividade e sua deterioração implica no declínio do turismo, principalmente quando tratamos do Pantanal.

Identifica-se que a situação é diferente do que ocorre em alguns outros locais naturais, onde podemos verificar casos de obras arquitetônicas que desequilibram a harmonia e descaracterizam o ecossistema local, mas também acabam por atrair um público considerável, como demonstra Midaglia com o caso das zonas costeiras (2001). Neste complexo de ecossistemas a atração está justamente em suas características selvagens, em propiciar momentos que, apesar do conforto e da segurança, sejam capazes de transportar o visitante para um mundo inóspito com a sensação da natureza “pura e quase intocada”.

A paisagem pantaneira é propícia para o visitante encontrar a sensação do isolamento na selva, do sair da civilização, do abandonar - mesmo que por alguns momentos - o mundo de rotinas e certezas. Esta é a característica que aqueles que atuam no setor devem ter totalmente esclarecida no momento de por em prática suas atividades. Os planejadores devem olhar para a paisagem e procurar mantê-la da forma mais selvagem e “intocada” possível. O Pantanal, por si só, dá um espetáculo natural para seus visitantes e não é necessário que grandes intervenções sejam feitas para estimular o turismo (como a construção de grandes resorts, o asfaltamento de trajetos, a domesticação de animais selvagens e etc.). Pelo contrário, me arrisco a dizer que esses tipos de intervenções apenas prejudicam a atividade em longo prazo, já que o coloca dentro de certos padrões de um nicho de mercado “convencional” para o qual ele não possui vocações e capacidade de competitividade.

Assim, partiremos para uma análise capaz de demonstrar os impactos da atividade turística na planície pantaneira, focando nas cidades selecionadas. Posteriormente, tais impactos serão identificados e discutidos com base na possibilidade de serem minimizados pelo uso de instrumentos do planejamento ambiental.

Capítulo 3

Impactos ambientais do turismo no Pantanal

Os impactos da utilização do meio natural para viabilizar atividades turísticas são conhecidos e já foram considerados no capítulo anterior, tendo a paisagem como foco. Portanto, é necessário guiar a discussão para seus reflexos no Pantanal, aproximando-a de suas características intrínsecas, ou seja, como tais aspectos se desdobram em ambientes aquáticos e/ou alagados.

É certo que, tal como acontece em áreas terrestres também na água a mudança de usos de determinada zona costeira pode registrar alterações. Por exemplo o uso de determinados equipamentos tais como embarcações movidas a combustível (lanchas, jet-skies, etc.) podem causar o afugentamento de espécies marinhas, através do intenso barulho e movimento das águas, afastando pequenos cardumes, mudando a cadeia alimentar, além do fato de existir a possibilidade de vazamento de óleo e gasolina na água (MIDAGLIA, 2001, p. 38).

No pantanal, podemos até não ter problemas com lanchas e jet-skies em seus rios e corixos. Porém, os impactos se assemelham quando comparamos as atividades que envolvem barco a motor, tanto para a locomoção de turistas para áreas alagadas, quanto para proporcionar-lhes passeios de observação de fauna e de pesca.

Neste complexo de ecossistemas os impactos ambientais causados pelo turismo são amplos e diversos, podendo-se citar desde as modificações na paisagem para a construção de empreendimentos e locais de lazer, até as próprias atividades denominadas de ecoturísticas.

A construção de grandes hotéis e restaurantes em escarpas de encostas e topos de morros aceleram os processos morfodinâmicos ocasionando desmoronamentos, ravinamentos, voçorocamentos que contribuem para a erosão do solo, o secamento das nascentes dos rios e o assoreamento das áreas mais baixas. Estas construções também expõem os pontos turísticos à ação destrutiva dos ventos.

As rodovias e vias de acesso aos locais de atrativos turísticos ‘cortam rios, barrancos, nascentes contornam escarpas, interferindo na dinâmica natural’ (BORDEST, 1992). Agregue-se a isto o fato de possibilitar maior afluxo de pessoas sem se conhecer ainda a capacidade de suporte de cada atrativo turístico, que na maioria das vezes compreende um nicho ecológico.

A transpantaneira e as obras de contenção no Pantanal, construídas sem uma prévia avaliação dos seus impactos, são provavelmente as construções que mais contribuem para as alterações do equilíbrio dos ecossistemas dessa região (PCBAP, 1997, p. 383).

Esta estrada é a via de acesso para todos os tipos de turistas e visitantes, facilitando atividades predatórias, como a pesca sem controle. Sua sazonalidade também deve ser analisada para questões de planejamento, sendo necessária mais atenção e monitoramento no mês de julho, quando o movimento é mais intenso.

Pouquíssimos estudos são realizados para analisar os impactos da atividade turística, ou até mesmo para controlar/monitorar sua expansão. Um bom exemplo é o caso de Corumbá (MS), onde muitos amadores oferecem passeios aventureiros que adentram o interior do Pantanal, os quais são muito procurados principalmente por turistas (mochileiros) estrangeiros em busca de aventuras em áreas selvagens brasileiras.

Sem regulamentação que contemple questões ambientais, sanitárias ou mesmo de segurança, estes grupos oferecem excursões relativamente baratas com hospedagens precárias em instalações no interior pantaneiro.

Ainda no MS identifica-se também um turismo de alto padrão realizado por pousadas relativamente luxuosas que se encontram em locais de difícil acesso, nas quais muitas vezes só é possível chegar em pequenos aviões particulares. Se a chegada dos próprios turistas já é muito difícil a dos fiscais do governo se torna um trabalho “quase impossível”. Isto devido às condições ruins de equipamentos e infraestrutura para realizarem os trabalhos de fiscalização. Além disso, o número de fiscais é muito pequeno em relação a extensão territorial das áreas que devem ser atendidas²⁴.

Muito do que acontece no Pantanal encontra sustentação nas palavras de Sandeville (2002), quando considera que o

lugar, para o turismo, torna-se um elo em uma cadeia ou rede global de consumo, contraditoriamente mais acessível e ao mesmo tempo dissociado do cotidiano da experiência ambiental... A experiência da natureza acaba sendo uma experiência urbana em uma grande quantidade desses casos, subordinada a alguns princípios sistematizados de comportamento “politicamente correto”. Pode-se estar no meio de uma floresta como se estivesse em um bar, sem apreender efetivamente sua selvageria, sem deixar-se impregnar por seus sons, cheiros e luzes altamente

²⁴ Informação retirada de entrevista com fiscal do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL (março/2009).

dinâmicas e acabar por vivenciar o espaço como uma realidade virtual, como uma exaltação de emoções que se esvai rapidamente (SANDEVILLE, 2002, p. 156).

E assim cita-se as diversas pousadas com seus quartos com ar condicionado, passeios em áreas selvagens sem preocupações de conservação, alimentação de animais para atraí-los e proporcionar o espetáculo da vida silvestres, entre outras atitudes claramente nocivas ao meio natural.

Muito emblemático é também o caso do Hotel Porto Cercado, empreendimento também conhecido como SESC Pantanal, que dispõe de uma grandiosa infraestrutura para hospedar seus visitantes. Infraestrutura tão bem “urbanizada” que perdeu as características pantaneiras e apenas se utiliza das áreas mais selvagens para passeios opcionais de seus hóspedes. O Hotel Porto Cercado poderia ser colocado em qualquer parte do Brasil sem perder seus atrativos, o que significa que não tem a cara do Pantanal e não se integra com o local. As modificações na paisagem para que o empreendimento tenha “sucesso” são enormes, atentando-se para o fato do asfaltamento da rodovia MT 370. Para facilitar o acesso dos hóspedes asfaltou-se 42 quilômetros em um trecho que liga a área urbana de Poconé até a comunidade pantaneira de Porto Cercado, aterrando inclusive alguns corixos.

É visível, portanto, que o turismo foi o principal fator decisório no asfaltamento da rodovia, contribuindo para a modificação da paisagem neste trecho pantaneiro.

A MT 370 é reconhecida como estrada-parque pelo Estado de Mato Grosso e, de acordo com Soriano (2006), apresenta praticamente as mesmas características ambientais da MT 60, a famosa estrada-parque Transpantaneira.

Uma peculiaridade interessante de ser apontada é o fato de que tal estrada-parque foi decretada com 200 metros de largura de cada lado a mais do que a maioria decretada no Estado. Este fator sugere uma maior necessidade de conservação e, provavelmente, menores condições de sofrer grandes alterações ambientais, como a pavimentação (SORIANO, 2006).

O asfaltamento modificou uma grande área da paisagem natural e necessitou de aterramento em alguns pontos onde os corixos cruzavam a estrada em épocas de cheia, ocasionando alagamentos naturais do Pantanal. Atualmente, portanto, alguns trechos que antes eram naturalmente alagados, hoje são cortados pela estrada e não representam mais “problemas” para a travessia dos turistas.

De acordo com a Sinfra-MT (2010) esta nova rodovia foi erguida com uma média de 2 metros e meio acima do nível da região, o que possibilita o acesso durante todo o ano ao Pantanal e acaba com a intransitabilidade nos períodos de chuva. Este último fator indica um importante crescimento do turismo em Poconé, com reflexos tanto na economia municipal quanto no aumento da pressão turística sobre o meio natural.

É necessário ressaltar que neste pouco tempo de asfaltamento já é identificado pelos moradores locais o aumento dos casos de atropelamento de fauna²⁵, característica frequente de rodovias em áreas selvagens e/ou rurais.

Nota-se que o maior atrativo explorado turisticamente no Pantanal (excluindo a pesca) é sua paisagem e não uma proposta de inserção deste turista no meio com o qual irá se relacionar, focando principalmente uma educação ambiental que possibilite certos cuidados com o local – o que certamente chamaríamos de ecoturismo. Não podemos admitir que alguém entre em um “santuário” inóspito e selvagem e saia dele sem levar consigo uma sólida bagagem de educação e conservação ambiental. E é isto o que acontece, na maior parte dos casos, na região Pantaneira²⁶.

Podemos considerar que o que ocorre é um consumo de imagens e dos recursos ambientais, muitas vezes vestidos com a roupa do ecoturismo, dando uma idéia ilusória de que a atividade promovida é sustentável e se enquadra dentro dos padrões de conservação ambiental.

²⁵ Conforme entrevistas com a população local.

²⁶ De acordo com debate realizado com o Prof. Dr. Waldir Mantovani no Comitê de Orientação deste trabalho, em agosto/2010.

Para identificar os impactos ambientais causados pelo turismo e facilitar a comparação nas diferentes cidades, é dado um foco na modificação da paisagem e no uso do ambiente natural. Para isso foram analisados alguns aspectos apresentados no item 3.2 do presente capítulo.

Além disso, identificou-se a capacidade municipal para atender as demandas de água e esgoto tratados, e coleta e destinação correta dos resíduos sólidos. Pretende-se com isto fortalecer a ideia de que um município incapaz de atender satisfatoriamente as demandas básicas de sua população, não está apto a atrair um maior contingente populacional através do turismo, sem comprometer seus recursos naturais.

3.1. Condições (socioambientais) dos municípios para atendimento ao turismo

Para identificar a capacidade dos municípios de atendimento às demandas de tratamento de água e esgoto, foram utilizados dados de saneamento básico do IBGE (2008) em conjunto com as informações obtidas em campo. A tabela a seguir apresenta tais dados.

Tabela 4 – Condições de saneamento básico dos municípios estudados

		Saneamento básico			
		Aquidauana	Corumbá	Poconé	Cáceres
Coleta de esgoto	Dados IBGE (2008)	Sim	Sim	Não	Sim
	Dados Campo (2010)	Sim (presença de fossas em pousadas rurais)	Sim (presença de fossas em pousadas rurais)	Não	Sim
Tratamento de esgoto	Dados IBGE (2008)	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
	Dados Campo (2010)	Presença de ETE, porém sem uso e em estado de abandono	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Tratamento de água	Dados IBGE (2008)	Sim	Sim	Atendimento parcial com água tratada	Sim
	Dados Campo (2010)	Sim	Sim	População com receio de consumir (para fins diversos) a água da torneira	Sim
Coleta seletiva	Dados IBGE (2008)	Não	Não	Não	Não
	Dados Campo (2010)	Presença informal de catadores	Não identificado	Presença informal de catadores	Presença informal de catadores
Aterro sanitário	Dados IBGE (2008)	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
	Dados Campo (2010)	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Disposição de resíduos no solo	Dados IBGE (2008)	Sim	Sim	Sim	Sim
	Dados Campo (2010)	Sim	Sim	Sim	Sim

O mapa abaixo, realizado pelo IBGE (2011) com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2008), apresenta a situação brasileira em relação ao esgoto coletado e tratado, segundo a bacia hidrográfica. Nota-se que a Bacia do Alto Paraguai, que abriga a planície pantaneira, possui quase metade de seus municípios sem coleta de esgoto e apenas um terço (aproximadamente) com coleta e tratamento.

Mapa 4: Esgoto coletado e tratado segundo bacia hidrográfica
Fonte: IBGE, 2011.

Á partir das informações apresentadas foi realizado uma reflexão sobre as condições de atendimento turístico de cada município, pela análise de elementos ambientais.

Aquidauana

O município não possui boas condições de tratamento de esgoto e disposição de resíduos, identificando-se a falta de estrutura necessária para atender sua população residente. Isto significa que o aumento da demanda por estes serviços, ocasionada pelo turismo, gera impactos negativos na qualidade ambiental. Apenas o abastecimento de água se mostra satisfatório.

Isto implica na necessidade de concentrar esforços para melhorar tais serviços e assim possuir condições favoráveis para receber seus turistas sem prejuízos ambientais e degradação do meio natural.

Corumbá

Neste caso também foram encontrados a predominância de aspectos negativos para as questões de esgoto e resíduos, tendo apenas o abastecimento de água como positivo.

Entretanto, este caso é mais preocupante do que o município anterior, já que este recebe uma grande quantidade de turistas durante todo o ano, com o fluxo aumentado em épocas de carnaval e festas regionais.

É importante ter clara a noção de que somente a coleta de esgoto não basta para evitar a degradação ambiental, é preciso que o tratamento seja realizado de forma satisfatória. Apenas desse modo será possível manter uma boa imagem turística e condições ambientais propícias para o atendimento da atividade em longo prazo.

Poconé

O caso de Poconé chama a atenção pela existência de diversos fatores negativos, inclusive para a distribuição de água tratada. Apesar de o município possuir abastecimento, parte da população não é atendida com o tratamento adequado. Em pesquisa de campo foi identificado certo medo dos moradores em relação a qualidade da água de suas torneiras e o risco da existência de metais contaminantes.

Não é admissível que um município com alta taxa de recebimento de turistas em suas pousadas não garanta a distribuição de água de qualidade para seus residentes. Além disso, o tratamento de esgoto e a destinação de resíduos também não são satisfatórios.

Assim, se pretende garantir a continuidade do turismo em longo prazo, Poconé precisa atender suas demandas de saneamento básico. Caso contrário a atividade será afetada pela degradação do meio natural.

Cáceres

Este município também segue o padrão dos anteriores: falta tratamento de esgoto e uma eficiente destinação dos resíduos. Fatores preocupantes pela alta taxa de turistas recebida, principalmente, no festival de pesca.

Neste caso, assim como nos outros, aconselha-se sanar estas questões para poder investir no crescimento do turismo com qualidade, sem o receio de que a atividade afete negativamente tais variáveis e com isso comprometa sua exploração no longo prazo.

3.2. Impactos ambientais e modificações na paisagem

Por meio das informações retiradas de pesquisas e entrevistas²⁷ de campo, comparações de registros fotográficos, uso de dados estatísticos e de informações bibliográficas, foram identificados processos de mudanças na paisagem e possíveis impactos ambientais. A sistematização dos aspectos analisados é demonstrada na tabela abaixo, onde:

- X = identificado; e
- -- = não identificado ou não ocorrente.

²⁷ As entrevistas foram realizadas com moradores locais, turistas, funcionários e administradores de hotéis e pousadas, funcionários de agências de turismo, secretários de meio ambiente e secretários de turismo. O roteiro de perguntas está apresentado no Anexo A.

Tabela 5 – Aspectos modificadores da paisagem e prováveis impactos ambientais

	Aquidauana	Corumbá	Poconé	Cáceres
Aberturas de novas vias	X	X	--	--
Asfaltamento de vias já existentes	X	X	X	-
Aumento no número de hotéis/pousadas	X	X	X	X
Redução de áreas verdes no entorno de empreendimentos turísticos	--	--	--	--
Conversão de atividade geradora de renda (ex. fazendas de pecuária transformadas em pousadas)	X	--	X	--
Presença de despejos de efluentes <i>in natura</i> nos corpos d'água pelos empreendimentos turísticos	--	--	--	--
Atividades turísticas que se relacionam com a fauna local	X	X	X	X
Atração de animais selvagens	X	--	X	--
Domesticação de animais selvagens	--	--	X	--

Foram analisadas as modificações ocorridas entre os anos de 1990, 2000 e 2010. A escolha deste período se deve ao intuito de representar historicamente as mudanças ocorridas no território que foram estimuladas pelo crescimento turístico. Além disso, é o período de crescimento desta atividade no Pantanal, conforme já demonstrado no início deste trabalho.

Todos os municípios estudados apresentaram o padrão de aumento das atividades turísticas à partir de 1990. Entretanto, alguns dos aspectos analisados possuem características diferenciadas para cada município, sendo relevante complementar os dados apresentados na tabela com a análise a seguir:

- Aquidauana: Foram entrevistados seis hotéis na área urbana e identificou-se que apenas dois existem antes da década de 90. Este fato corrobora o crescimento do turismo a partir da desta década. Cabe ressaltar a inauguração de um novo hotel nas margens do Rio Aquidauana no ano de 2010. As duas pousadas rurais entrevistadas iniciaram seus trabalhos entre os anos de 1995 e 2010.
- Corumbá: Foram entrevistados sete principais hotéis localizados na área urbana do município. A maioria (quatro) foi construída entre o período de 1990 e 2010. Ressalta-se que não foram estudadas hospedagens localizadas na zona rural, pois não faziam

parte do perímetro delimitado para análise (até o periurbano). Por este motivo não foi possível identificar casos de conversão da principal atividade econômica, já que as pousadas do meio urbano dificilmente exerceram outro papel no passado.

- Poconé: Foram analisadas doze pousadas, sendo duas localizadas na área urbana e as restantes no perímetro periurbano. A maior parte das pousadas localizadas na Transpantaneira-Poconé (MT – 060) foram entrevistadas. A maioria das hospedagens analisadas começaram a atender o setor de turismo a partir de 1990, sendo duas após o ano 2000, seis na década de 90 e apenas quatro entre os anos de 1970 e 1980. Este município também merece uma atenção especial no que se refere ao asfaltamento de vias para melhorar a infraestrutura turística, pois recebeu fortes investimentos do governo estadual e do setor privado para asfaltar grandes trechos em áreas urbanas, periurbanas e rurais. Neste caso a relação direta com o turismo é identificada através dos convênios estabelecidos entre o SESC Pantanal e a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso (SINFRA) para asfaltar a Rodovia MT-370. O projeto alterou 42 km² da paisagem pantaneira, aterrando corixos e modificando ecossistemas locais. O asfalto também ameaça a vida de animais silvestres, pois proporciona um aumento na velocidade dos veículos, aumentando o risco de mortalidade por atropelamentos e contribuindo com impactos de redução da fauna.

Além disso, também foram identificados casos de domesticação animal nas hospedagens ao longo da Rodovia Transpantaneira, realizados pelo oferecimento de comida aos animais na tentativa de amansá-los e mantê-los nos arredores das pousadas como uma atração diferencial para os visitantes.

- Cáceres: neste município foram entrevistadas apenas as hospedagens na área urbana e, assim como em Corumbá, não foi possível identificar casos de conversão da atividade

econômica. Porém, as pousadas entrevistadas na cidade foram construídas no período equivalente aos últimos 30 anos, indicando um aumento da atividade turística no período analisado.

- Fatores comuns em todos os municípios:
 - A presença de despejos de efluentes *in natura* nos corpos d'água pelos empreendimentos turísticos não foi identificada *in loco*, mas por entrevistas com funcionários e administradores destes locais. Por isso, não é possível garantir a veracidade da informação.
 - Também foram analisadas as atividades turísticas vendidas para os visitantes e a relação destas com o meio local, principalmente com os animais. Identificou-se a existência de uma padronização nos passeios turísticos oferecidos pelos hotéis e pousadas em todos os municípios estudados. A maior parte das atividades se relaciona direta ou indiretamente com a fauna. Citam-se os passeios mais comuns e os principais possíveis impactos:
 - Barco a motor com pesca: poluição hídrica devido o óleo do motor e possíveis derramamentos de combustível. Afugentamento de fauna por conta do barulho e da movimentação das águas;
 - Trilha: todas as trilhas foram feitas considerando o aproveitamento das melhores paisagens naturais do terreno e não possuem estudos de capacidade de suporte. Tal fato acaba por prejudicar indiretamente a fauna local, através da possível destruição de alguns de seus habitats ou nichos necessários para a melhor manutenção de algumas espécies. Além disso, não foi identificado um efetivo controle dos funcionários na alimentação dos animais por parte dos visitantes. Muitos turistas entrevistados afirmaram oferecer comidas para atrair os animais e tocá-los, quando possível. Isto acaba por provocar impactos como a domesticação de animais silvestres, analisado posteriormente com maiores detalhes;

- Cavalgada: falta de estudos ambientais das trilhas realizadas e possível destruição de nichos de habitats de algumas espécies;
- Safári diurno e noturno: forte presença humana em áreas selvagem, contribuindo para distúrbios no comportamento rotineiro dos animais e também para uma possível domesticação intencional;
- Focagem noturna de animais: a forte iluminação jogada diretamente sobre os animais de hábitos noturnos contribui para o stress dos mesmos por modificar as condições naturais às quais estão habituados.

Registros fotográficos foram utilizados para demonstrar as atividades de atração da fauna local por parte dos agentes de turismo e uma possível domesticação de animais silvestres devido à constante visitação.

A foto abaixo foi obtida no ano de 2009, no trabalho de campo realizado em uma fazenda pantaneira que recebe visitantes do Hotel Pantanal, localizada na Rodovia Transpantaneira em Poconé. Na ocasião havia um grupo de aproximadamente quinze pessoas visitando o local. Um filhote de veado mateiro se aproximou do grupo demonstrando estar habituado com a situação e permitiu, inclusive, que os visitantes o acariciassem.

Levando em consideração que esta é uma espécie silvestre, seu comportamento é atípico e demonstra um dos impactos do turismo para a fauna: a domesticação de animais silvestres.

Mesmo que não ocorra uma ação direta e proposital para domesticar espécies da fauna, a instalação de empreendimentos turísticos e a constante visitação acabam por modificar alguns hábitos dos animais selvagens. Este fato representa uma ameaça para muitas espécies, tornando-as presas fáceis para caçadores, por exemplo, ou mesmo contribuindo para o desequilíbrio ecológico.

Figura 32: Visitantes acariciando um veado-campeiro que se aproximou do grupo em uma fazenda de turismo localizada na Transpantaneira no município de Poconé
Fonte: Foto da autora, 2009

O registro fotográfico a seguir também é representativo da domesticação de animais selvagens. Nesta situação, encontrada no trabalho de campo realizado em março de 2010, um jacaré é mantido nas áreas da Pousada das Araras e atende aos chamados do funcionário. Um dos grandes atrativos do local, o animal possui um comportamento completamente inesperado para a espécie, se mostrando condicionado e acostumado com a situação.

Em entrevista foi revelado que o animal era constantemente alimentado após o chamado, mas que a prática foi abandonada depois de proibições do IBAMA e, atualmente, ele caça o próprio alimento. De qualquer forma o jacaré ainda obedece ao chamado humano.

Figura 33: Jacaré na Pousada das Araras, em Poconé, que atende aos chamados pelo nome de Chico aos chamados do funcionário

Fonte: Foto da autora, 2010

Em relação a atração de animais para áreas de hotéis e pousadas, todos os depoimentos obtidos dos funcionários nas entrevistas de campo, declaram a não ocorrência deste ato. Porém, os campos realizados em dois períodos distintos - sendo o primeiro em época de alta temporada (julho de 2009) e o segundo em época de baixa temporada (março de 2010) - demonstraram haver uma maior presença da fauna nas propriedades dos empreendimentos turísticos no período de maior temporada. Este fato pode ser identificado nas fotos abaixo.

Figura 34: foto de jacarés na área do Hotel Pantanal em Poconé, obtida em período de alta temporada (julho/2009)

Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 35: foto de área densamente ocupada por jacarés no período de alta temporada, sem a presença dos animais na época de baixa temporada (maio/2010)

Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 36: foto do Cárcara e do Tuiuiu: presenças constantes no Hotel Pantanal, em Poconé, no período de alta temporada

Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 37: foto do Hotel Pantanal em Poconé obtida em período de alta temporada (julho/2009)

Fonte: Foto da autora, 2010

Figura 38: foto do Hotel Pantanal em Poconé obtida em período de baixa temporada (maio/2010)
Fonte: Foto da autora, 2010

Após analisarmos as características individuais de cada município é interessante localizá-los em um mapa para identificar suas ligações e formas de acesso por diferentes meios de transporte. Assim, o próximo item trata desta questão.

3.3. Estrutura de acesso e ligações entre os municípios

Os mapas a seguir demonstram os meios de acesso para os municípios estudados, considerando as diversas possibilidades de integração entre eles e também entre as capitais dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Mapa 5 – Rede modal de transportes para acesso e ligação entre os municípios
Elaboração: Rafael Mussi, 2011

Mapa 6 – Rede modal de transportes para acesso e ligação entre os municípios (com hidrografia e aproximação)
Elaboração: Rafael Mussi, 2011

É nítida a falta de integração na rede de acesso, o que constitui grande dificuldade de locomoção entre os municípios. Entretanto isto não pode ser considerado como fator completamente negativo, já que acaba por dificultar a chegada às áreas selvagens, colaborando com a conservação das mesmas.

Certa carência nas redes modais de acesso nas cidades pantaneiras é, portanto, positiva do ponto de vista da conservação ambiental. Além disso, não impede a locomoção, apenas não a facilita. Entretanto do ponto de vista do turismo, a falta de integração é prejudicial ao crescimento da atividade, já que coloca dificuldades de acesso para os visitantes e, muitas vezes, pode desestimular a viagem ou a visita aos locais mais distantes.

Nota-se que as rodovias se configuram como meio de mais fácil acesso em comparação com os outros modais, não havendo ligação rodoviária apenas entre os municípios de Corumbá e Cáceres. Neste caso a hidrovia realiza um importante papel e tem grande fluxo de barcos hotéis utilizados, principalmente, pelo turismo de pesca.

Devido a presença dos aeroportos, as capitais estaduais (Campo Grande e Cuiabá) também desempenham papel essencial para possibilitar a chegada nos municípios. Configuram-se como um caminho necessário para os turistas que desejam visitá-los, principalmente os estrangeiros ou residentes de outros Estados. A presença do aeroporto em Corumbá também facilita o acesso, apesar de poucas companhias aéreas fazerem o trajeto até o município.

Os trechos ferroviários são precários e quase inexistentes. Em processo de revitalização encontra-se o trem do Pantanal, com saídas de Campo Grande e chegadas até Aquidauana. Entretanto este é um trajeto turístico, pouco utilizado e com poucos horários de operação.

Apesar de não ser possível fazer o trecho Aquidauana – Corumbá por ferrovia, esta possui um importante papel para o último município, pois muitos turistas que visitam a

América Latina entram por Corumbá através do trem que chega da Bolívia, com o intuito de visitarem o Pantanal. Este trecho é muito utilizado por estrangeiros e mochileiros por ser mais barato que outros meios de transporte. Apesar de extremamente importante para Corumbá, não está representado nos mapas acima devido estes analisarem apenas áreas brasileiras.

Os trechos ferroviários nos municípios de MT não são utilizados para transporte de passageiros, não sendo uma opção para o turismo. Por este motivo não estão representados no mapa.

Assim, estes mapas revelam a dificuldade de acesso nos municípios pantaneiros e demonstram certa inviabilidade de um turista visitar os quatro municípios em seu período de férias. Entretanto, também permitem especular sobre o início de um sistema de transporte integrado, já que sua configuração atual demonstra um traçado que contorna os limites brasileiros do Pantanal. É claro que ocorre uma carência de transporte no interior da planície, capaz de integrar os municípios considerados, conforme demonstrado nos mapas. Porém, é possível refletir se essa situação se manterá ao longo dos próximos anos, ou se o crescimento do turismo irá ocasionar dinâmicas territoriais relacionadas com o aumento dos acessos e a integração dos diferentes modais de transporte. Caso tais modificações ocorram é preciso garantir que não afetem negativamente o bom estado de conservação atual, o qual inclusive é o principal responsável pela atratividade turística no Pantanal.

Toda a análise dos impactos e das ligações municipais se torna incompleta para fins de conservação ambiental sem a sugestão das diretrizes de planejamento. Por isso, o próximo item aborda alguns instrumentos de planejamento que podem ser utilizados para melhorar as estratégias de uso do solo e compatibilizar as atividades econômicas com a conservação do meio natural.

3.4. O planejamento como resposta

Após a identificação dos prováveis impactos, torna-se necessário discutir possíveis soluções para a minimização e/ou solução dos mesmos. Nesse sentido busca-se idéias e instrumentos de planejamento capazes de colaborar com tais questões.

Nos casos que visam a conservação do ambiente natural, a resposta mais comum, geralmente, é o estabelecimento e delimitação de áreas protegidas. Entretanto alternativas diversas podem ser trabalhadas. Por exemplo, para uma análise em perspectiva regional, como o caso deste trabalho, o zoneamento e os planos de bacias hidrográficas destacam-se os como adequados para tratar da questão.

Quando tratamos o assunto em uma perspectiva municipal, os planos diretores aparecem como indispensáveis no processo de planejamento. Integram-se, também, as áreas de proteção ambiental, caso o município possua locais que se enquadrem nesta classificação de proteção.

Serão citados abaixo os instrumentos de planejamento compatíveis com as características da área de estudo para posteriormente analisarmos suas aplicações em nível regional e municipal.

3.4.1. Zoneamento – ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico)

A principal finalidade do zoneamento é ordenar o uso do espaço e organizar a espacialização das diferentes atividades no território. A Carta Européia do Ordenamento do Território, aprovada em 1984 pelo Conselho da Europa, define que

ordenar o território é garantir que a cada uma de suas parcelas seja dada a utilização mais conforme à respectiva vocação; é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, com a gestão responsável dos recursos naturais, com a utilização racional dos solos; é promover que tal compatibilização se faça pela justa composição das partes e não

pela predominância de um dos valores em detrimento dos demais (CARTA EUROPÉIA, 1984, p. 20).

Este mesmo documento estabelece que o ordenamento territorial integra as políticas em uma perspectiva interdisciplinar, buscando organizar o espaço de acordo com uma estratégia em conjunto com diferentes regiões.

O zoneamento é então entendido como o instrumento de planejamento que possibilita colocar em prática tal ordenação. Isto significa que irá definir “o lugar de cada coisa” no substrato material. Assim pode ser atribuída maior atenção para certo tema ou ação que se pretende destacar no espaço.

Zoneamento é a compartimentação de uma região em porções territoriais, obtida pela avaliação dos atributos mais relevantes e de suas dinâmicas. Cada compartimento é apresentado como uma ‘área homogênea, ou seja, uma zona (ou unidade de zoneamento) delimitada no espaço, com estrutura e funcionamento uniforme. Cada unidade tem, assim, alto grau de associação dentro de si, com variáveis solidamente ligadas, mas significativa diferença entre ela e outros compartimentos. Isso pressupõe que o zoneamento faz uma análise por agrupamentos passíveis de ser desenhados no eixo horizontal do território e numa escala definida (SANTOS, 2004, p. 132).

Existem diversos “tipos de zoneamento”, dependendo das intenções mais específicas que se deseja ressaltar: zoneamento ambiental, zoneamento agroecológico, zoneamento agrícola, zoneamento urbano, zoneamento ecológico-econômico, entre outros.

O tipo de zoneamento a ser elaborado dependerá dos critérios estipulados, caso seja ecológico a preocupação das zonas recairão sobre o estado de conservação/degradação dos ecossistemas, suas funções e estruturas particulares. Caso seja científico-cultural, as zonas deverão definir a presença de sítios arqueológicos, paleontológicos ou de interesse geomorfológicos, por exemplo. Se o critério de interesse for a produção, deverão ser criadas zonas voltadas para a análise dos diferentes níveis de produção agrícola, mineração e locais industriais (SANTOS, 2004).

Neste trabalho o foco é dado para o Zoneamento Ecológico-Econômico, por considerar que este é capaz de integrar as forças que possuem maior expressividade no território: naturais e sociais.

A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, expressa a resultante de dois processos dinâmicos que interagem no território: os processos naturais, caracterizados pelos parâmetros geo-biofísicos que compõem o ambiente e os processos sociais, que respondem à dinâmica e a objetivos políticos. Portanto, a metodologia deve manter as especificidades destas lógicas distintas, ao mesmo tempo que promove a sua integração (Meirelles et al., 1999)

Suas diretrizes gerais devem seguir três ordens distintas:

- ações corretivas e preventivas: para proteger ou conservar os ambientes naturais e valorizar a cultura da população envolvida;
- programas de incentivo: para incrementar as atividades econômicas compatíveis; de um lado, com a fragilidade dos sistemas ambientais naturais e dos padrões culturais sociais e econômicos das populações envolvidas; e, de outro, com a capacidade de suporte dos recursos naturais renováveis;
- meios institucionais: para definir uma articulação político-institucional de gestão integrada, implementada pelos órgãos de Estado (municípios, Estados e União) (ROSS, 2006).

Para elaborar tal zoneamento é necessário conhecer as potencialidades dos recursos naturais, as atividades sociais e econômicas, além da fragilidade dos ambientes naturais (ROSS, 2006). Meirelles et al. (1999) considera a potencialidade social como um complemento indispensável para integrar os fatores ecológicos e econômicos. Esta deverá ser analisada nos distritos e municípios, pois eles dispõem de sistemas de coleta, sistematização e divulgação de dados já estruturados em âmbito local.

Possui como pressupostos compatibilizar a conservação e recuperação do ambiente natural com a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico e social. Deve inserir todas as leis já existentes em relação ao uso da terra e proteção ambiental, além de estabelecer novos critérios, quando necessários.

Santos (2004) define que o zoneamento voltado para o planejamento ambiental deverá expressar as seguintes características do território: potencialidades, vocações, fragilidades, suscetibilidades, acertos e conflitos.

De acordo com Ross (2006) o ZEE deverá ser elaborado seguindo quatro frentes de execução. A primeira delas é o levantamento da legislação ambiental que incide no território a ser considerado. Encaixa-se aqui algumas leis mais específicas de federal, estadual ou municipal. Podemos citar as áreas de preservação definidas pelo Código Florestal, as Unidades de Conservação, terras indígenas, remanescentes de Mata Atlântica, entre outras. Todo o arcabouço legal já instituído deverá, necessariamente, ser incorporado nas diretrizes e normas criadas pelo ZEE.

A segunda frente se refere as pesquisas do meio natural e unidades de paisagem, ou seja, levantamentos sobre relevo, rocha, solo, fauna, flora, clima e águas. Tais estudos objetivam diagnosticar as potencialidades e fragilidades ambientais (ROSS, 2006).

Os temas socioeconômicos são trabalhados na terceira linha da proposta de Ross (2006), e se relacionam com o levantamento das características da população. Neste ponto serão analisadas questões sobre a demografia, atividades econômicas e as condições de vida da população considerada.

Esses temas definem espaços territoriais marcados por certas características econômicas, sociais e culturais que se manifestam no ambiente pelos usos dominantes dos recursos naturais.
A análise integrada dessas informações define no território situações que revelam as potencialidades humanas e as fragilidades socioculturais diferenciadas no tempo e no espaço (ROSS, 2006).

A quarta e última linha de ação se refere a articulação com organizações da sociedade civil. Esta relação deve ocorrer durante todo o processo, porém com maior intensidade no início e no fim.

Na fase inicial deverão ser identificados os problemas, expectativas e sugestões da população, ligadas ou não com instituições públicas e/ou privadas. Já na fase final - após estabelecido todo o diagnóstico, construção de mapas e definições para diretrizes gerais - a participação deverá ser intensa e direcionada para uma discussão sobre os rumos e prioridades (ROSS, 2006).

Definido o zoneamento ele deverá ser incorporado pelo local em questão, para atingir os objetivos propostos inicialmente. É importante que se façam todos os esforços necessários para o cumprimento de suas definições e não aceitar que ele exista efetivamente apenas “no papel”, sem ser colocado em prática no território.

Assim, o zoneamento será um importante instrumento de gestão, caso tenha sido elaborado com a participação dos planejadores e da sociedade. Sua importância recai na criação de espaços (zonas) administrativos que permitem “o manejo e a proteção dos valores naturais e sociais” (SANTOS, 2004, p. 133).

3.4.2. Plano de Bacia Hidrográfica

Estabelecer o planejamento a partir de um plano de bacia hidrográfica significa definir a área territorial a ser planejada seguindo uma unidade espacial delimitada naturalmente, tendo o olhar focado nos recursos hídricos e seus múltiplos usos.

Existem muitas nomenclaturas que caracterizam o planejamento voltado para a bacia, sendo que os mais amplos são os gerenciamentos integrados de bacias hidrográficas, os planos diretores para o gerenciamento das bacias hidrográficas e os de manejo de bacias hidrográficas. De forma geral eles tratam da interpretação e das ações voltadas ao uso dos recursos hídricos e somam medidas para a conservação dos mananciais em conjunto com outros elementos ambientais (como o solo, a vegetação e a fauna). Porém, apesar de parecidos, é preciso cuidado com a nomenclatura, pois cada nome carrega consigo a definição de um conceito específico que deverá ser aplicado de forma adequada ao uso que se propõe (SANTOS, 2004).

De acordo com Júnior (2004) diversos indicadores da situação da bacia são utilizados para subsidiar o plano, que possui como base as negociações nos comitês de bacia, pressupondo a participação pública de diferentes atores.

Utilizar a delimitação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento possui aceitação universal, principalmente quando se trata de um planejamento voltado às questões ambientais.

O critério de bacia hidrográfica é comumente usado porque constitui um sistema natural bem delimitado no espaço, composto por um conjunto de terras topograficamente drenadas por um curso d'água e seus afluentes, onde as interações, pelo menos físicas, são integradas e, assim, mais facilmente interpretadas. Esta unidade territorial é entendida como uma caixa preta, onde os fenômenos e interações podem ser interpretados, *a priori*, pelo *input* e *output*. Neste sentido, são tratadas como unidades geográficas, onde os recursos naturais se integram. Além disso, constituem-se numa unidade espacial de fácil reconhecimento e caracterização. Sendo assim, é um limite nítido para ordenação territorial, considerando que não há área de terra, por menor que seja, que não se integre a uma bacia hidrográfica e, quando o problema central é água, a solução deve estar estreitamente ligada ao seu manejo e manutenção (SANTOS, 2004, p. 40-41).

O Plano de Bacia Hidrográfica objetiva organizar o uso do solo, tendo os mananciais como elemento central. Para isto é preciso identificar as condições e características atuais da bacia, analisar a qualidade de seus corpos hídricos, o modo de uso das águas e também as atividades socioeconômicas. Isto possibilitará a formulação das perspectivas futuras de uso e conservação.

Este instrumento é requisito para um bom planejamento ambiental, já que proporciona o entendimento dos principais processos que estão ocorrendo em uma área delimitada por um dos elementos naturais de maior importância para a manutenção da vida: a água. Sua execução permite elaborar o planejamento pensando nos múltiplos usos dos recursos hídricos – atuais e futuros – e nas melhores formas deste recurso. Além disso, é útil para a manutenção de um olhar regional, definindo orientações nesta escala, capaz de integrar e restringir algumas ações municipais que poderiam ser realizadas sem levar em consideração todos os elementos envolvidos.

Como exemplo de sua importância destaca-se o PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (1997), elaborado para pensar o conjunto das questões que se relacionam em toda a Bacia na qual se localiza a planície pantaneira. Não seria possível um planejamento para a conservação do complexo pantaneiro sem considerar toda a área responsável por sua manutenção. Os rios presentes na bacia, mesmo que fora da planície, alimentam-na e influenciam toda a dinâmica dos processos naturais. As ações antrópicas realizadas na Bacia do Alto Paraguai produzem consequências na planície, e devem ser reguladas na escala regional caso queiramos controlar seus reflexos e impactos.

Nota-se, portanto, a necessidade de um plano de bacia hidrográfica, e sua importância para o planejamento ambiental. Entender os processos e suas inter-relações regionais enriquece a análise e facilita a escolha das atividades corretas e dos melhores caminhos para a conservação ambiental.

3.4.3. Área de Proteção Ambiental

Também conhecida apenas como APA, uma Área de Proteção Ambiental é uma classificação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que se enquadra nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. É vista como uma tentativa de compatibilizar alguns usos do solo e certas atividades econômicas com a conservação dos recursos naturais.

Isto significa que não há necessidade de desapropriação de suas terras, como no caso de Parques e Estações Ecológicas, por exemplo. Assim, pode ser criada em terras públicas ou privadas, possuindo algumas restrições de uso do solo e de seus recursos naturais, e também das atividades econômicas realizadas.

O SNUC, criado em 2000, define uma Área de Proteção Ambiental como

uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos

proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC, 2000, p.9).

No caso de APAs públicas, podem ser estabelecidas restrições de uso de propriedades privadas inseridas em sua unidade territorial. Quando privadas, o proprietário define as condições de visita pública e pesquisa, desde que respeitando as exigências legais (SNUC, 2000).

A Resolução Nº 10/1998 do CONAMA indica a necessidade de um ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) para a APA, assim como os objetivos da mesma. Tal lei também esclarece as normas que devem ser seguidas para a implantação de empreendimentos. Além disso, define que toda APA deve manter uma zona para preservar a vida silvestre, local onde não se admitirá atividades antrópicas capazes de alterar a biota (JACINTHO, 2003).

Para o turismo é positivo que uma área seja decretada como uma APA, pois ajuda a manter um melhor estado de conservação do local e, com isso, sua atratividade. Por ser uma das atividades econômicas permitidas, o turismo geralmente ganha um maior estímulo quando a área é classificada nesta categoria do SNUC. É, portanto, uma forma de tentar barrar atividades econômicas mais impactantes para o ambiente natural que acaba por favorecer o desenvolvimento da atividade turística, considerada como uma alternativa para a geração de renda local, compatível com as regras estabelecidas.

3.4.4. Plano Diretor

O Plano Diretor é um instrumento de extrema importância para guiar os caminhos que o município deseja seguir, e compatibilizar os diversos interesses sociais, ambientais e econômicos. Deverá ter como objetivo primordial garantir a qualidade de vida no município.

Tal documento deve ser entendido como aquele que irá fazer a articulação dos processos de planejamento já existentes no município e na região. Isto significa será responsável por integrar os diversos instrumentos, como os planos de bacia hidrográfica, o

zoneamento ecológico-econômico, a Agenda 21, os planos de desenvolvimento do turismo sustentável, entre outros (BRASIL, 2004).

De acordo com Santos (2004) este é um instrumento que estimula políticas e orienta a ação do poder público e da comunidade. É essencial para a existência de uma política que garanta o desenvolvimento e a qualidade de vida municipal.

Possui como objetivo principal o estabelecimento da função social da propriedade, tentando garantir o acesso à moradia e serviços urbanos para todos os cidadãos. Por isso, não é visto apenas como um instrumento de controle de uso do solo, mas sim como uma tentativa de estimular o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras (BRASIL, 2004).

O primeiro passo, em todos os municípios é conhecer a estrutura fundiária e suas tendências de desenvolvimento. A partir desse conhecimento, cada município deve escolher – dentre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – os que mais favoreçam a inclusão social em cada município e em cada mercado local (BRASIL, 2004, p. 15).

Nota-se que este é o instrumento que irá integrar as diferentes proposições feitas dentro da perspectiva do planejamento ambiental, podendo adotar os objetivos condizentes com este. Assim, pode-se tratar da distribuição populacional; “propor uma gestão integrada e descentralizada; compatibilizar políticas de diferentes esferas; proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, paisagístico, artístico e arqueológico, assegurando o acesso a eles; integrar e compatibilizar atividades urbanas e rurais, com uso racional da infraestrutura” (SANTOS, 2004, p. 36-37).

Apesar de nem todos os municípios serem obrigados a realizarem seu Plano Diretor, o Ministério das Cidades recomenda sua elaboração. Esta é uma tentativa de incentivar os municípios a conhecerem sua realidade e assim se esforçarem para reduzir as desigualdades, prevenir a degradação ambiental e estimular o desenvolvimento sustentável a partir de suas potencialidades. Além disso, a elaboração do Plano diretor é tida como indispensável para implementar satisfatoriamente os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2004).

3.4.5. Cartografia

A cartografia pode ser entendida como uma forma de linguagem capaz de transmitir informações a partir de elementos gráficos. Ela permite a representação da realidade no formato de mapas, eficientes para transportar para o papel aquilo que ocorre no espaço físico e material. Isto aumenta a facilidade de acesso a informações sobre diferentes temas nas diversas partes do mundo.

Os vocábulos mapas e mapeamento são utilizados em ciências e áreas de estudo distintas, muitas vezes sem o mesmo significado que possui na Cartografia e que utilizaremos neste trabalho.

Os mapas da Cartografia têm características típicas que os classificam; eles representam elementos selecionados em um determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica. Dent (1996) amplia esse conceito quando afirma que os mapas são capazes de fornecer uma estrutura para guardar e/ou mostrar o conhecimento geográfico e experiências dos mais variados interesses, sem os quais seria difícil orientar-se no espaço geográfico ou nos grandes ambientes terrestres (água, ar e terra).

Para os cartógrafos, os mapas são veículos de transmissão do conhecimento. Eles são representações gráficas de determinado espaço geográfico, concebidos para transmitir a visão subjetiva ou o conhecimento de alguém ou de poucos para muitos. Esse conhecimento pode ser o mais amplo e variado possível ou o mais restrito e objetivo possível. Então, cada mapa tem um autor, uma questão e um tema (mesmo os mapas de referência geral, os topográficos ou os cadastrais) (NOGUEIRA, 2009, p. 31).

A cartografia é, portanto, uma forma de representar a realidade por meio de mapas, entendidos como modelos e não fotografias fiéis daquilo que é representado (NOGUEIRA, 2009). Atualmente podemos dividi-la em dois ramos: a sistemática e a temática.

De acordo com Sunagawa (2010) a cartografia sistemática representa padrões em uma linguagem técnica. De outro lado, a cartografia temática, se utiliza de diversos tipos de representações gráficas, sem ser extremamente padronizada, mas com alguns princípios norteadores.

Seja qual for o método utilizado, os mapas apresentam, em uma superfície plana, a heterogeneidade de um terreno previamente definido.

Um mapa permite observar as localizações, as extensões, os padrões de distribuição e as relações entre os componentes distribuídos no espaço, além de representar generalizações e extrapolações. Principalmente, deve favorecer a síntese, a objetividade, a clareza da informação e a sistematização dos elementos a serem representados. Garantidas essas qualidades, os mapas podem ser um bom instrumento de comunicação entre planejadores e atores sociais do planejamento (SANTOS, 2004, p. 129).

Destaca-se a necessidade de atribuir a importância destes elementos para o planejamento ambiental. Neste caso o uso de mapas é indispensável para integrar as diversas informações. “Seja qual for a estratégia adotada, para integrar os temas por meio de métodos espaciais é necessário produzir e associar mapas” (SANTOS, 2004, p. 129).

Para o planejamento ambiental trabalha-se com a idéia da construção do mapa-síntese, gerado pela sobreposição de temas socioambientais que se pretende destacar. As etapas abaixo foram baseadas na proposta de Santos (2004) e mostram os procedimentos necessários para a elaboração dos mapas voltados ao planejamento ambiental:

- estabelecer os objetivos gerais dos mapas e as escalas a serem utilizadas;
- levantar e analisar toda a documentação disponível, em suas diferentes formas;
- elaborar os mapas bases com temas mais simples que deverão ser integrados, posteriormente, com outras informações. Enquadram-se mapas referente a hidrografia, geologia, vias de acesso, entre outros;
- interpretar os temas que pretende desenvolver, tendo como base as informações cartográficas levantadas;
- coletar, ou conferir, informações em campo;
- ajustar as temáticas de cada mapa, conforme necessário, e estabelecer os destaques e detalhes;
- determinar os critérios de classificação e as relações de causa e efeito;
- estabelecer as relações causais;

- associar os temas e elaborar mapas intermediários, tendo como base a classificação prevista;
- associar os mapas intermediários para a criação do mapa-síntese;
- interpretar o mapa síntese de modo que ele sirva de apoio para as próximas etapas do planejamento (definição de diretrizes, recomendações, prognósticos, etc.).

Uma das grandes contribuições da cartografia é estabelecer, por exemplo, uma carta de vulnerabilidade do meio natural. Assim, define-se quais locais no território são mais vulneráveis e possuem maiores restrições ambientais e quais os mais propícios para ocupação. Isto ajuda a identificar onde as regras terão que ser mais restritivas e as atividades menos impactantes, além de mostrar os locais que suportam maior interferência no meio. O Estado de Mato Grosso do Sul produziu uma Carta de Vulnerabilidade Natural, na qual levanta as condições geológicas, pedológicas, geomorfológicas, vegetacionais e climatológicas, com o objetivo de

orientar as atividades desenvolvidas por ações antrópicas nas diversas regiões do Estado, possibilitando, dessa maneira, coibir agressões ambientais irreversíveis, instituir ações corretivas emergenciais e, como efeito, consolidar maior produtividade no uso das atividades econômicas (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 68).

O conhecimento das características naturais do meio e suas vulnerabilidades é essencial para o planejamento de uso e ocupação do território, sendo a cartografia uma ferramenta de base para a sistematização das informações necessárias.

Nota-se que todos os instrumentos de planejamento citados são subsidiados pelo aparato político, encontrando respaldo nas políticas públicas para que possam ser efetivamente colocados em prática. Assim, o capítulo a seguir faz um levantamento destas políticas, apresentando aquelas que mais se enquadram no escopo do trabalho e também que melhor criam uma base para aplicação de tais instrumentos.

Capítulo 4

Políticas públicas

A análise das políticas públicas mostra como a questão está sendo tratada no âmbito governamental e também os caminhos disponíveis para aqueles que desejam subsidiar politicamente suas ações.

Vale ressaltar que, já no ano de 1997, o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) chamava a atenção para a falta de políticas que articulem o turismo pantaneiro e se mostrem como base para seu planejamento, conforme pode ser verificado na citação abaixo:

apesar das potencialidades turísticas existentes na BAP/MT, o desempenho satisfatório dessa atividade vem sendo prejudicado por vários fatores que de forma indireta, impõem certas limitações como: precariedade dos meios de comunicação, ausência de saneamento básico, insuficiência de abastecimento de água, falta de tratamento de esgotos e de resíduos sólidos-lixo, poluição hídrica etc. Além desses fatores, há os que interferem diretamente na atividade turística como:

- a) falta de planejamento coordenado entre os planos nacionais, regionais e locais;
- b) ausência de planejamento da atividade turística em nível governamental integrado com o setor privado que vise a conservação dos atrativos turísticos;
- c) falta de infra-estrutura básica como, vias de acesso e meios de transporte para os locais de atrativos e de serviços como mão-de-obra qualificada para atender hotéis, pousadas, agências de turismo e outros;
- d) falta de zoneamento ambiental e turístico que identifique, desde os locais de potencialidades para a implementação do turismo até os de impedimento ao uso (PCBAP³, 1997, p.341).

Mesmo com tais problemas já identificados há aproximadamente quinze anos atrás, pouca coisa mudou e ainda hoje ocorre uma falta de integração das ações e políticas nas diferentes escalas. Assim, este capítulo apresenta o levantamento das políticas que, de certa forma, se relacionam com a atividade. Pretende-se organizar as diretrizes de planejamento, previstas nas políticas públicas, que sejam capazes de guiar as ações regionais e locais.

4.1. Políticas Mundiais

As políticas mundiais são definidas a partir de acordos internacionais entre diferentes países. Elas servem como base para guiar e influenciar as ações dos países signatários e possuem extrema importância na definição de rumos capazes de orientar um caminho que unifique, ou pelo aproxime, as ações mundiais.

Para o presente trabalho destaca-se a Convenção de Ramsar, um tratado internacional para conservação de áreas úmidas, explicado com maiores detalhes no item abaixo.

4.1.1. Convenção de RAMSAR

Criada em 1971, a Convenção de Ramsar objetiva amparar as áreas úmidas de todo o planeta, dando-lhes proteção a nível internacional. Segundo seu artigo 1º, são zonas úmidas:

Para efeito desta Convenção, as zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa (BRASIL, 1996).

O foco nas áreas alagadas deve-se inicialmente ao estímulo de proteção das aves aquáticas e migratórias. Justifica-se assim uma Convenção mundial, já que estes animais se distribuem e possuem habitats em diferentes países. Portanto, a proteção de sítios que possibilitam a sobrevivência destas espécies deve ser pensada em escala global.

Entretanto as áreas alagadas não são importantes apenas para as aves migratórias. Elas são locais que abrigam grande biodiversidade e podem ser consideradas como fontes de renda, através da exploração de atividades fortemente relacionada com as dinâmicas de suas águas.

O Brasil tornou-se signatário em 1996, através do Decreto nº. 1.905/96, no qual se compromete a executar e cumprir a Convenção de Ramsar. De acordo com esta, cada país signatário deve identificar e incluir suas áreas úmidas na lista internacional, sendo necessário incluir como prioritárias as que tenham importância como habitats de aves aquáticas. Estes países também deverão se esforçar para apoiar e coordenar políticas e regulamentações, atuais e futuras, voltadas para a conservação da flora e fauna das áreas úmidas, assim como para as mesmas.

Não é preciso ressaltar a grande importância desta Convenção para o complexo pantaneiro, que possui duas Unidades de Conservação consideradas como Sítios de Ramsar: a Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal e o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.

4.2. Políticas Federais

É necessário destacar a não existência de uma política federal diretamente ligada ao tema estudado. Por isso, optou-se por uma abordagem de análise dos planos nacionais. Desta forma, o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007 – 2010, e o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) foram selecionados para o estudo.

4.2.1. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP

Produzido em 1997 pelo governo federal, contou com o apoio de instituições públicas de pesquisa e de gestões estaduais e municipais para sua execução. O Plano elaborou um diagnóstico geral do Pantanal levantando informações sobre meio biótico, recursos naturais,

economia, atividades produtivas, saúde, educação, entre outros. Além disso, definiu unidades de zoneamento com diretrizes específicas. (PCBAP, 1997).

É considerado como um rico instrumento de planejamento regional por tratar de toda a Bacia do Alto Paraguai, contribuiu (e ainda contribui) para o desenvolvimento de novos projetos a partir das informações levantadas.

O PCBAP pode ser entendido como uma política distributiva, de acordo com a classificação de Frey (2000). Isto significa que todo o conjunto de documentos não define soluções e nem tampouco cria restrições ou elabora leis, proibições, decretos e portarias. Este tipo de política não acarreta custos perceptíveis para outros grupos e parece apenas distribuir vantagens, beneficiando um alto número de destinatários em pequena escala.

Deve ser utilizado como um subsídio para entender o cenário em toda bacia, assim suas informações serão aproveitadas para criar as estratégias de planejamento. Entretanto é clara a necessidade de atualização de alguns dados, pois sua publicação é do ano de 1997 – sendo que muitos levantamentos foram realizados no período de 1994 e 1995 - há quase duas décadas do presente ano.

Sua análise permite o acúmulo de conhecimentos socioeconômicos e ambientais da região, além da compreensão de aspectos que estimulam o turismo e aqueles voltados para a conservação do meio natural.

É importante ressaltar que este trabalho contou com a análise de diferentes relatórios do PCBAP ao longo de toda sua estrutura. Por este motivo, sua reflexão aprofundada e o debate a partir de suas informações se encontram no decorrer do mesmo e não neste item.

4.2.2. Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007 – 2010

O Plano Nacional do Turismo coloca a atividade como indutora de desenvolvimento e geração de renda para o país e pode ser considerado como um instrumento de planejamento e gestão. Além disso, apresenta as diretrizes da Política Nacional do Turismo e orienta a atuação governamental através de seus macroprogramas, programas e metas para o período de 2007/2010.

Apesar do Plano não se enquadrar dentro de um rótulo ambiental específico, ele é de extrema importância para a área, já que as ações as quais estimula irão produzir efeitos – e impactos – tanto territoriais quanto ambientais. Assim, julgo ser apropriado analisar esta política dentro de um contexto ambiental. Exemplo disto expressa-se em alguns de seus objetivos específicos que demonstram, ainda que de modo sutil, sua influência no meio ambiente, são eles:

- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite **monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais*** da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade.
- Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à **logística de transportes articulados***, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do país com o mundo (PNT, 2007/2010, p.16).

Para tratar das diretrizes para o desenvolvimento do turismo, o plano prevê a garantia de sustentabilidade ambiental tendo o mesmo como ferramenta para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, expressando ser o turismo sustentável prioritário na ação ministerial, porém não há uma clara identificação do que seja o turismo sustentável.

Seu discurso se baseia na grande beleza natural de nosso país e trata isto como um potencial brasileiro para o desenvolvimento do turismo ambiental e sustentável, considerando

* grifo próprio

* grifo próprio

que temos um “atrativo sem concorrência neste mundo assustado pelo aquecimento global e pela destruição da natureza” (PNT, 2007/2010, p. 5).

O ecoturismo, modalidade que estimularia um turismo responsável por utilizar “de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivar sua conservação e buscar a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (*EMBRATUR, 1994*), é vagamente considerado no PNT 2007/2010.

Em relação a necessidade de infraestrutura para atendimento turístico, o primeiro aspecto levantado é a importância do saneamento ambiental, fator que considero como ponto central na discussão do turismo sustentável. Este assunto terá um pouco mais de atenção no decorrer do Plano, porém sem definir metas claras para sua ampliação.

Identifica-se, portanto, que a busca pelo desenvolvimento sustentável está presente muito mais no discurso governamental do que em suas atitudes concretas. Isto se revela, principalmente, quando contrapormos o PNT com as considerações de Guimarães (1992) , onde o primeiro passo que deve ser dado nesta direção é o alcance de soluções para o desequilíbrio provocado pelas situações extremas de pobreza, seguido do controle social também entendido como uma efetiva participação da sociedade. O primeiro ponto, apesar de ser extremamente interessante para a atração turística, já que um local sem a triste presença da forte desigualdade social que culmina em condições de miséria é muito mais atraente para a visitação, não é ao menos levantado pelo PNT. Em relação a participação social pode-se considerar que o Plano dá alguns passos nesta direção através de seu programa de gestão descentralizada (PNT, 2007/2010, p.43).

Esta política também define algumas metas, entre elas está a estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional (Meta 3 do Macroprograma de Regionalização do Turismo). Esses destinos serão influenciados de forma mais intensa pelo

fato de possuírem uma atenção especial do Plano e prioridade para receber apoio técnico e financeiro do Ministério de Turismo. Além disso, “serão foco de articulações e busca de investimentos com outros ministérios e instituições” (BRASIL, 2007, p. 2). O discurso governamental nesta questão se foca em ter como base da ação o “princípio da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a conseqüente organização e ampliação da oferta turística” (PNT, 2007/2010, p. 54).

4.2.2.1. O Plano Nacional de Turismo na prática: as ações

Ao propor uma análise da “prática” do PNT 2007/2010 refiro-me a uma análise das ações concretas que o Plano estimula, e para isto, irei me basear principalmente no conjunto de incentivos de medidas para financiamento e obtenção de crédito, além das implantações de infraestrutura.

O PNT prevê investimentos com recursos do Orçamento Geral da União em promoção, interna e externa, da ordem de R\$ 983,54 milhões, além de R\$5,63 bilhões em infraestrutura turística. Esses valores não incluem os investimentos em infraestrutura programados pelos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e PROECOTUR, com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e contrapartida estadual e federal. Com relação aos investimentos privados, são esperados R\$6,78 bilhões só para novos meios de hospedagem, além de R\$12,55 bilhões para empreendimentos novos, melhoria e ampliação e capital de giro, em diversas categorias de serviços turísticos, com financiamentos concedidos pelos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) (PNT, 2007/2010, p. 14-15).

Em relação aos investimentos em infraestrutura para atendimento turístico, destaca-se os financiamentos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – para os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), os quais são separados em diferentes valores para as subdivisões de tal programa.

O PRODETUR NE II deverá receber investimentos da ordem de US\$160 milhões de contrapartida federal e US\$ 240 milhões de empréstimos do BID, ou seja, todos os estados do

Nordeste brasileiro, além da parte norte de Minas Gerais e Espírito Santo poderão ser beneficiados com estes investimentos. No âmbito deste programa também encontram-se estudos de aperfeiçoamento dos programas regionais que objetivam o alívio da pobreza na região.

Já para os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que fazem parte do PRODETUR Sul, estão previstos investimentos de aproximadamente US\$250 milhões, dos quais o BID contribuirá com US\$150 milhões, a Federação com US\$ 40 milhões e o Estado com US\$ 60 milhões. Este dinheiro deverá ser aplicado “na preparação de planos diretores municipais, projetos de fortalecimento da gestão em turismo em âmbito estadual e municipal, projetos executivos de obras, bases cartográficas e infraestrutura” (PNT, 2007/2010, p. 30-31).

O PROECOTUR, destinado à Amazônia Legal, foi dividido em duas fases, assim na primeira o Ministério do Turismo repassou verbas para o Estado do Amazonas, visando a elaboração do Plano Estratégico para Desenvolvimento Turístico na Região de Parintins. A segunda fase encontrava-se ainda em processo de realização de importantes estudos para seu subsídio, na época de lançamento e divulgação do Plano Nacional de Turismo. De qualquer forma, as fases deste programas deverão ser executadas pelo MTur, com o apoio do MMA.

Por fim, temos abrangendo a Região Central e Sudeste do País, o PRODETUR JK, o qual estimulou a preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e a elaboração de uma AAE – Avaliação Ambiental Estratégica – apoiada pelo Banco Mundial, para o desenvolvimento do turismo na região do Cerrado e análise de sua dinâmica.

Excluído o apoio ao PRODETUR, o Ministério do Turismo investiu em 2006 cerca de US\$ 736,24 milhões em obras de melhorias de infraestrutura, como sinalização turística, recuperação de patrimônio histórico, implantação de pontos náuticos, trechos ferroviários e

centros de informações ao turista. Ainda neste mesmo ano, foram realizadas obras para modernização da infraestrutura aeroportuária em 11 municípios.

Com relação aos investimentos privados, levantou-se que até 2009 seriam gastos US\$3,6 bilhões em projetos de hotelaria, muitos dos quais obtiveram créditos dos bancos públicos federais do País.

É interessante dar uma atenção especial, novamente, ao Macroprograma de Regionalização do Turismo. Suas atuações se refletem claramente na transformação espacial do território que sofrerá sua influência, pois se desenvolve através de ações

como elaboração de planos diretores e fortalecimento da gestão municipal, capacitação profissional e empresarial, estudos de mercado turístico nacional e internacional, planos de gestão ambiental, planos de marketing, além das intervenções em infra-estrutura de transporte, de saneamento ambiental, de conservação de patrimônio histórico, entre outras, com recursos de financiamento internaciona” (PNT, 2007/2010, p. 39).

Além disso, é este o mecanismo para a instituição dos diversos segmentos do PRODETUR, incluindo o PROECOTUR, os quais geram mecanismos de facilidade de crédito junto ao BID e permitem uma maior rapidez na captação dos recursos.

Por fim, o Macroprograma Fomento à Iniciativa Privada, também ilustra a aplicação prática do PNT (2007/2010). Dentro deste é oferecido incentivos para a construção de equipamentos turísticos através da abertura de novas linhas de crédito e cadastramento/identificação de projetos interessantes que possam ser divulgados para investidores internos e externos.

Este macroprograma também prevê a ampliação do crédito para os consumidores finais, ou seja, os turistas, a fim de estimular um mercado consumidor passível de fazer girar a ordem econômica estabelecida pelo setor.

4.2.2.2. Destinos Indutores

A criação dos destinos indutores interessa ao presente trabalho por atribuir este título para duas das quatro cidade de estudo: Corumbá (MS) e Cáceres (MT). Por isso, para entendermos os destinos indutores focarei minha análise no Macroprograma 4 do PNT, denominado regionalização do turismo.

Este macroprograma encara o ambiente como fator de relação social e pretende valorizar e reforçar as características específicas de uma região para produzir roteiros e produtos turísticos que reflitam a identidade local. Foram identificados 87 roteiros em 474 municípios abrangendo 116 regiões turísticas e estruturando 65 destinos turísticos. Esses destinos serão influenciados de forma mais intensa pelo fato de possuírem uma atenção especial do Plano e prioridade para receber apoio técnico e financeiro do Ministério de Turismo, além disso são considerados capazes de induzir o desenvolvimento regional.

Dentro de seu escopo encontram-se o PRODETUR e o PROECOTUR, os quais podem ser entendidos como programas de financiamento para o desenvolvimento de certa região. As diferentes divisões destes programas abrangem os variados contextos territoriais do nosso país, já que são subdivididos da seguinte forma:

O PRODETUR Nordeste II, que abrange todos os estados da região mais Minas Gerais e Espírito Santo, refere-se à continuidade da fase I do programa, com apoio institucional e contrapartida na operação de crédito internacional.

O PRODETUR Sul refere-se ao apoio institucional e participação na preparação dos Programas nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O PRODETUR JK abrange seis estados das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e o Distrito Federal e se encontra em fase inicial, devendo ser viabilizado o financiamento externo com alocação de contrapartida local. O programa se inicia por meio da análise da dinâmica do turismo na região, caracterizada pela elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.

O PROECOTUR tem como objetivo a geração de empregos e de atividades econômicas sustentáveis nos nove estados da Amazônia Legal. A Fase I de pré-investimentos foi realizada com recursos do BID e sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. A Fase II, denominada PRODETUR Norte, será responsabilidade do Ministério do Turismo (PNT, 2007/2010, p. 69).

4.3. Políticas Estaduais

A análise em diferentes escalas possibilita refletir sobre o desdobramento regional e local das políticas, planos e programas criados em âmbito mundial e/ou nacional. Assim, as políticas estaduais sofrem influências das questões decididas em âmbitos superiores, mas também influenciam as municipais.

Seria esperado que as políticas deste nível tivessem uma integração capaz de definir ações conjuntas para o complexo pantaneiro. Entretanto não é o que ocorre atualmente, já que não há ações integradas e unificadoras entre o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme podemos observar nos itens a seguir.

4.3.1. Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004 – 2013

Elaborada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo - SEDTUR, a Política Estadual de Turismo fomenta e organiza a atividade turística no Estado de Mato Grosso, no período entre os anos de 2004 e 2013, com o intuito de aproximar a gestão pública do setor privado.

Tal política, apesar de indicar a agropecuária como principal fonte de renda do Estado, demonstra o turismo como um forte vetor econômico e social. De acordo com Mato Grosso (2003) a atividade movimentou cerca de R\$64,3 milhões em 2003, representando 1,14% do PIB estadual.

Com o intuito de transformar o Mato Grosso em um destino turístico, foram elaboradas as diretrizes, estratégias, objetivos, metas e ações. O objetivo é que o setor turístico ocupe uma das posições de liderança para o desenvolvimento socioeconômico do

Estado. As diretrizes pretendem estabelecer uma gestão descentralizada, que promova a participação de toda a cadeia do turismo e estimule parcerias regionais.

Algumas políticas setoriais, capazes de garantir a competitividade de Mato Grosso no mercado do turismo, são fortalecidas por meio de três linhas estratégicas. A primeira delas é o “Fortalecimento da Estrutura do Turismo”, que conta com as seguintes ações (MATO GROSSO, 2003, p. 37):

- Elaboração do Plano Diretor: atuação planejada dos governos estadual e municipal;
- Gestão compartilhada: reunião de segmentos que atuam no turismo buscando o fortalecimento das ações dos governos estadual e municipal, socializando o planejamento com a sociedade civil, organizada via Conselhos ou Fóruns de Turismo, promovendo o fortalecimento da regionalização proposta pelo Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE;
- Estruturação de Recursos Humanos no órgão oficial de Turismo do Estado, em conformidade com as necessidades estabelecidas no Plano Diretor;
- Complementação da normatização legal das atividades de turismo no Estado.

Tais estratégias visam estabelecer uma conexão entre as ações municipais, regionais e estaduais, demonstrando interesse na articulação de uma política de turismo. Mostram, também, compatibilidade com políticas de planejamento e proteção do território no qual o turismo terá sua base de desenvolvimento, como o estímulo aos planos diretores e uso do zoneamento.

A segunda ação estratégica possui seu foco no “Desenvolvimento da Cadeia Produtiva”, estruturada para viabilizar questões técnicas e administrativas do setor. Neste momento planeja-se as seguintes ações (MATO GROSSO, 2003, p. 37):

- Fomento público e privado;
- Linhas de crédito para o setor privado;
- Capacitação de recursos humanos;
- Estudo de demanda-oferta;
- Informações turísticas – base de dados;
- Avaliação dos impactos positivos e negativos;
- Avaliação de oportunidades de investimentos;
- Implementação de instrumentos para envolvimento das comunidades na gestão do patrimônio histórico, cultural e natural.

Estas ações são importantes para fortalecer as atividades do setor, dar condições para seu crescimento e avaliar o desenvolvimento. Novamente nota-se a intenção de fomentar as ações do setor privado, criando-se, inclusive, linhas de crédito para financiamento.

A “Promoção e Divulgação” é a terceira, e última, ação estratégica. Criada para dar visibilidade ao setor turístico no Estado possui os seguintes objetivos (MATO GROSSO, 2003, p. 38):

- Promoção do turismo nos mercados estadual, nacional e internacional, por meio da participação em eventos;
- Confecção de material técnico promocional;
- Apoio a eventos e negócios turísticos.

As ações estratégicas vêm acompanhadas de áreas estratégicas e, para isto, os olhares se voltam para a municipalização e regionalização do turismo. Assim, a política incentiva a caracterização da oferta turística estadual, porém não cita explicitamente os locais que serão priorizados.

As estratégias de municipalização são consideradas como uma tentativa de capacitação do município para a atividade, tal ação pode ser entendida como a forma de desenvolvimento da política em âmbito local.

4.3.2. Asfaltamento da rodovia MT-370

Apesar de já ter sido tratada neste trabalho, o asfaltamento da MT-370 (Estrada-parque Poconé – Porto Cercado), inaugurado em março do ano presente, pode ser considerado como uma política estadual para facilitar o turismo, já que o município recebeu recursos estaduais para viabilizar a obra.

Os 42 quilômetros de pavimentação, inaugurados em 19 de março de 2010, foram realizados em um trecho que liga a área urbana de Poconé até a comunidade pantaneira de Porto Cercado – local onde está localizado o Hotel SESC Porto Cercado.

Tal obra pode ser considerada como um projeto que visa aumentar a visitação turística em Poconé, ou mais especificamente no próprio empreendimento turístico do SESC.

A realização desta obra foi estimulada pela presença do Hotel, fator que fica claro através do convênio firmado entre a Secretaria de Infraestrutura - Sinfra e o Sesc Pantanal, no qual “foram empregados R\$ 17,1 milhões, sendo R\$ 12 milhões repassados pelo Governo, e provenientes do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) e 5 milhões pelo Sesc Pantanal” (SINFRA-MT, 2010).

Assim, é possível entender que a necessidade de infraestrutura para acesso ao Sesc estimulou a realização da obra, consideração reforçada pelo discurso do próprio presidente nacional do Sesc Pantanal Maron Emily, disponibilizado no site da Sinfra (2010):

todos saem ganhando com isso. Nós, por causa da acessibilidade ao Sesc Pantanal que durante o período de chuva ficava comprometida; o Governo porque está pavimentando mais uma estrada e a população, que ganha mais uma estrada com boa qualidade (EMILY, M. apud SINFRA-MT, 2010).

Com a realização da obra o tempo de chegada até o hotel foi reduzido, assim como os custos de logística de transporte, um grande benefício para o hotel, seus empregados e turistas. Neste caso identifica-se claramente o turismo como fator indutor e decisório no asfaltamento da rodovia, e sua contribuição para as modificações na paisagem – devido ao aterramento de corixos - e para alguns prováveis impactos ambientais neste trecho da planície pantaneira²⁸.

4.3.3. Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul – Lei N. 3.839, de 28 de dezembro de 2009

²⁸ Conforme analisado no item 3.2 do capítulo anterior.

Tal lei institui as estratégias governamentais para a implantação de uma gestão territorial no Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS), assim como seus princípios, objetivos e instrumentos necessários.

Seu texto faz uma análise histórica de todo o processo de ocupação do Mato Grosso do Sul e o contextualiza no mercado mundial atualmente. Porém o foco recai sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado (ZEE/MS), aprovando uma primeira aproximação que deverá ser revisada em até cinco anos. Aprovar tal zoneamento é o principal objetivo desta lei, que sob o título de gestão territorial, acabou por reduzir a extensão territorial do Pantanal e liberar o plantio de cana em uma área que naturalmente pertence ao complexo.

Outros instrumentos de gestão do território são citados como parte do aparato legal para a política atingir seus objetivos, porém não há nenhuma reflexão ou considerações mais específicas sobre eles. Cita-se:

- Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Planos Diretores de Bacias Hidrográficas;
- Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT);
- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Manejo de Unidades de Conservação;
- Gestão e regulação de serviços públicos;
- Cartografia e política fundiária;
- Sistema de Gerenciamento de Informações Geográficas de Mato Grosso do Sul (SIG/MS).

Esta lei mantém a proibição da instalação de destilarias de álcool e usinas de açúcar na área do Pantanal no Mato Grosso do Sul definida pela Lei n. 328, de 25 de fevereiro de 1982. Porém a modifica, criando diferentes zonas e estabelecendo exceções específicas para a Zona

Depressão do Miranda, desde que sejam respeitadas algumas disposições estabelecidas (MATO GROSSO DO SUL, 2009). Para melhor entendimento citam-se abaixo os artigos em questão.

Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondentes a área da bacia hidrográfica do Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o anexo I (MATO GROSSO DO SUL, 1982).

Tais definições foram modificadas pelo Programa de Gestão Territorial, aqui analisado, pelo artigo citado abaixo.

Art. 15. O art. 1º da Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação e com acréscimo dos dispositivos que seguem:

‘Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool e usinas de açúcar na área de Pantanal Sul-Mato Grossense, representada pela Zona da Planície Pantaneira, bem como nas áreas adjacentes, representadas pela Zona do Chaco, Zona Serra da Bodoquena, Zona Depressão do Miranda e Zona Proteção da Planície Pantaneira, delimitadas de acordo com o Anexo I.

Parágrafo único. No cumprimento das normas estabelecidas no cabeço do artigo, o Poder Executivo estabelecerá exceções especificamente em relação à Zona Depressão do Miranda, obedecendo, obrigatoriamente, às seguintes disposições (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

É necessário ressaltar que parte da Zona Depressão do Miranda está localizada em área do complexo pantaneiro. Portanto, liberar exceções específicas para o setor sucroalcooleiro, nesta região, de certa forma significa permitir o avanço da cana sobre o Pantanal. Uma ação perigosa para o ambiente natural, escondida dentro de tal programa, que deve ser vista com atenção para que seja revista e reconsiderada.

Enfim, devido a principal disposição do Programa de Gestão Territorial do Mato Grosso do Sul ser o estabelecimento do zoneamento ecológico-econômico do Estado, ele será tratado separadamente, em item próprio localizado abaixo.

4.3.4. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - – Lei N. 3.839, de 28 de dezembro de 2009

A necessidade de instituir um zoneamento com tais características deve-se, em partes, às características peculiares do Estado de Mato Grosso do Sul. Seu território é composto de um lado por um complexo de ecossistemas altamente preservado, o Pantanal, e de outro por uma forte presença da ação antrópica na Serra de Maracaju e na bacia do Rio Paraná (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

Tal zoneamento foi instituído na Lei n. 3.839 de 2009 e gera grandes polêmicas por flexibilizar atividades potencialmente degradantes, como o cultivo da cana-de-açúcar, em zonas importantes para a conservação da planície do pantanal, como a Região do Alto Taquari.

Foram estabelecidas 10 zonas, porém o interesse para este trabalho recai sobre a Zona da Planície Pantaneira-ZPP e a Zona de Proteção da Planície Pantaneira - ZPPP, por corresponderem aos domínios do Pantanal²⁹.

A Zona da Planície Pantaneira abrange, além de outros municípios, a sede de Corumbá e parte de Aquidauana. Uma grande porção deste espaço possui restrições de uso e deve ser explorado com o devido cuidado ambiental.

Esta Zona, por conter a maior planície interior inundável do planeta, reconhecido patrimônio nacional, e possuir um nível de preservação elevado merece atenção especial. As atividades ali desenvolvidas devem estar atentas ao nível de preservação da planície e as condições históricas de sua ocupação. Não sendo possível, portanto, permitir atividades que, mesmo vantajosas momentaneamente, venham comprometer a qualidade do ecossistema pantaneiro. Neste sentido, toda e qualquer atividade produtiva na planície pantaneira deverá ser monitorada, visando à preservação histórica e cultural do uso sustentável desse ambiente natural (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 46).

²⁹ É importante relatar o alerta de algumas ONGs ambientalistas de que o Pantanal foi grosseiramente “reduzido” em relação aos seus limites naturais. Assim, a Zona do Chaco e a Zona Depressão do Miranda também abrigam partes do complexo pantaneiro, apesar disto não estar claramente especificado, dando propositalmente a impressão de que o Pantanal está localizado apenas na Zona da Planície Pantaneira e na Zona de Proteção da Planície Pantaneira (REDE PANTANAL & SOS PANTANAL & ECOA, 2009).

As diretrizes de uso do solo indicam, porém, atividades historicamente adaptadas com o meio, citando a pecuária tradicional pantaneira e o turismo de pesca. Entretanto, podem ser prejudiciais se não forem realizadas com a devida manutenção e o cuidado com sua expansão.

Ao reforçar a boa preservação ambiental da planície pantaneira, o documento chama a atenção para o custo de tal preservação, ressaltando a importância de que não recaia apenas para seus habitantes. Assim, destaca a necessidade de investimentos em projetos que auxiliem no desenvolvimento sustentável e que sejam capazes de integrar a cultura local.

As duas formas de uso recomendadas são, a pecuária (histórica e cultural) e o turismo, respectivamente. Tais atividades, já existentes e consolidadas no Pantanal, são apresentadas como as alternativas viáveis do ponto de vista econômico e ambiental. Atividades industriais de exportação também são recomendadas, especialmente as pequenas e médias, devido a propícia localização na América Latina (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

Sob manejo especial e controlado, são recomendadas as atividades de mineração de ferro e manganês, a pesca ou criatório de animais e plantas silvestres e o uso de hidrovias no Rio Paraguai. As não recomendadas são menos específicas e incluem as atividades e empreendimentos que alterem a moldura do terreno ou o regime hídrico dos rios, a silvicultura com espécies exóticas e os empreendimentos ou atividades que causem significativos impactos ambientais (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

A não especificidade para as atividades não controladas é uma boa alternativa de proteção do meio, pois não cria dificuldades para considerar como “não recomendada” alguma atividade e/ou empreendimento impactante. Além disso, definir como não recomendado empreendimentos e/ou atividades que gerem significativos impactos ambientais proporciona uma barreira a tais projetos, extremamente importante para a conservação do complexo.

Em relação a conservação, a Zona de Proteção da Planície Pantaneira tenta passar a impressão de cumprir este papel. Porém, pode ser entendida apenas como uma zona de

amortecimento para o Pantanal, na qual temos recomendações para o uso do solo menos restritivas do que aquelas feitas na Zona da Planície Pantaneira.

Nesta Zona encontram-se recomendações de usos agrícolas, incentivo do turismo, incentivo a atividades alternativas de produção (como a criação de pequenos animais, a apicultura, o artesanato, a floricultura, entre outros). Também é recomendado a criação de mecanismos para o Pagamento por Serviços Ambientais, principalmente para a proteção das nascentes e cursos d'água e à manutenção da vegetação nativa (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

Nas atividades recomendadas sob manejo especial, encontram-se:

atividades de pecuária extensiva, nas etapas de recria e engorda; atividades de silvicultura com espécies não nativas; implantação de empreendimentos de exploração e industrialização de recursos minerais; produção de carvão de madeira nativa para uso industrial; aproveitamento de fauna e flora nativa com valor econômico; piscicultura (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 48).

Nota-se que, apesar de possuir um nome que remete uma maior proteção, na realidade esta zona apenas funciona com os propósitos de amortecer os impactos que, possivelmente, chegariam na planície pantaneira. Sendo assim ela é mais permissiva e possui maior flexibilidade das atividades a serem implantadas. Ainda assim, mantém a importante definição de classificar como não recomendada a instalação de empreendimentos ou atividades que sejam potencialmente causadores de significativos impactos ambientais. Acrescenta também nesta classificação as atividades e empreendimentos “que acelerem processos erosivos e o carregamento fluvial de sedimentos” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 48).

As zonas descritas (ZPP e ZPPP) podem ser entendidas como uma tentativa de zoneamento do Pantanal sul-mato-grossense, por parte do Estado de Mato Grosso do Sul. Se mostram extremamente importantes para regular o uso da terra na planície pantaneira e preservar o bom estado de conservação. Entretanto, é preciso destacar a necessidade de uma política de zoneamento regional, capaz de integrar os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois o Pantanal é um único complexo e não se define por limites meramente

administrativos. Para isso, é imprescindível que se considere os verdadeiros limites naturais do complexo do Pantanal, integrando em tal política toda sua extensão territorial.

É de grande importância também citar a existência de eixos de desenvolvimento, que são

arranjos territoriais estruturados em função de corredores de transporte, dos Pólos de Ligação e dos Arcos de Expansão, responsáveis pela organização espacial dos vetores de investimentos públicos e privados em infra-estrutura econômica e logística para desenvolvimento de uma ou mais cadeias produtivas, articulados com corredores de exportação e com mercados consumidores nacionais. Colocam-se, assim, como fulcros de integração, desenvolvimento regional e competitividade territorial (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 58).

Entre os eixos existem dois de especial interesse para este trabalho: o eixo de desenvolvimento do agronegócio e o eixo de desenvolvimento do turismo. O primeiro chama atenção por fomentar ações de expansão agrícola, ampliação de áreas produtivas e modernização tecnológica.

Isto seria compreensível se tal eixo não estivesse localizado na Zona de Proteção da Planície Pantaneira e na do Alto Taquari. Ao delimitar um eixo de expansão agrícola nestes locais cria-se uma pressão do agronegócio sobre o complexo pantaneiro, já que estão extremamente relacionados com sua dinâmica.

Na zona do Alto Taquari é permitido, inclusive, a expansão sucroalcooleira. Esquece-se neste momento que a Bacia do Alto Paraguai - BAP possui uma forte relação com o que ocorre em seu planalto e a pressão da cana sobre o Alto Taquari poderá ter sérios impactos na BAP.

Destaca-se, principalmente, os problemas com o uso de agrotóxicos e da perda produtiva dos solos, relacionados com o agronegócio. A utilização destes venenos no planalto e nas proximidades da planície pantaneira é extremamente perigosa, pois se houver contaminação de algum dos afluentes relacionados, o Pantanal também sofrerá os impactos.

O segundo eixo de interesse, eixo de desenvolvimento do turismo, incorpora a planície pantaneira e cria um corredor turístico no Estado.

O Eixo se realiza através de vários corredores de transporte e ligação: o hidroviário do Rio Paraguai, que possibilita a conexão do Eixo até Buenos Aires e Montevideu; o ferroviário, que possibilita sua articulação com os circuitos turísticos andinos; e o aéreo, que possibilitasse ligação com importantes pólos, como por exemplo, Foz do Iguaçu no Paraná (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 59).

Tal eixo irá estimular e expandir o corredor de turismo estadual. Neste momento o olhar do turismo recai novamente sobre a paisagem, pois considera que o eixo incorpora “em seu traçado, praticamente todas as paisagens importantes do Estado e contêm áreas de valor patrimonial, ambiental, arqueológico e paleontológico” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 59).

4.3.5. *Áreas protegidas*

As políticas de conservação também são de extrema importância para a análise, já que demonstram como o poder público está cuidando da manutenção das áreas naturais. Em âmbito estadual foram analisadas as estradas parque presentes em ambos estados, por serem uma tentativa de cuidados ambientais com um elemento fortemente impactante e indutor de processos de urbanização.

4.3.5.1. Estrada Parque Pantanal – Corumbá

Publicado em março de 1993, o Decreto Estadual Nº 7.122/93 regulamenta como Estradas Parque alguns trechos da Rodovia MS-184 e MS-228, declarando-os como Áreas Especiais de Interesse Turístico. Desta forma, os trechos indicados devem respeitar as seguintes normas ambientais definidas nesta lei:

- 2 - Na faixa marginal das Estradas Parque, respeitados os princípios legais que regem o exercício do direito de propriedade, não será permitido:
 - I - o exercício de atividades que ameacem a fauna e flora da região;
 - II - o exercício de atividades que provoquem erosão dos solos e assoreamento das coleções hídricas;

III - a fixação de placas, tapumes, avisos, sinais ou quaisquer outras formas de comunicação visual ou publicitária, sem prévia autorização do órgão competente;
 IV - o lançamento de detritos ou águas servidas sem o devido tratamento na rede de drenagem natural, bem como o abandono de lixo de qualquer natureza;
 V - a prática de queimadas e desmatamentos, se prévia autorização do órgão ambiental competente;
 VI - a introdução de espécies da flora e fauna consideradas exóticas à região;
 VII - o tráfego de veículos automotores em alta velocidade e produção elevada de ruídos, bem como peso superior ao permitido.
 3 - Qualquer instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento obras ou atividades nas Estradas Parque e suas faixas marginais, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual de meio ambiente.
 3.1 - Os estabelecimentos, obras ou atividades em fase de instalação ou já instalados serão sujeitos ao licenciamento de que trata este item, devendo o órgão ambiental, após a avaliação, compatibilizá-los com as diferentes etapas de planejamento e implantação, tendo por base a natureza, o porte e as demais peculiaridades de cada empreendimento.

A definição destas áreas pode ser entendida como uma tentativa para conservar locais com potenciais turísticos, como é claramente apresentado no início do Decreto. Isto significa um estímulo benéfico da atividade para o ambiente natural na medida em que influenciou a criação da lei. Assim, proteger estes trechos indica uma priorização no setor turístico para aquela região.

Estimular a conservação é, portanto, identificar a necessidade da existência de um ambiente natural para a continuidade do setor em longo prazo. É optar pelo uso indireto dos recursos naturais ao invés da exploração rápida e predatória por outras atividades, como no caso da mineração, por exemplo.

Desta forma, os locais indicados pela Lei podem ser entendidos como “prioritários” no que se refere a tentativa de compatibilizar o turismo com a conservação. São eles:

I - MS-184, no trecho compreendido do entroncamento com a BR 262 (Buraco das Piranhas), passando pelo Passo da Lontra, até a Curva do Leque, incluindo a faixa marginal de 300 (trezentos) metros de cada lado da estrada;

II - MS-228, no trecho compreendido da Fazenda Alegria até a Base do Morro Grande, incluindo a faixa marginal de 300 (trezentos) metros de cada lado da estrada;

III - MS-228, no trecho que se inicia na Base do Morro Grande até o entroncamento com a BR-262, próximo da cidade de Corumbá-MS, incluindo a respectiva faixa de domínio da estrada.

Entretanto, apesar do discurso baseado na conservação, a presença da estrada já é o suficiente para gerar impactos ambientais negativos e estimular a ocupação de áreas selvagens e frequentemente desabitadas.

De acordo com Fearnside & Laurance (2002) construir novas vias de acesso impulsiona processos destrutivos, sendo a maioria deles fora do controle do governo. Tais autores revelam o impacto do Programa Avança Brasil – entre eles a construção de rodovias - em regiões da Floresta Amazônica. Apesar de estarmos tratando de locais com características e fisionomias ambientais distintas, os processos de destruição são semelhantes quando consideramos a abertura de novas vias.

Com base neste estudo, entende-se que tanto a abertura quanto a presença de estradas causam degradação ambiental e estimulam impactos em sua área de influência. Identifica-se certo padrão de impactos ambientais negativos ao redor de rodovias. Estes variam entre o desmatamento e diversas categorias de degradação, como o aumento da ocupação e da exploração do hábitat no entorno (FEARNSIDE & LAURANCE, 2002).

Apesar de não existir estudos como este para o complexo pantaneiro, é possível transportar estes padrões para a análise de regiões pantaneiras. Assim, a rodovia é considerada como um objeto que estimula a degradação ambiental, qualquer que seja o meio natural no qual está inserida. Entretanto, tais modificações ambientais irão se configurar de diferentes formas e causar impactos distintos, dependendo das características naturais do local.

Porém, é preciso ponderar que a transformação de uma rodovia já existente em uma estrada parque é um ganho ambiental, por criar regras de uso que estimulam a proteção do meio.

4.3.5.2. Estrada Parque Transpantaneira – Poconé

Criada em 1996 pelo Decreto Estadual nº 1.028, a Estrada Parque Transpantaneira é parte da MT-60, que liga a cidade de Poconé até Porto Jofre, local muito utilizado pelo turismo de pesca. Possui uma extensão de 147 quilômetros que contam com pousadas de fácil acesso aos turistas.

Mesmo com suas condições precárias em alguns trechos, principalmente no período de cheia, pode ser considerada como uma rodovia capaz de permitir a “entrada para o Pantanal”, ou seja, para suas áreas selvagens e ainda conservadas.

Apesar de decretada com um caráter de Unidade de Conservação Estadual, os trechos iniciais da rodovia se encontram asfaltados, descaracterizando a paisagem local. É curioso notar a existência do asfalto até o Centro de Ação Social do Sesc, encerrando-se alguns trechos depois. Em entrevistas com moradores e dirigentes locais das pousadas identificou-se certa pressão para que o asfaltamento se estenda ao longo da rodovia. Tal pressão se sustenta no argumento de facilitar o acesso para o turismo e assim fazer crescer a atividade.

Entretanto é fácil notar que os trechos asfaltados descaracterizam a paisagem local e tornam-se menos atrativos para os turistas, já que estes procuram locais selvagens com pouca intervenção humana. Assim a pressão pelo asfalto é contraditória com a intenção de aumentar a atração turística, fato que deve ser considerado na escolha entre asfaltar ou apenas manter a estrada aterrada em boas condições de tráfego.

4.4. Políticas Municipais

As políticas municipais podem ser olhadas como uma das formas de desdobramento das políticas superiores no âmbito local. Além disso, também revelam as intenções da população

residente e do governo local com maior clareza e do que aquelas formuladas nos outros níveis.

Poucas são as políticas nos municípios estudados que possuem ligação direta com o tema de interesse do presente trabalho, ou seja, com o turismo ou com a conservação do ambiente natural no complexo pantaneiro. Entretanto, os Planos Diretores municipais destacam-se como políticas de planejamento que possuem a intenção de organizar o uso do solo. Por isso, foram analisados os Planos Diretores dos quatro municípios selecionados por este trabalho.

4.4.1. Plano Diretor Aquidauana

O município possui um Plano Diretor, porém não foi possível localizá-lo na pesquisa de campo ou nos meios eletrônicos, apesar das constantes procuras. Em entrevista realizada na Gerência de produção e Meio Ambiente do município³⁰, foi apresentado um documento contendo uma coleção de mapas descritivos de características físicas. Entretanto, o Plano Diretor não estava disponível para consulta no momento.

4.4.2. Plano Diretor Corumbá

Aprovada em 2006, a Lei Complementar n.098 institui o Plano Diretor de Corumbá, o qual é o responsável pela definição de políticas setoriais, sociais e econômicas que irão definir os caminhos a serem tomados pelo município. Além disso, o Plano Diretor também estabelece formas de ordenamento territorial.

O documento é público e de fácil acesso, estando disponível no portal eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Seu artigo 2 define as funções sociais

³⁰ Realizada em março/2009.

da cidade para Corumbá, estabelecendo como direito de todos o acesso a alguns elementos básicos para a manutenção da qualidade de vida, como a moradia, transporte público, saneamento ambiental, entre outros.

No escopo deste trabalho é interessante destacar o entendimento da sustentabilidade como correspondente ao desenvolvimento local, capaz de garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, através da manutenção de um ambiente equilibrado. Também ressalta-se o fato de se prever uma gestão participativa, com o acompanhamento das políticas urbanas pelos munícipes.

A questão do planejamento também é contemplada. Em seu artigo 6 o PD institui a associação do planejamento local ao regional, considerando a articulação com os diversos municípios da Bacia do Alto Paraguai, a fim de promover uma gestão integrada. Nota-se, portanto, a intenção municipal de condicionar seu planejamento a partir de direções estabelecidas regionalmente.

No estabelecimento das políticas setoriais, encontra-se as questões sobre o saneamento ambiental, especialmente no artigos 8, 9 e 10. As diretrizes estabelecidas fortalecem a Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado, com objetivo de investir em serviços que impeçam o lançamento *in natura* dos esgotos.

Tais definições são extremamente interessantes para um município que deseja se fortalecer no turismo e aumentar tal atividade. Destacando, também a intenção de assegurar o abastecimento de água tratada para toda população e de proteger os mananciais.

O Plano Diretor também prevê a criação da Política Municipal de Meio Ambiente, que possui dentre seus objetivos, fortalecer o gerenciamento ambiental integrado de bacias hidrográficas. Fato este que, novamente, indica a intenção de planejar por meio de ações regionais, e não somente municipais.

Uma atitude clara na busca da integração para o planejamento é a definição de realizar parcerias com o Estado e a União, tendo o intuito de integrar a legislação ambiental e dos recursos hídricos da Bacia do Alto Paraguai.

O município pretende traçar um caminho capaz de guiar as ações no alcance do desenvolvimento sustentável no perímetro urbano e também na zona rural e, para isto, define alguns instrumentos:

- Política Municipal de Meio Ambiente;
- Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Plano de Gestão dos Recursos Hídricos, Florestais e Minerais;
- Programa de Educação Ambiental para a prática de atividades econômicas sustentáveis e a capacitação da população para o monitoramento e avaliação ambiental;
- Carta Geotécnica Municipal;
- Cartografia Planialtimétrica da Área Urbana do Município, que deverá ser utilizada por todos os Órgãos, Instituições, Concessionárias e outros setores ligados ao planejamento urbano, no prazo máximo de 01 (um) ano, após a sua elaboração;
- Linha Média das Enchentes Ordinárias.

Tais instrumentos refletem um cuidado com os elementos territoriais e possuem concordância com alguns citados pelo presente trabalho. Podemos entender que por meio do conhecimento das características físicas do município (carta geotécnica e cartografia planialtimétrica), pretende-se compreender e delimitar as restrições ambientais para ocupação de algumas áreas (linha média das enchentes e zoneamento ecológico-econômico) e também definir ações integradas capazes de contribuir com o meio natural e socioambiental do município (Política Municipal de Meio Ambiente, Plano de Gestão dos Recursos Hídricos, Florestais e Minerais e o Programa de Educação Ambiental).

Também interessa ao presente trabalho o estabelecimento da Política Municipal de Turismo Sustentável. Dentre seus objetivos destacam o fortalecimento da atividade para explorar todo o potencial do território e o incentivo de um programa de visitação das fazendas, a fim de aumentar o turismo nas áreas rurais.

Estes fatores indicam a intenção de aumentar a atividade no ambiente natural, o que indica o aumento da exploração ambiental. Entretanto também há uma preocupação em fomentar a valorização da cultura local, a fim de criar rendimentos econômicos com a preservação de costumes tradicionais.

O Plano Diretor estabelece diversas outras políticas, instrumentos e ações, além daqueles citados, com o intuito de traçar e organizar os futuros caminhos municipais. Porém, destaca-se o fato de o turismo ser a única atividade econômica contemplada por uma política própria e individual. Assim, é notória a intenção do município em explorar tal atividade e fortalecê-la como uma de suas principais fontes de renda.

4.4.3. Plano Diretor Poconé e Plano Diretor Cáceres

Os Planos Diretores dos municípios de Poconé e Cáceres não foram encontrados para consulta. Foram realizadas buscas em sítios eletrônicos pertencentes ao poder público de ambos os municípios e também do Estado de Mato Grosso, além de constantes procuras durante os trabalhos de campo. Apesar de todo esforço nenhuma das buscas obtiveram sucesso e não foi possível encontrar os documentos para análise.

4.5. Considerações sobre as políticas

Após toda a análise realizada neste capítulo chama atenção a existência de políticas estaduais que não possuem uma efetiva integração, além da carência no âmbito municipal. Estes fatores revelam uma gestão pública compartimentada em diferentes escalas que não capazes de responder aos problemas e questões do complexo do Pantanal.

Nota-se a necessidade de estabelecer uma melhor conversa entre os diferentes níveis de governo, capaz de articular ações integradas de planejamento para a Bacia do Alto Paraguai. Apenas com a integração das políticas poderão ser mantidas diretrizes de proteção deste complexo.

Para uma gestão pública eficiente e voltada para a conservação, o Pantanal deve ser considerado em toda extensão de sua bacia e as ações municipais deverão estar condicionadas à decisões de níveis superiores. No âmbito estadual também deverão ser pensadas políticas conjuntas entre o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois compartimentar politicamente a gestão de um espaço natural que possui fortes relações ambientais não auxilia na manutenção de seu bom estado de conservação.

Conclusões

O turismo se mostra como um setor econômico que vem ganhando cada vez mais espaço e importância no fortalecimento da economia local e também no próprio desenvolvimento de lugares onde se instala. Porém, a existência de opiniões contraditórias sobre seu real benefício para a população e o meio em que se insere, torna necessária uma reflexão sobre suas características ambíguas.

É notório que a atividade estimula uma proteção do meio, já que se presume um cuidado maior por parte da população e do poder público com um ambiente que se torna economicamente rentável. Entretanto, sua provável capacidade de ocasionar a degradação ambiental deve ser considerada nas decisões que visam fortalecer a atividade turística.

O turismo no Pantanal brasileiro ganhou força a partir de 1990, apesar de ter iniciado em anos anteriores. Mesmo depois de mais de trinta anos no caminho da consolidação, sua prática ainda continua sendo feita sem se mostrar devidamente planejada. Apesar de haver políticas relacionadas com a questão, elas não se integram e acabam por tratar o Pantanal de forma compartimentada, demonstrando pouca eficiência no planejamento.

Assim, ambas as hipóteses testadas neste trabalho, e demonstradas abaixo, foram corroboradas:

- O modelo de turismo tem sido indutor da dinâmica territorial na planície alagada e de determinados processos que ocorrem no entorno;
- A complexidade do Pantanal demanda instrumentos de planejamento de escala regional e a formulação de políticas integradas nas diferentes escalas (do nacional ao local), capazes de condicionar as ações locais.

Identificou-se o turismo como uma atividade indutora de mudanças nos municípios estudados, principalmente no que se refere ao estabelecimento de infraestrutura de acesso e a

conversão de atividades geradoras de renda. Além disso, também foi levantada a necessidade de compatibilizar as políticas dos diferentes níveis de gestão, encontrando um caminho comum capaz de lidar com todo o complexo pantaneiro, sem ater-se às divisões administrativas.

Na prática, as ações municipais devem estar atreladas às definições de âmbitos superiores, já que é justamente nesta escala de governo que aparece maior carência de políticas e instrumentos de planejamento.

Atualmente a atividade turística é desenvolvida de acordo com o aproveitamento do nicho de mercado, havendo poucas políticas e ações efetivas de conservação e manutenção das condições naturais para a sobrevivência da atividade no longo prazo.

Como exemplo cita-se o ecoturismo, vendido pelos hotéis e pousadas de todos os municípios e também pelo poder público, como atrativo municipal. Entretanto, poucas práticas ecoturísticas foram encontradas e as hospedagens, utilizam o termo para atrair os visitantes com seus passeios na natureza. Porém, existem poucas ações que possam ser consideradas como sustentáveis, conforme apresentado na análise das atividades turísticas vendidas para os visitantes.

Destaca a questão de que a biodiversidade (vegetal, animal e, principalmente, paisagística) é vista como o fator de maior atratividade para o turismo no Pantanal, mas poucas são as estratégias de conservação. Nota-se políticas de âmbito mundial (Sítios de Ramsar) e federal (PCBAP, 1997) que tratam do tema. Porém, os governos estaduais e municipais possuem deficiência em gerir tal questão. Destaco aqui a tentativa de mudar o cenário para diminuir a área do Pantanal, realizada pelo governo de Mato Grosso do Sul (2009) em seu zoneamento, e o investimento no asfaltamento da Rodovia MT-370 realizado pelo governo de Mato Grosso. Ambas as questões foram fortemente analisadas no presente trabalho.

Em relação aos municípios, faltam-lhes estrutura para atender os serviços de saneamento básico de sua população. Isso significa que um aumento na demanda de água e esgoto, além do consumo do meio natural, estimulados pelo turismo, é prejudicial para o ambiente local. Os municípios estudados necessitam, primeiramente, de estrutura básica de coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos (com o fechamento de suas lixões e a recuperação destas áreas) e distribuição de água tratada em todo o seu território. Reforço que um local que não consegue fornecer tais requisitos básicos para sua população, com certeza, terá impactos negativos com o crescimento do turismo, pois este representa um aumento do contingente populacional e da sobrecarga destes serviços.

Uma provável solução seria estabelecer uma taxa de retorno financeiro para o município, de forma que os turistas pagassem certa quantia para visitar alguns locais, ou mesmo para hospedarem-se na região. O valor desta cobrança deveria ser investido em infraestrutura de saneamento básico e programas de proteção ambiental. Em relação a população local, é justo que sejam criados e fortalecidos cursos de qualificação da mão de obra, para que possa ser inserida na cadeia turística e não excluída do processo, sendo apenas receptora do ônus da degradação.

É preciso ter claro o entendimento de que o meio natural deve ser preservado em um local onde é o principal atrativo, caso contrário a própria atividade entrará em decadência. O turismo no Pantanal é parte importante da economia dos municípios e, também dos Estados. Nota-se que o setor de serviços é mais representativo do que a indústria ou mesmo a agropecuária nos locais estudados. A vocação turística do complexo pantaneiro é óbvia e estimular seu crescimento é uma atitude acertada. Entretanto, isto deve ser feito tendo o meio natural como base e a clareza da importância de sua conservação.

Assim, reforça-se a necessidade de que as ações sejam condicionadas ao planejamento estabelecido em âmbito regional. O Pantanal é um complexo de ecossistemas com fortes

relações, as quais se influenciam mutuamente. Um distúrbio em uma destas relações pode gerar reflexos em toda planície. Por este motivo, deve ser tratado de forma integrada e não apenas dentro de limites meramente políticos. Isto não significa tomar decisões que não considerem as opiniões dos municípios e da população local, mas sim inseri-las no processo, tendo o cuidado em desenvolver uma análise integrada das atividades que ocorrem localmente na planície pantaneira.

Referências Bibliográficas

- ABDON, M. M.; SILVA, S. V. da. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 33, n. Especial, p.1703-1711, out. 1998 Disponível em <[http://webnotes.sct.embrapa.br/pab/pab.nsf/dfe523788c4d9ae503256508004f34ca/71ea1befe8423c820325687e0047c590/\\$FILE/073-pant.pdf](http://webnotes.sct.embrapa.br/pab/pab.nsf/dfe523788c4d9ae503256508004f34ca/71ea1befe8423c820325687e0047c590/$FILE/073-pant.pdf)> Acesso em 08.set.08.
- AB'SABER^a, A. N. **Brasil: paisagens de exceção**. O Litoral e o Pantanal Mato-Grossense. Patrimônios básicos. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- AB'SABER^b, A. N. Bases Conceptuais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos. In: AB'SABER, A. N. ; MÜLLER-PLANTENBERG, C. (Orgs.) **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiência no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. 2 ed. 2reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- AB'SABER, A. N. O Pantanal Mato-Grossense e a Teoria dos Refúgios. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. especial, p. 9-59. 1988. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201988%20v50_n2_Numero_Especial.pdf> Acesso em 01.set.08.
- ANTAS, P. T. **Pantanal**: guia de aves. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2004.
- AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambientes**: reflexões e propostas. 3 ed. São Paulo: Aucitec, 2002.
- BARROS, M. T. L.; BRAGA, B.; CONEJO, J. G. L.; EIGER, S.; HESPAÑHOL, I.; JULIANO, N.; MIERZWA, J. C.; NUCCI, N.; PORTO, M.; SPENCER, M. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes, 1993.
- BRASIL, CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Define Impacto Ambiental **Lex**: Legislação de Direito Ambiental, São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. DECRETO n. 1905, de 16 de maio de 1996. **Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo. Meta 3 – Estruturar 65 destinos com padrão de qualidade internacional. PNT - **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2007.
- BRASIL. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Ministério das Cidades. Brasília, 2004.
- BRASIL. PNT - **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo. Brasília, 2006.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. **Les Mots de la Géographie**. 3ed. Montpellier-Paris: RECLUS – La documentation Française, 1993.
- CARTA EUROPÉIA. **Carta Européia do Ordenamento do Território**. SEALOT – MPAT. Lisboa : Ministério do Planeamento e da Administração, 1984. Disponível em <<http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/carta%20europeia%20de%20ordenamento%20do%20territorio.pdf>> Acesso em 27.ago.11.
- CASTRO, I. E. de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

- CI – Conservation International. **Pantanal**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em <<http://www.conservation.org.br/onde/pantanal/>> Acesso em 13.set.08.
- CI – Conservation International. **Programas**: Fazenda Rio Negro. Belo Horizonte, 2008. Disponível em <<http://www.conservacao.org/programas/index.php?id=70>> Acesso em 20.set.08.
- COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: CUNHA, S. B. da & GUERRA, A. J. T. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4. ed. Porto Alegre: Bertrand Brasil, 2000.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. M. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CORUMBÁ. PAC em Corumbá. Investimentos na cidade, valorização do povo. Corumbá: 2011. Disponível em <<http://www.corumba.ms.gov.br/canal.php?c=96>> Acesso em 07.nov.2011.
- CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.
- DANTAS, M. **Pulso de inundação, biodiversidade e produtividade no Pantanal**. IV Simpósio sobre recursos naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá: SIMPAN, 2004.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- FEARNSIDE, P. M.; LAURANCE, W. F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**, Brasil, v. 31, n. 182, p.61-65, maio. 2002.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.
- FREY, K. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p.211-259. 2000.
- GARAY, I. Avaliação do Status da biodiversidade ao nível de ecossistema. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- GOOGLE EARTH. **Imagens** de Aquidauana, Corumbá, Cáceres e Poconé. 2011
- GREMAND, A. P.; VASCONCELLOS, A. S. de; TONETO, R. Jr. **Economia brasileira contemporânea**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GUIMARÃES, R. P. **Políticas de meio ambiente para o desenvolvimento sustentável**: desafios institucionais e setoriais. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n° 7, jun/1992, pp. 57-80.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Brasil, 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 13.jan.11.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@: pesquisa nacional de saneamento básico 2008**. Brasil, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 18.jan.11.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas nacional de saneamento básico 2011**. Brasil, 2011.
- ISA – Instituto Socioambiental. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: ISA, 2005.
- JACINTHO, Luiz Roberto de Campos. **Geoprocessamento e sensoriamento remoto como ferramentas na gestão ambiental de unidades de conservação: o caso da área de proteção ambiental (APA) do Capivari-Monos, São Paulo-SP**. Tese (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 110p. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44133/tde-14082003-230137/publico/jacinto.pdf>> Acesso em: 17.jan.08.

- JACOBI, P. Meio Ambiente e sustentabilidade. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999.
- JUNIOR, W. C. de S. **Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios**. São Paulo: IEB; Editora Peirópolis, 2004.
- MARIANI, M. A. P. & GONÇALVES, H. C. Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no pantanal sul-matogrossense (MS, Brasil). In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MATO GROSSO. **Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004-2013**. Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso – SEDTUR, 2003. Disponível em <http://www.sedtur.mt.gov.br/adm/uploads/downloads/2e624diagnostico_turismo_revisado.pdf> Acesso em 15.out.2011.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 328, de 25 de fevereiro de 1982. **Dispõe sobre a Proteção e a Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense**. Mato Grosso do Sul, 1982.
- MATO GROSSO DO SUL. LEI n.3839, de 28 de dezembro de 2009. **Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências**. Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em <http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf> Acesso em 27.out.2011.
- MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MENESES, U. T. B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** Artigo – LEPaC – Laboratório de Ecologia de Paisagens e Conservação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 9p.
- MEIRELLES, M. S. P.; BECKER, B.; EGLER, C.; MIRANDA, M.; ORLEANS E BRAGANÇA, P.; SANTOS, U. P. dos; CAMPOS, M. L. **Metodologia para elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico em áreas com grande influência antrópica**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. Disponível em <http://www.cnps.embrapa.br/solosbr/pdfs/circular_tecnica_4_1999_metod_zee.pdf> Acesso em 27.ago.11.
- MIDAGLIA, C. L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Mapa Biomas**. Brasil, 2008. Disponível em <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/aplicmap/openlayers.htm?8be9fa8ac0b4494b7f7656190a8af723>> Acesso em 06.nov.11.
- MTUR- Ministério do Turismo. **Ecoturismo**. Portal Brasileiro do Turismo. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.braziltour.com/segmento/ecoturismo.html>>. Acesso em 18.jul.11.
- NOGUEIRA, R. E. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. 3 ed. Ver. e ampl. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriquez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

- PEC – Programa de Educação Continuada. **Construindo sempre:** aperfeiçoamento de professores PEB II. Biologia. SARMENTO, M. L. de M. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 2003.
- PCBAP¹ – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal. **Análise Integrada e Prognóstico da Bacia Alto Paraguai.** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal: Brasil, 1997.
- PCBAP² – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal. **Resumo Executivo.** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal: Brasil, 1997.
- PCBAP³ – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal. **Sócio-economia de Mato Grosso.** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal: Brasil, 1997.
- QUEIROZ, O. T. M. M. O (re)arranjo de Iguape e Ilha Comprida sob advento do Turismo e da exploração dos recursos naturais. In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo:** impactos socioambientais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- RAMSAR. **Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat.** Ramsar, Iran, 1971. Disponível em <http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-documents-texts-convention-on/main/ramsar/1-31-38%5E20671_4000_0__> Acesso em 01.jun.11.
- REDE PANTANAL; SOS PANTANAL; ECOA. Carta pública sobre o zoneamento de MS. Campo Grande, 2009. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_1955069195.pdf> Acesso em 27.out.2011.
- RESENDE, E. K. de. **Pulso de inundação:** processo ecológico essencial à vida no Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. Disponível em <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC94.pdf>> Acesso em 20.out.2011.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil:** subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2006.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação de desenvolvimento administrativo, 1993.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** STROH, P. Y. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SALVATI, S. S. **Ecoturismo no pantanal brasileiro e boliviano:** estudo de políticas e alternativas sustentáveis. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – PROLAM – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. 139p.
- SANDEVILLE JR., E. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.
- SÁNCHEZ, L. E. **Impacto Ambiental:** conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2006.
- SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

- SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- SEDTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo. **Contemplação**. Mato Grosso, 2011. Disponível em <<http://www.sedtur.mt.gov.br/interno/12/27/contemplacao>> Acesso em 18.abr.11.
- SERRES, M. **Filosofia Mestiça**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SUNAGAWA, W. K. **Análise das relações entre as representações gráficas da cartografia temática e o design gráfico**. Dissertação mestrado. Dissertação – Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, 115p. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-04072011-144310/es.php>> Acesso em 27.ago.11.
- SCREMIN-DIAS, E.; LORENZ-LEMKE, A.P.; OLIVEIRA, A. K. M. The floristic heterogeneity of the Pantanal and the occurrence of species with different adaptive strategies to water stress. *Brazilian Journal of Biology*, São Carlos, vol.71, n.1, p.275-282. 2011.
- SINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura do Mato Grosso. **Pavimentação**. Mato Grosso, 2010. Disponível em <<http://www.sinfra.mt.gov.br/TNX/conteudo.php?sid=1&cid=1446>> Acesso em 19.jun.10.
- SORIANO, A. J. S. **Estrada-Parque: proposta para uma definição**. Tese doutorado. Tese - Doutorado no Instituto de Geociências e Ciências exatas. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2006, 202p..
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45. 2006.
- THÉRY, H., MELLO, N. A. de; **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005
- VASCONCELLOS, E. A. de. **Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999.
- VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 2. ed.
- WWF – World Wildlife Foundation. **Água doce e Pantanal**. Brasil, 2008. Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/pantanal/agua_doce_pantanal/index.cfm> Acesso em 10.set.08.
- WWF – World Wildlife Foundation. **Biomás Brasileiros**. Brasil, 2006. Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomass/index.cfm> Acesso em 17.jun.08.
- YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

Anexo A – Roteiros de perguntas das entrevistas

Questionário: Turistas

- Onde está hospedado?
- Qual motivação para a viagem?
- Já visitou a cidade ou é a primeira vez?
- Já esteve no Pantanal?
- Quais as atividades turísticas que mais interessa?
- Se interessa por ecoturismo?
- Se interessa pela biodiversidade local?
- Procura saber sobre certificação ambiental do hotel?
- As ações ambientais do hotel pesam na escolha da hospedagem?
- Concorda com a alimentação animal?
- Verifica se o hotel tem alguma política de sustentabilidade?
- Qual foi a motivação para a viagem?
- Procura a natureza ou a infraestrutura?
- Considera que a visitação causa impactos ambientais? Quais?
- Consegue identificar alguma ação maléfica do hotel no meio?
- Considera que a cidade tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, o que falta?
- Como considera o acesso à cidade?

Questionário: Secretarias de Turismo

- O número de pessoas na cidade cresce muito em alta temporada?
- Em termos turísticos, a cidade está preparada para atender as demandas da alta temporada?
- Acha possível compatibilizar preservação ambiental e turismo? Como?
- Qual o papel da Secretaria do Turismo no cuidado com meio ambiente do município?
- Trabalham em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente?
- Possuem projetos ambientais em hotéis ou junto aos turistas?
- Há ocupações de hospedagens em áreas de risco ou áreas de preservação permanente?
- Utilizam áreas protegidas para realização de turismo?
- Há regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo?
- Como as questões ambientais são tratadas dentro da secretaria (possuem uma divisão específica, por ex.)?

- Ocorreram (ou estão ocorrendo) mudanças na cidade (infraestrutura) que afetaram negativamente o turismo?
- Ocorreram (ou estão ocorrendo) mudanças na cidade (infraestrutura) que afetaram negativamente o meio ambiente?
- Considera que o turismo estimulou essas mudanças?
- Acha que o desenvolvimento do turismo na cidade é positivo ou negativo? Por que?
- Considera que o município tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, que falta?
- Considera que o município consegue compatibilizar as questões turísticas e ambientais?
- Possuem um plano para o desenvolvimento turístico municipal? Se si, ele leva em conta assustos ambientais?
- Houve alguma obra (infraestrutura) que melhorou o acesso à cidade?
- Considera que a realização de algumas obras possuem relação com o turismo? Se sim, quais?
- O Plano Diretor da cidade estabelece regras que afeta o setor turístico?

Questionário: Secretarias do Meio Ambiente

- Qual o foco de proteção ambiental?
- Qual a porcentagem da coleta de esgoto estadual?
- Qual porcentagem do tratamento de esgoto municipal?
- A cidade possui ETA e ETE?
- O esgoto é desviado para algum rio? Qual?
- Para onde são enviados os resíduos sólidos?
- A cidade tem coleta seletiva?
- O número de pessoas na cidade cresce muito em alta temporada?
- Em termos ambientais, a cidade está preparada para atender as demandas da alta temporada?
- Acha possível compatibilizar preservação ambiental e turismo? Como?
- Qual o papel da Secretaria Estadual do MA na regularização do turismo?
- Trabalham em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo?
- Possuem projetos ambientais em hotéis ou junto aos turistas?
- Há ocupações em áreas de risco ou áreas de preservação permanente?
- Alguma dessas ocupações são pousadas?
- Possuem áreas protegidas na cidade?
- Essas áreas são utilizadas para turismo?
- A SMA estabelece regras ambientais para o desenvolvimento do ecoturismo?

- Como o planejamento ambiental é tratado dentro da secretaria (possuem uma divisão específica, por ex.)?
- Ocorreram (ou estão ocorrendo) mudanças na cidade (infraestrutura) que afetaram negativamente o meio ambiente?
- Considera que o turismo estimulou essas mudanças?
- Acha que o desenvolvimento do turismo na cidade é positivo ou negativo em questões ambientais? Por que?
- Considera que a cidade tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, que falta?
- Houve alguma obra (infraestrutura) que melhorou o acesso à cidade?
- Considera que a realização de algumas obras se relacionam com o turismo? Se sim, quais?

Questionário Pousadas/Hotel

- Há quanto tempo está instalada?
- Qual foi a motivação para começar o empreendimento?
- O que motivou a procurar a região?
- Teve benefícios (gov.) para implantação/instalação?
- Ocorreram mudanças na cidade (infraestrutura) desde quando chegou?
- Considera que essas mudanças estimularam ou prejudicaram o turismo?
- Considera que o turismo estimulou essas mudanças?
- Há alguma política de incentivo para a visitação ou que colabore com o desenvolvimento de hotéis/pousadas?
- Considera que a cidade tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, o que falta?
- Houve alguma obra (infraestrutura) que melhorou o acesso à cidade?
- Considera que a realização de algumas obras possuem relação com o turismo? Se sim, quais?
- Está havendo um aumento na quantidade de visitantes? Desde quando?
- Houve um aumento contínuo na quantidade de hospedagens na cidade? Desde quando?
- Houveram aumentos na quantidade de quartos da hospedagem? Quando?
- Houveram melhoras na infraestrutura do hotel?
- Considera que o hotel traz algum impacto para a biodiversidade?
- Como era a área do hotel antes de sua construção?
- Foram necessários estudos ambientais para obter a licença de construção ou operação?
- Quais são as atividades ecoturísticas vendidas pelo hotel?
- Há estudos de impactos dessas atividades?

- Como foi feita a escolha dos locais das trilhas?
- Quais as atividades ecoturísticas mais procuradas?
- Indica agências para alguns passeios? Quais?
- Existe alguma atividade realizada tempos atrás e que hoje não é mais possível realizar? Porque?
- Existe algum tipo de planejamento a longo prazo que vise a contínua realização de tais atividades?
- Tem limite de hóspedes no hotel?
- Este limite foi definido através da capacidade de suporte do ambiente ou do número de quartos?
- A biodiversidade influencia no lucro do hotel?
- As áreas naturais conservadas influenciam no lucro do hotel?
- Como se utiliza da biodiversidade ou áreas naturais?
- Há programas para proteção e manejo?
- Considera que atua no ramo do ecoturismo?
- Quais são os princípios do ecoturismo? Como ele pode ser definido?
- Possui um plano de atendimento a emergências ambientais?
- Possui certificação?
- Participam da gestão dos parques ao redor?
- Possui alguma ação específica para proteção de espécies ameaçadas?
- Como é tratado a questão do barulho e da luminosidade em relação a fauna?
- Alimentam os animais?
- Possuem programas de educação/fiscalização para a não alimentação?
- Possuem programas de educação ambiental?
- Quais são as boas práticas ambientais do hotel?
- Fazem controle de praga/ manejo de fauna?
- O empreendimento está engajado em ações com a comunidade local?
- Valoriza as espécies nativas no paisagismo?
- Realizam uma análise crítica das ações?
- Possuem política de sustentabilidade no empreendimento? Qual?
- Possuem um planejamento que contemple a atividade turística?

Questionário: Moradores

- Há quanto tempo é morador da cidade?

- Ocorreram mudanças na cidade (infraestrutura) desde quando chegou?
- Considera que o turismo estimulou essas mudanças?
- Houve um aumento contínuo na quantidade de hospedagens na cidade? Desde quando?
- Sabe identificar se está havendo um aumento nos turistas?
- O que o Pantanal representa para você?
- Considera que sua renda se relaciona com o Pantanal?
- Acha que o desenvolvimento do turismo na cidade é positivo ou negativo? Por que?
- Considera que a cidade tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, que falta?
- Houve alguma obra (infraestrutura) que melhorou o acesso à cidade?
- Considera que a realização de algumas obras se relacionam com o turismo? Se sim, quais?

Questionário: Agências

- Há quanto tempo está instalada?
- Quais os passeios mais vendidos?
- Quais os pacotes mais vendidos?
- Qual o tipo de turista que mais procura a agência?
- Quais os locais mais procurados?
- Possuem restrição de vendas de visitas a certo local? Porque?
- Restringe o número de visitantes pelas características do ambiente ou não há restrição?
- Qual o passeio que considera “mais ecologicamente correto”? Por que?
- Há visitas em áreas selvagens?
- Há algum lugar onde a visitação foi proibida devido aos impactos?
- Há algum lugar onde a beleza diminuiu devido a visitação?
- Quais são os passeios de ecoturismo?
- Sofrem algum tipo de fiscalização por parte do governo/prefeitura?
- Caso descumpram alguma regra ambiental, qual a sanção?
- Qual a média de visitantes (ou passeios) ao mês?
- O número de turistas aumenta muito em alta temporada?
- Está havendo um aumento contínuo na quantidade de turistas?
- Possuem um planejamento para visitação em locais frágeis em alta temporada?
- Os turistas questionam a respeito da preservação ambiental?
- Consegue identificar mudanças ocorridas nas cidades devido ao turismo?
- Consegue identificar mudanças ocorridas nos locais de passeio devido ao turismo?
- Possuem programas de conscientização ambiental para os turistas?

- Durante o passeio, são passadas informações ambientais?
- Há fiscalização das atitudes dos turistas durante os passeios?
- Há alguma política de incentivo para a visitação ou que colabore com agências de turismo?
- Ocorreram mudanças na cidade (infraestrutura) desde quando chegou?
- Considera que o turismo estimulou essas mudanças?
- Considera que sua renda se relaciona com o Pantanal?
- Acha que o desenvolvimento do turismo na cidade é positivo ou negativo? Por que?
- Considera que a cidade tem uma boa infraestrutura para turismo? Se não, o que falta?
- Houve alguma obra (infraestrutura) que melhorou o acesso à cidade?
- Considera que a realização de algumas obras possuem relação com o turismo? Se sim, quais?